

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HUDSON CLEITON RESSAI BASKOSKI

TERRITORIALIDADES NOS ACAMPAMENTOS DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO SUDESTE DO PARANÁ
(2005-2025)

PONTA GROSSA
2026

HUDSON CLEITON RESSAI BASKOSKI

TERRITORIALIDADES NOS ACAMPAMENTOS DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO SUDESTE DO PARANÁ
(2005-2025)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão do Território no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientação: Prof. Dr. Celso Antonio da Fonseca Rosas.

PONTA GROSSA

2026

B315 Baskoski, Hudson Cleiton Ressai
Territorialidades nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra na região Sudeste do Paraná (2005-2025) / Hudson Cleiton
Ressai Baskoski. Ponta Grossa, 2026.
149 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração:
Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Celso Antonio da Fonseca Rosas.

1. Territorialidade (Geografia humana). 2. Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra (MST). 3. Assentamentos e acampamentos rurais - Paraná. 4.
Campesinato - Brasil. 5. Conflitos territoriais - Brasil. I. Rosas, Celso Antonio da
Fonseca. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território:
Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 304.2



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

HUDSON CLEITON RESSAI BASKOSKI

TERRITORIALIDADES NOS ACAMPAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO SUDESTE DO PARANÁ (2005- 2025)

Ponta Grossa, 23 de fevereiro de 2026

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas - UEPG

Prof. Dr. Djoni Roos - UNIOESTE

Prof. Dr. Thiago Araújo Santos - UFMS



Documento assinado eletronicamente por **Celbo Antonio da Fonseca Rosas, Professor(a)**, em 23/02/2026, às 11:29, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Djoni Roos, Usuário Externo**, em 23/02/2026, às 15:15, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Araujo Santos, Usuário Externo**, em 23/02/2026, às 16:39, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2987345** e o código CRC **B2674E88**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pelo pão de cada dia e pela possibilidade de continuar, mesmo frente a momentos de incerteza.

À minha família, em especial àqueles com quem convivo diariamente e que são, para mim, fonte de amor, inspiração e alicerce: meus pais, Alceu Ressai Baskoski e Claudete de Lourdes Baskoski, e minha irmã e meu cunhado, Taylana e João. Estendo, ainda, meus agradecimentos aos demais familiares que, durante a realização desta pesquisa ou ao longo da minha vida, estiveram comigo em diferentes momentos, como primos, tios e avós.

À minha companheira Danieli, pelo apoio, cuidado e incentivo nos dias mais difíceis desse processo. Inh m̃y ã há han Finhgre. ã to inh hanĩ.

Aos camponeses e camponesas dos acampamentos, que travam batalhas cotidianas nas trincheiras da luta pela reforma agrária e pela dignidade no campo e na cidade. De modo especial, aos companheiros e companheiras do Acampamento Reduto de Caraguatá e Acampamento Vitória do Contestado, pela confiança, pelas trocas e pelo aprendizado que tornaram essa pesquisa possível.

Aos amigos e amigas que estiveram presentes, de uma forma ou de outra, ao longo do caminho, inclusive àqueles encontros efêmeros que, mesmo por um curto período, deixaram marcas importantes na minha trajetória. Aos colegas do Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território (GEGATE), pelas discussões, trocas e contribuições.

Aos meus professores e professoras, de modo geral, especialmente aos da graduação na UNICENTRO – Campus Irati, que despertaram em mim um olhar geográfico crítico sobre a realidade, e aos da UEPG, que, de diferentes maneiras, contribuíram para a construção deste trabalho.

Ao Colégio Luterano Rui Barbosa e aos amigos e colegas que lá conheci pelo apoio e compreensão durante minhas ausências em função da pesquisa.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a viabilização e realização desta pesquisa.

Agradeço ainda aos professores Dr. Djoni Roos e Dr. Thiago Araujo Santos pelas contribuições na banca. Em especial, agradeço ao Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas, pela orientação durante o desenvolvimento dessa pesquisa, seu incentivo foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Por fim, a todas e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o processo de escrita e construção desta pesquisa. Este trabalho é a soma de todos esses fatores. Avançaremos

RESUMO

Este trabalho tem como premissa a compreensão de como as territorialidades se manifestam no interior dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), adotando-se de uma perspectiva integradora que entende a territorialidade como resultado de vínculos materiais e imateriais estabelecidos entre sujeitos e território, articulando relações de poder, controle e domínio territorial com dimensões simbólicas, identitárias e cotidianas. Os acampamentos, por sua vez, são compreendidos como territórios multidimensionais que, através das ocupações, da delimitação de fronteiras e fixação das famílias acampadas, iniciam o processo da territorialização camponesa em território capitalista. Para fins analíticos, foram estudados dois acampamentos na região Sudeste do Paraná: o Acampamento Reduto de Caraguatá, no município de Paula Freitas e o Acampamento Vitória do Contestado, no município de General Carneiro. Para isso, valemo-nos de uma abordagem qualitativa fundamentada em estudos teóricos e empíricos, com destaque para o trabalho de campo realizado por meio da observação participativa com inserção nos acampamentos, entrevistas semiestruturadas junto aos camponeses acampados e revisão bibliográfica. Os resultados evidenciam que as territorialidades se manifestam de maneira diversificada, a qual denominamos como (i)materiais, expressas nas disputas pelo controle territorial, na delimitação de fronteiras, nas conflitualidades internas e externas, bem como em contradições relacionadas à agricultura, à religiosidade, à herança histórica cabocla e às identidades sociais, elementos que desempenham papel fundamental na construção dos acampamentos e se manifestam de maneira heterogênea, revelando a complexidade das relações sociais que constituem esses territórios. Dessa forma, os acampamentos do MST na região Sudeste paranaense constituem territórios multidimensionais complexos, marcados por diferentes territorialidades e em constante construção e transformação.

Palavras-chave: Território; MST; Territorialização camponesa; Campesinato; Conflitos territoriais.

ABSTRACT

This work is based on the premise of understanding how territorialities manifest themselves within the encampments of the Landless Rural Workers Movement (MST), adopting an integrative perspective that understands territoriality as a result of material and immaterial ties established between subjects and territory, articulating relations of power, control, and territorial domination with symbolic, identity-related, and everyday dimensions. The encampments, in turn, are understood as multidimensional territories that, through occupations, the delimitation of boundaries, and the settlement of encamped families, initiate the process of peasant territorialization in capitalist territory. For analytical purposes, two encampments in the southeastern region of Paraná were studied: the Reduto de Caraguatá Encampment, in the municipality of Paula Freitas, and the Vitória do Contestado Encampment, in the municipality of General Carneiro. To this end, we employed a qualitative approach grounded in theoretical and empirical studies, with particular emphasis on fieldwork conducted through participatory observation within the encampments, semi-structured interviews with encamped peasants, and a literature review. The results show that territorialities manifest themselves in a diversified manner, which we term (im)material, expressed in disputes over territorial control, the delimitation of borders, internal and external conflicts, as well as contradictions related to agriculture, religiosity, the historical heritage of the caboclo people, and social identities—elements that play a fundamental role in the construction of the encampments and manifest themselves heterogeneously, revealing the complexity of the social relations that constitute these territories. Thus, the MST encampments in the southeastern region of Paraná constitute complex multidimensional territories, marked by different territorialities and in constant construction and transformation.

Keywords: Territory; MST; Peasant territorialization; Peasantry; Territorial conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área de estudo	47
Figura 2 - Palco da Guerra do Contestado	48
Figura 3 – Distribuição das áreas do Acampamento Reduto de Caraguatá	53
Figura 4 - Entrada das agrovilas no Acampamento Reduto de Caraguatá	55
Figura 5 - Área do acampamento Vitória do Contestado.....	57
Figura 6 - Acampamento Vitória do Contestado.....	59
Figura 7 - Uso do solo em área do ARC.....	79
Figura 8 - Área em disputa no Acampamento Reduto de Caraguatá	80
Figura 9 – Produção de erva-mate no Carijo Flor do Sul	88
Figura 10 - Símbolos no ARC e AVC	90
Figura 11 - Monge São João Maria e a religiosidade nos acampamentos	92
Figura 12 - Extrativismo e fornos no AVC.....	110
 Quadro 1 - Perfil dos entrevistados.....	 101
 Gráfico 1 - Conflitualidade nos acampamentos estudados.....	 122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: estrutura fundiária – macrorregiões e unidades da federação (2019)	33
Tabela 2 - Indicadores demográficos e socioeconômicos em Paula Freitas e General Carneiro	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ARC – Acampamento Reduto de Caraguatá

APM – Acampamento Primeiro de Maio

Art. - Artigo

AVC – Acampamento Vitória do Contestado

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MINEROPAR – Minerais do Paraná SA

MASTRO – Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra do Oeste

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TDR – Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TERRITÓRIO E ACAMPAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	20
1.1 O TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL EM SUA PERSPECTIVA TEÓRICA	20
1.2 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E O ENFRENTAMENTO À CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA.....	30
1.2.1 O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	35
1.2.2 Territorialização, ocupações e acampamentos.....	39
1.3 CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO E OS ACAMPAMENTOS DO RECORTE ESTUDADO	46
1.3.1 Acampamento Reduto de Caraguatá	52
1.3.2 Acampamento Vitória do Contestado	56
2 TERRITORIALIDADE COMO EXPRESSÃO (I)MATERIAL: IDENTIDADE, LUTA E TERRITÓRIO	61
2.1 A TERRITORIALIDADE ENQUANTO CONCEITO	62
2.1.1 Territorialidade: estratégia de domínio e controle territorial	62
2.1.2 Territorialidade: identidade e simbolismo.....	68
2.2 A TERRITORIALIDADE ENQUANTO PRÁTICA (I)MATERIAL.....	77
3 TERRITORIALIDADE CAMPONESA: ENTRE CONFLITOS E RESISTÊNCIA.....	96
3.1 SUJEITOS DA PESQUISA: TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS.....	96
3.2 ACAMPAMENTO, PRODUÇÃO E SIGNIFICADOS.....	107
3.3 IDENTIDADE EM QUESTÃO.....	115
3.4 CONFLITUALIDADE, CONTROLE TERRITORIAL E RELAÇÕES DE PODER.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICES	147

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro é marcado historicamente por conflitos que fazem do campo um território em constante disputa entre diferentes classes sociais: os camponeses e os capitalistas. Essas disputas evidenciam contradições históricas entre suas diferentes formas de uso, apropriação e produção de significados e identidades. Essa pesquisa se constitui na tentativa de contribuir com os estudos da Geografia Agrária brasileira acerca da constituição das territorialidades no contexto de luta pela reforma agrária.

Os movimentos de reivindicação pela reforma agrária obtiveram maior destaque a partir da década de 1980, quando, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), novos sujeitos passaram a enfrentar, de forma organizada, a histórica estrutura fundiária concentradora e excludente do Brasil. Através da atuação dos movimentos sociais e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atualmente existem mais de 1 milhão de famílias nos mais de 9,5 mil assentamentos de reforma agrária no Brasil (Brasil, 2024). A partir dos assentamentos, essas famílias passaram a ter o acesso à terra, direito humano fundamental, que resguarda a sobrevivência física e a reprodução cultural desses camponeses.

Todavia, esse movimento expressa uma forma de reforma agrária processual, lenta e insuficiente, resultante de diversas disputas e ainda distante de políticas públicas eficazes, capazes de promover transformações estruturais na estrutura fundiária do país. Desse modo, o modelo vigente de reforma agrária se torna um processo burocrático, instável e vulnerável para os camponeses que buscam o acesso à terra, que, ao invés de realizar uma prática robusta de redistribuição fundiária, frequentemente se torna apenas um mecanismo político de mitigar as tensões no campo, razão pela qual a conflitualidade permanece.

Nesse modelo, para que a terra seja reconhecida e transferida, diversas etapas são necessárias. Através da atuação do MST, uma delas é o acampamento, onde as famílias ocupam uma área passível de reforma agrária para exercer pressão sobre os órgãos responsáveis, a fim de que o território possa, por fim, ser desapropriado e destinado às famílias por meio dos assentamentos. Contudo, esse processo costuma ser lento e cheio de dificuldades, onde alguns acampamentos estão há mais de duas

décadas sobre uma área e o assentamento ainda não foi consolidado, como em um dos casos abordados nessa pesquisa.

Os acampamentos do MST emergem enquanto uma expressão concreta de resistência e de construção de novos modos de vida e relação com a terra, a partir das relações de poder e identidades. Os acampamentos iniciam o processo de territorialização camponesa frente ao avanço da agricultura capitalista e a supressão do modo de vida camponês, que se (re)cria através de estratégias para a conquista e permanência na terra.

É nesse cenário que essa pesquisa se insere, através da necessidade de compreender de maneira conceitual e empírica as territorialidades no interior dos acampamentos do MST. Compreendemos que esses territórios primitivos configuram a linha de frente da luta pela reforma agrária no Brasil.

A territorialidade nessa pesquisa assume centralidade e como discutiremos ao longo do texto, pode ser compreendida enquanto a expressão (i)material do território que manifesta as relações de domínio, poder, controle, pertencimento e identidade em que um grupo ou indivíduo estabelece sobre um determinado território.

O contexto agrário do estado do Paraná é caracterizado por um processo de concentração fundiária, que possui em sua história a colonização estatal e privada, grilagens de terra e ocupações que deram origem aos focos de violência no campo paranaense. Contudo, esse processo foi intensificado com a Lei de Terras, de 1850, que transformou a terra em mercadoria restringindo o acesso dos camponeses. Tais processos perpetuaram as desigualdades e impulsionaram a formação de movimentos sociais no estado que passaram a lutar pela reforma agrária e territorialização camponesa (Rosas, 2016).

Atualmente, a expansão do agronegócio e da indústria madeireira e de celulose no Paraná, em especial o monocultivo de pinus, continuam se apropriando de áreas particulares através do arrendamento; e da ocupação de áreas devolutas do estado, expropriando comunidades camponesas e reforçando a permanência de uma estrutura agrária concentradora e excludente (Rosas, 2016).

Os acampamentos do MST na região Sudeste do Paraná configuram-se como territórios de resistência camponesa, onde se constroem relações sociais marcadas por práticas coletivas, simbologias e disputas por poder e controle territorial. Embora esses espaços sejam, muitas vezes, transitórios e marcados por condições precárias, neles se desenvolvem formas próprias de territorialidade, baseadas tanto em aspectos

materiais quanto simbólicos. Diante disso, coloca-se a problemática: como as territorialidades se constituem nos acampamentos do MST na região Sudeste do Paraná, e de que maneira a identificação com o ideal do movimento influencia na construção da identidade camponesa e na permanência dos sujeitos nesses territórios?

O objetivo geral desse trabalho volta-se a compreender as territorialidades existentes nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Região Sudeste do Paraná, considerando suas relações de poder e controle territorial, bem como a construção da identidade Sem Terra.

Desse modo, procuramos entender as formas pelas quais a territorialidade se manifesta nos acampamentos estudados, considerando as suas dimensões materiais e simbólicas; investigar como as relações de poder e os mecanismos de controle territorial se manifestam no cotidiano dos acampamentos e nas disputas com os agentes externos; e identificar os referenciais que contribuem para a construção identitária entre os acampados.

Compreendemos que o que se propõe entender nesta pesquisa, está em um campo disputado entre a objetividade e a subjetividade individual dos sujeitos ou grupos. Mesmo reconhecendo as potenciais críticas que podem surgir a partir dessa perspectiva, consideramos necessária a exposição do forte caráter imaterial na análise das territorialidades. Desse modo, a metodologia aqui apresentada tem o enfoque em técnicas qualitativas de pesquisa e é dividida, fundamentalmente, em três etapas: a construção da base teórica, o trabalho de campo e a análise dos dados. A seguir, discorreremos sobre os procedimentos teórico-metodológicos que estruturam os três capítulos dessa dissertação.

Em um primeiro momento, buscou-se construir uma base conceitual sólida, acerca dos principais conceitos adotados nessa pesquisa. Dessa forma, território, territorialidade, identidade, campesinato e movimentos socioterritoriais, foram centrais nas discussões dos dois primeiros capítulos dessa dissertação. A pesquisa bibliográfica busca o aprofundamento teórico acerca da temática estudada, a partir de obras já publicadas, permitindo ao pesquisador uma compreensão mais aprofundada, além de contribuir conceitualmente para a análise das informações obtidas em etapa posterior. Para Fonseca, a pesquisa bibliográfica é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma

pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (Fonseca, 2002, p. 32).

No **primeiro capítulo**, a discussão teórica foi baseada principalmente na compreensão da categoria central dessa pesquisa, o território. Desse modo foram abordados autores como Raffestin (1993), Saquet (2009, 2013), Haesbaert (2011) e Fernandes (2005, 2009). Ainda no primeiro capítulo, buscamos compreender a nível conceitual os sujeitos dessa pesquisa, os camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), partindo de autores como, Fernandes (2000, 2012) Stedile e Fernandes (1999), Roos *et al.* (2021), entre outros. Nessa etapa foram abordados aspectos da formação e territorialização do MST, em especial no estado do Paraná, e da concentração fundiária e a luta por terra e reforma agrária empreendida pelos movimentos socioterritoriais através das ocupações.

A última parte do primeiro capítulo busca apresentar o contexto histórico e geográfico da área de estudo, discutindo aspectos naturais, históricos e socioeconômicos da Região Sudeste do estado do Paraná. Por fim, são apresentados os dois acampamentos que compõem o recorte de estudo para essa pesquisa, o Acampamento Reduto de Caraguatá, no município de Paula Freitas-PR e o Acampamento Vitória do Contestado, no município de General Carneiro-PR.

Compreendendo a territorialidade como manifestação do território, no **segundo capítulo** buscou-se discutir as territorialidades a partir de aspectos teóricos e práticos. Desse modo, o mesmo está dividido em duas partes: a discussão teórica e conceitual da territorialidade a partir da revisão biográfica e a prática da territorialidade relatada a partir das observações e vivência em campo.

Do ponto de vista teórico, o segundo capítulo assenta as discussões conceituais da territorialidade a partir das obras de Sack (1986), Raffestin (1993), Corrêa (1998), Saquet (2009, 2013), Haesbaert (1997, 2011), entre outros. Ainda no segundo capítulo, apresentamos nossa proposta de pesquisa da territorialidade enquanto uma perspectiva multidimensional e híbrida.

Tendo realizado as leituras pertinentes, as informações foram sistematizadas através de fichamentos, buscando evidenciar as principais ideias dos autores consultados. Posteriormente, se faz necessário a interpretação crítica do material produzido e finalmente a escrita como resultado de uma análise criteriosa dos fundamentos teóricos levantados na bibliografia.

O trabalho de campo se dividiu em três etapas principais, a aproximação com os grupos a serem estudados, a inserção dentro dos acampamentos e a realização das entrevistas. Num primeiro momento, houve a necessidade da aproximação e conhecimento preliminar dos sujeitos. Inicialmente, foi estabelecido o primeiro contato via *WhatsApp* com as lideranças de ambos acampamentos para a apresentação do pesquisador e agendamento da primeira visita. A primeira visita relacionada a essa pesquisa foi realizada no Acampamento Reduto de Caraguatá, no dia 24/01/2025. Nessa ocasião, a liderança acompanhou o pesquisador em vários locais dentro do acampamento, além da visita a cinco famílias. Nesses contatos iniciais foram realizadas as apresentações pessoais, o objetivo da pesquisa e a permissão para que a pesquisa fosse realizada. A fim de construir uma relação de confiança entre sujeito e pesquisador essas visitas preliminares não foram gravadas, mas tiveram grande importância ao se estabelecer vínculos e trocas entre pesquisador e sujeitos de pesquisa.

De modo semelhante, a primeira visita realizada no acampamento Vitória do Contestado no dia 30/05/2025, teve como objetivo a apresentação e aproximação com os camponeses acampados. Acompanhado pelas lideranças do acampamento, foram realizadas visitas a quatro famílias e a outros locais de uso comum dentro do acampamento.

Após as apresentações, optou-se pelo trabalho de campo, em especial as técnicas da observação participante, onde o pesquisador se insere e interage diretamente com os sujeitos estudados, compartilhando conhecimentos, experiências e vivências.

Segundo Cruz Neto (2002, p. 53), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Desse modo, os acampamentos representam o recorte trabalhado nessa pesquisa como territórios em constante disputa. A partir dos acampamentos as territorialidades são criadas e recriadas entre os camponeses e tanto os elementos materiais quanto imateriais reforçam a identidade individual e/ou coletiva e configuram a amálgama território-territorialidade-identidade que marcam os acampamentos estudados nesse trabalho.

Concordamos com Suertegaray (2009), ao conceber o trabalho de campo de forma mais ampla, enquanto instrumento de análise geográfica que vai permitir o

reconhecimento do objeto e que ao fazer parte de um método de investigação, permite a que o pesquisador se insira no movimento da sociedade como um todo.

Ademais,

[...] dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua 'essência'. Por outro lado, se o espaço é a totalidade verdadeira para a Geografia, a história se impõe como recurso metodológico, já que é através do significado particular de cada segmento do tempo, que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento (Serpa, 2006, p. 20).

A observação participante consiste na coleta de dados a partir da inserção do pesquisador no cotidiano do grupo ou organização que está sendo estudado. Essa metodologia procura observar os indivíduos e/ou grupos em suas situações cotidianas e a maneira como se comportam diante de cada uma delas. A partir da conversação com alguns ou todos os participantes, o pesquisador visa desvendar as interpretações que os mesmos possuem sobre os fenômenos observados (Becker, 1994).

Desse modo, os trabalhos de campo dessa pesquisa foram realizados a partir da inserção do pesquisador nos acampamentos estudados. A vivência cotidiana nos acampamentos possibilita, ao pesquisador, uma observação mais refinada de aspectos que não podem ser identificados através de outras metodologias. Acreditamos que as territorialidades compreendem desde as manifestações individuais da identidade com o território, até as formas mais abrangentes e coletivas de apropriação e controle (material e simbólico) do território.

No acampamento Reduto de Caraguatá, a inserção aconteceu entre os dias 25/04/2025 e 02/05/2025. Já no acampamento Vitória do Contestado, entre os dias 25/06/2025 e 01/07/2025. Em ambos, houve inserção e convivência, compartilhando conhecimentos, conversas e reflexões. Durante as atividades de campo, foram realizados trabalhos coletivos, refeições compartilhadas e momentos de lazer. Ademais, as refeições, estadia e outros afazeres cotidianos também foram realizadas dentro dos acampamentos, nos diversos barracos visitados durante a estadia.

Segundo Becker (1994), costuma-se recorrer a esse método quando é desejado compreender uma organização ou um problema específico, priorizando a construção de sentido teórico ao longo da pesquisa. Parte-se do pressuposto de que, inicialmente, não dispõem de conhecimento suficiente sobre a organização para

formular problemas e hipóteses relevantes, os quais serão identificados no decorrer do estudo.

Embora as leituras e levantamentos bibliográficos sejam realizados antes das atividades de campo, concordamos com a afirmação de Becker (1994). Nesse sentido, acreditamos que a compreensão da territorialidade supera à sua percepção meramente teórica, ao realizar o trabalho de campo, naturalmente carregamos conosco uma bagagem conceitual construída anteriormente, mas é apenas a partir do contato com os sujeitos que construímos uma compreensão mais ampla da realidade estudada.

Nos trabalhos de campo,

[...] o investigador procura atender a um dos pressupostos fundamentais da Observação Participante, a saber: a convivência do investigador com a pessoa ou grupo em estudo proporciona condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido de modo a possibilitar um entendimento genuíno dos factos, que de outra forma não nos seria possível. Admite-se, ainda, que a experiência direta do observador com o grupo em observação seja capaz de revelar a significação, a um nível mais profundo, de episódios, comportamentos e atitudes que, apenas investigados de um ponto de vista exterior (entenda-se 'não-participante'), poderiam permanecer obscurecidos ou até mesmo inatingíveis, caso o investigador (enquanto 'suposto' partidário e participante de uma dada identidade grupal) não viesse a estabelecer condições de análise da complexidade das relações sociais ou de padrões de interação, que apenas poderiam ser quantificados ou antecipados mediante Observação Participante (Lima; Moreira, 2015, p. 727).

Apesar da utilidade da observação participante, reconhecemos também a necessidade de complementar a pesquisa com outras metodologias que possibilitem um olhar mais objetivo sobre os fenômenos estudados. Nesse caso, as entrevistas. Durante a permanência em campo, foram observados pelo autor indivíduos que se apresentaram favoráveis a participação e gravação de entrevistas e que foram selecionados, buscando obter uma amostra abrangente e diversa de entrevistados.

No **terceiro capítulo** buscamos articular os resultados empíricos obtidos através das entrevistas com as discussões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores. Dessa forma, a práxis é construída de modo que leve em conta os relatos obtidos dos camponeses e a devida articulação com a teoria científica.

A escolha da entrevista como procedimento metodológico nesse trabalho leva em consideração o fato de serem os camponeses acampados pelo MST os sujeitos dessa pesquisa. As territorialidades só se concretizam quando há interação entre as pessoas e o território. Desse modo, os camponeses acampados são a linha de frente no enfrentamento à concentração fundiária no Brasil. Buscamos ainda, através dessa

pesquisa dar voz a esses camponeses que muitas vezes acabam sendo esquecidos nas trincheiras da luta pela reforma agrária popular.

A entrevista pode ser entendida como uma interação entre duas pessoas que tem como objetivo a obtenção de informações. É através da entrevista que o pesquisador busca obter informações de caráter objetivo e subjetivo do entrevistado (Boni; Quaresma, 2005). Para Duarte (2004), as entrevistas constituem uma ferramenta essencial para a investigação de práticas, valores e significados em contextos sociais específicos. Quando conduzidas de maneira adequada, possibilitam ao pesquisador um aprofundamento qualitativo, revelando percepções, significados atribuídos à realidade pelos sujeitos e aspectos da lógica interna que orienta as relações no grupo estudado, elementos muitas vezes inacessíveis por meio de outras técnicas de coleta de dados.

Optamos pela condução da pesquisa através de entrevistas semiestruturadas, onde os entrevistados tem a possibilidade de discorrer livremente sobre o tema definido previamente nos roteiros de entrevista. A entrevista semiestruturada ainda possibilita que o entrevistador possa explorar mais, ou menos, determinados assuntos, de modo a conseguir um aprofundamento maior de acordo com os objetivos da pesquisa, ou limitar o volume de informações. Para essa pesquisa elaboramos dois roteiros. O Roteiro de Entrevista I (Apêndice A) tem como objetivo coletar informações gerais acerca da formação e composição dos acampamentos, sendo aplicado com as lideranças. O Roteiro de Entrevista II (Apêndice B), busca uma abordagem mais exploratória que leva em consideração as experiências individuais dos entrevistados em relação as territorialidades.

As etapas da entrevista incluíram: elaboração de roteiro, a escolha dos entrevistados, a realização da entrevista, a transcrição das entrevistas, a conferência de fidedignidade, a análise do conteúdo e o cruzamento com a teoria científica e os resultados de outros procedimentos metodológicos (Marconi; Lakatos, 2002; Boni; Quaresma, 2005; Duarte, 2004).

A preparação para a entrevista envolveu a elaboração dos roteiros baseado nos objetivos da pesquisa e a escolha dos entrevistados, que teve como critérios a diversificação de pessoas, a saturação de informações e a disponibilidade dos entrevistados. Ao todo, foram entrevistados 15 camponeses. A diversificação ocorreu pela escolha dos entrevistados com variadas idades, gêneros, ocupações, antecedentes (origem rural ou urbana, participação no primeiro acampamento ou

histórico de acampamentos anteriores) e tempo de permanência no acampamento¹. A saturação ocorreu quando os entrevistados começaram a “dizer as mesmas coisas”, demonstrando um esgotamento de informações na amostra selecionada e a disponibilidade dos entrevistados considerou o interesse e a disponibilidade de tempo dos camponeses para a entrevista.

A transcrição ocorreu através de recursos digitais em diferentes *softwares* de transcrição de áudio. A Conferência de fidedignidade se refere à escuta atenta do pesquisador ao áudio da entrevista e a conferência se o texto transcrito mantém a fidelidade em relação ao discurso do entrevistado.

A análise do material se deu com base na interpretação cuidadosa do texto transcrito. Optamos por segmentar as falas dos entrevistados a partir de unidades de significação de modo a facilitar a interpretação. A análise final está em atribuir sentido ao mosaico de informações, tendo como referência os objetivos da pesquisa. A construção de um diálogo artificial com as falas dos entrevistados buscou aproximar as semelhanças e respostas complementares e identificar recorrências divergências e contradições. Por fim, buscamos cruzar as informações com outros resultados empíricos (observações em campo), dados qualitativos e demais informações relacionadas ao desenvolvimento e contexto da entrevista, levando sempre em consideração uma interpretação “à luz da literatura científica”, conforme propõe Duarte (2004, p.223).

Demais informações acerca da realização das entrevistas (datas e locais), quadro descritivo dos entrevistados, amostragem e detalhes sobre as técnicas de análise serão abordados no Capítulo 3.

Diante do exposto, esse trabalho busca compreender as territorialidades constituídas nos acampamentos do MST na região Sudeste do Paraná. Para isso utilizamos uma abordagem qualitativa, articulando entrevistas, trabalho de campo e pesquisa bibliográfica, a fim de evidenciar o território enquanto espaço multidimensional e a territorialidade como expressão (i)material das relações estabelecidas nos acampamentos de luta pela reforma agrária. Ao propor essa pesquisa buscamos contribuir com a geografia agrária brasileira, ao evidenciar os acampamentos como territórios de luta e os camponeses acampados como protagonistas nas trincheiras contemporâneas da luta pela reforma agrária.

¹ Essas informações prévias foram coletadas nas interações durante o trabalho de campo com observação participante.

1 TERRITÓRIO E ACAMPAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

No presente capítulo buscamos construir uma abordagem integradora do conceito de território a partir de diferentes autores, em uma discussão bibliográfica que evidencie as diferentes facetas de uma abordagem territorial. Concomitante a isso apresentamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que através das ocupações cria e recria territórios através da luta pela terra na constituição de acampamentos.

Inicialmente buscamos introduzir uma discussão teórica acerca do território, abordando diferentes perspectivas, utilizando como principais fontes autores como Raffestin (1993), Saquet (2013), Haesbaert (2011) e Fernandes (2005, 2009).

Na segunda parte, partimos de uma breve exposição sobre a teoria dos movimentos sociais com Gohn (1997, 2008) e Pedon (2013), adiante apresentamos um resumo da gênese do MST e da territorialização dos acampamentos, a partir de textos como Fernandes (2000, 2012) Stedile e Fernandes (1999), Roos *et al.* (2021).

Na terceira seção, é contextualizado o recorte histórico-geográfico da região onde estão inseridos os acampamentos estudados, utilizando dados referentes a estudos técnicos elaborados por órgãos do estado do Paraná e os indicadores socioeconômicos, através do Ipardes (2025a, 2025b). Ainda na terceira seção são apresentados os acampamentos estudados nesse trabalho.

1.1 O TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL EM SUA PERSPECTIVA TEÓRICA

Apesar do conhecimento geográfico ser reconhecido desde as primeiras civilizações humanas, foi somente a partir do início século XIX que este passou por um processo de sistematização. As grandes navegações, os trabalhos de economia política, os estudos territoriais encomendados pelas grandes potências europeias e até mesmo o evolucionismo, ajudaram nesse processo. Humboldt, naturalista e Ritter, filósofo e historiador, até hoje são considerados por muitos os “pais” da geografia tradicional. A continuidade dos trabalhos geográficos, a formulação de métodos próprios e a delimitação de um objeto de estudo mais ou menos conciso forneceram as bases para a sistematização da ciência geográfica tradicional (Moraes, 2007).

Segundo Moraes (2007), a geografia passou por um processo de revigoração com Friedrich Ratzel, autor prussiano que vivenciou o processo de constituição do Estado alemão. A Geografia ratzeliana foi um instrumento poderoso de legitimação do projeto expansionista do Estado alemão chegando a ser considerada um manual do imperialismo. Para Ratzel, “semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial” (Ratzel, 1882 *apud* Moraes, 2007, p. 69).

Entretanto, é importante ressaltar a relevância do trabalho de Ratzel para o desenvolvimento da geografia, sua obra teve vários desdobramentos, inclusive a linha que mais tarde deu início a geopolítica. A própria geografia francesa, posterior, com Vidal de La Blache, serviu como uma forma de contraposição as ideias do autor prussiano (Moraes, 2007).

Segundo Raffestin (1993), a geografia política foi fundada por Ratzel em 1897, estando o autor em um ponto de convergência entre o naturalismo e a sociologia. Para Ratzel, o elemento formador do Estado é o enraizamento de comunidades no solo, ao explorar as suas potencialidades territoriais. Desse modo, até hoje a geografia política flui nos mesmos moldes do pensamento ratzeliano.

Entretanto, a geografia política de Ratzel representa uma geografia de Estado, o autor subentende a concepção de um Estado moderno poderoso, considerando esse Estado como único núcleo de poder. “Só existe o poder do Estado. Isso é tão evidente que Ratzel só faz alusão, em matéria de conflito, de choques entre dois ou vários poderes, à guerra entre Estados” (Raffestin, 1993, p. 16). De todo modo, Ratzel contribui ainda mais com as discussões da geografia política moderna ao teorizar geograficamente a sua existência, introduzindo sua significação espacial.

Contudo, é na emergência das discussões territoriais na geografia institucionalizada da obra de Ratzel que fazemos destaque, sendo o “espaço vital” a base para a vida do homem. Para o autor, o espaço vital representa o equilíbrio entre uma população e os recursos disponíveis para suas necessidades e a manutenção de seu modo de vida, havendo necessidade de expansão territorial à medida que a população aumentasse. Além disso, a organização da sociedade para a defesa do espaço vital configuraria um Estado (Moraes, 2007). Embora Ratzel não utilize diretamente o termo território (*territorium*), ao invés disso utiliza o solo (*boden*), (Souza, 2000), outras vezes utiliza como sinônimo de Estado-Nação (Saquet, 2013),

é com Ratzel que a ideia de território passa a ser discutido com mais ênfase na ciência geográfica.

O território é um conceito polissêmico, considerando as várias ciências que o estudam, suas correntes filosóficas e as diferenciações teóricas de cada autor. Pensar o território, muitas vezes depende “(...), da posição filosófica a que estiver filiado o pesquisador” (Haesbaert, 2011, p. 41). Dessa forma, muitas discussões acerca do território podem ser divergentes, visto que em diferentes períodos da história a sua conceituação era carregada de significados do momento vivido. Reconhecendo a complexidade desse conceito, Saquet (2013) elabora um rico trabalho epistemológico, oferecendo uma vasta revisão teórica de literatura sobre o território.

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação e dominação e controle; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade (Saquet, 2013, p. 24).

Para Saquet (2013, p. 68), “o território designa uma porção do espaço geográfico sob jurisdição de certos povos, ou seja, significa distinção, separação e compartimentação, a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos”. Portanto, não pode ser classificado como um conceito físico ou inanimado, mas como uma área caracterizada por um elemento central, como uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou sobre o uso do espaço.

Segundo Saquet (2013), o conceito de território ressurgiu na década de 1970. O autor aponta as principais contribuições de estudiosos como Deleuze e Guattari (1977, 1978), Gottmann (1973, 1975), Dematteis (1969, 1970 e 1975) e Bagnasco (1977, 1978), no âmbito de renovação teórico metodológica pela qual passava a geografia. Embora esses autores tenham realizado importantes contribuições à abordagem territorial (reflexão sobre constituição do território e desterritorialização, processualidade histórica, multiplicidade de articulações territoriais, etc.), as obras ainda eram superficiais ou não aprofundam a concepção de território.

Um dos autores mais importantes na abordagem do território foi Claude Raffestin (1993), que evidenciou o caráter político do território e enfatizou as relações de poder exercidas por uma pessoa ou grupo como característica central. O autor ainda faz uma importante distinção entre espaço e território, que mais tarde foi explorada e discutida por diversos autores, ao afirmar que o espaço antecede o território. Nas palavras de Raffestin, “O território se forma a partir do espaço, é o

resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 1993, p. 143).

Para Raffestin (1993, p.52), o Poder, com letra maiúscula, “é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos”. Raffestin aponta ainda que as relações de poder são sempre intencionais, isso quer dizer que o poder está intimamente ligado à manipulação de fluxos que atravessam as relações, energia e informação.

Sobre o sistema territorial, Raffestin (1993), destaca que qualquer prática espacial, induzida por um sistema de ações ou comportamentos representa uma “produção territorial” que faz intervir em tessituras, nós e redes.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder (Raffestin, 1993, p. 151).

Já a rede, é um sistema de linhas que desenham tramas, podendo ser visível ou invisível, concreta ou abstrata. A rede parte da premissa de assegurar a comunicação, todavia, a rede que desenha fronteiras e limites não assegura a comunicação. Desse modo, toda rede representa uma imagem do poder, ou, mais precisamente, do poder exercido pelo (s) ator (es) dominante (s) (Raffestin, 1993).

Andrade (2004), em uma dimensão mais econômica do território, destaca que François Perroux, nos meados do século XX, já chamava a atenção em relação às empresas motrizes, que por sua exploração e controle de instalações acabavam muitas vezes sendo mais importantes que o próprio Estado e reconhece o rompimento de fronteiras e a minimização da soberania pelo processo de globalização. O autor afirma que o conceito de território está ligado à ideia de domínio e gestão e que “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (Andrade, 2004, p. 19).

Por outro lado, Raffestin (1993) destaca que as tessituras criadas pelo Estado, costumam ter uma permanência maior, já os limites econômicos são mais instáveis, pois se adaptam às mudanças de estrutura e de conjuntura.

Contudo, a grande diferença entre malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. Além disso, as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas (Raffestin, 1993, p. 155).

Souza (2000, p. 78), destaca que o território, “fundamentalmente, é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e que esse não deve se restringir apenas ao território nacional, gerido pelo Estado.

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (Souza, 2000, p. 81).

Desse modo, para Souza (2000), o território passa a ser compreendido não apenas enquanto um espaço físico estático e controlado apenas pelo poder do Estado, mas um território mais dinâmico e que leva em consideração também a atuação de outros grupos sociais, estabelecendo relações de poder. Sendo assim, o território passa a ser entendido também enquanto um “campo de forças”, evidenciando, além do caráter permanente do território, uma abordagem cíclica ou periódica. O autor, passa então a considerar múltiplos territórios, principalmente nas grandes metrópoles, chamando a atenção para a existência de territórios-rede e a sobreposição territorial que pode acontecer, onde uma área pode estar submetida a diferentes escalas, formando uma “territorialidade de baixa definição”.

Sobre a clássica discussão acerca das categorias geográficas, Souza (2000), concorda com a afirmação de Raffestin (1993), de que o espaço é anterior ao território. No entanto, o autor tece uma crítica a visão naturalizante de Raffestin sobre o espaço, onde este seria reduzido apenas ao espaço natural, empobrecendo o arsenal conceitual geográfico.

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar ao espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda espacialidade social – ao menos enquanto o homem estiver presente (Souza, 2000, p. 96).

Outro importante geógrafo brasileiro foi Rogério Haesbaert, que buscou, em sua obra, atribuir uma análise multidimensional do território. O autor defende que o

território possui uma variedade de definições e diferentes enfoques, onde, a escolha entre uma abordagem, muitas vezes está associado a posição filosófica de cada autor (Haesbaert, 2011). Desse modo, o autor categoriza o território a partir de quatro vertentes básicas:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um poder determinado, na maioria das vezes — mas não exclusivamente — relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vívido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.
- [...] natural(ista) mais antiga e pouco veiculada hoje nas ciências sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico (Haesbaert, 2011, p. 40).

Haesbaert (2011), continua a categorização do território, agora em uma perspectiva mais abrangente e que se relaciona com a fundamentação filosófica de cada abordagem, sendo elas:

- a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.
- b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(s) e/ou espaço(s) geográfico(s). (Haesbaert, 2011, p. 41).

Na perspectiva materialista, Haesbaert (2011, p. 58), destaca 3 diferentes abordagens: **a) naturalista**, onde as relações com o território se assemelham ao comportamento animal, como comparação do instinto natural da proteção de um território; **b) concepção de base econômica**, nessa abordagem, “provavelmente a concepção mais relevante e teoricamente mais consistente seja aquela defendida pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, em que o ‘uso’ (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território”; e **c) tradição jurídico-política**, que inicialmente vincula

o território ao Estado, foi tomando maiores proporções na geografia regional que tratava de questões econômico-políticas e mais recentemente passa a incorporar elementos culturais e que remetem a representação desse território.

Na visão idealista, a compreensão do território abrange a dimensão ideal e simbólica. Os códigos culturais atribuem a ele um senso de pertencimento que resulta na expressão da identidade cultural, caracterizada por símbolos. Nessa perspectiva, o território é carregado de valores que transcendem a materialidade, como os valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Dessa forma, ele não pode ser interpretado apenas como uma propriedade ou como algo externo à sociedade que nele vive, pois carrega uma identidade derivada de uma conexão afetiva com o espaço. Há ainda que se destacar, que na perspectiva idealista, a territorialidade é o conceito utilizado para dar ênfases a questões de ordem simbólico-cultural, muitas vezes estando restrita a dimensão simbólica do território. (Haesbaert, 2011).

Haesbaert (2011), então avança para uma abordagem híbrida do território, onde não se pode analisar isoladamente o seu aspecto político, natural, econômico ou cultural. O território, nessa perspectiva, deve ser compreendido a partir de uma perspectiva integradora que considere todos os elementos simultaneamente. Segundo o autor, restaria então assumir a existência de vários tipos de territórios que coexistem, ou construir a ideia de um território articulado/conectado, que abarque nossa vida política econômica e cultural, de modo integrado.

Entretanto, seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens 'unidimensionais' aqui comentadas. Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido — híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e 'idealidade', numa complexa interação tempo-espaço (Haesbaert, 2011, p. 79).

Ao considerar essa abordagem híbrida de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir das múltiplas relações de poder, seja o poder mais material, como as relações político-econômicas, como o poder mais simbólico, de ordem mais cultural. De todo modo, destaca-se a importância da contextualização histórica, do qual território está sendo trabalhado.

Por fim, Haesbaert (2011), recorre a Claude Raffestin e Robert Sack, para analisar o território a partir de uma abordagem relacional. Nessa perspectiva, a dimensão territorial está sempre associada a relações de poder, mas não se restringe apenas a esta. O Território aqui é compreendido como algo vivo, dinâmico e em

constante transformação, sendo definido pelas relações entre processos sociais e o espaço físico. Outra análise importante na abordagem relacional é a de que o território não implica uma leitura simplista do “enraizamento” ou da delimitação de fronteiras, mas de um espaço fluído e interconectado, que reflete as mudanças da sociedade ao longo do tempo.

De acordo com Saquet (2013), vivemos territorialidades múltiplas e distintas, caracterizadas por dimensões políticas, econômicas e culturais que coexistem em constante movimento. Nesse processo, as relações religiosas, os vínculos entre Estados e suas interações com empresas são simultaneamente transformados e preservados. As novas territorialidades e reterritorializações refletem descontinuidades históricas e multiescalares, configurando um movimento relacional e processual de apropriação, dominação e produção material e imaterial, “(i)material”, do território. O autor também evidencia a natureza em sua análise, para Saquet, a natureza está no território. Desse modo as perspectivas econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N), compõe uma relação indissociável nas tramas territoriais.

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no* e *com o* lugar e *com outros* lugares e pessoas; identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior ao homem. Na relação espaço *versus* território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro. Também são inseparáveis, como a relação tempo histórico *versus* tempo coexistente. Há um processo histórico e articulações escalares, no território (Saquet, 2013, p. 158-159).

De maneira consoante, Saquet (2009, p.74), busca estabelecer uma “abordagem histórica, relacional multidimensional-híbrida do território e da territorialidade”, afirmando que o caráter material e imaterial do território necessita de uma abordagem que reconheça a unidade entre as dimensões economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N), concomitantemente.

A respeito da discussão conceitual acerca do espaço e território, Saquet (2009), afirma que estes não são separados, um está no outro, e a opção pela adesão é uma questão de método, política, ontológica e epistemológica. Entretanto, existem pelo menos três processos que estão na base da diferenciação entre esses conceitos:

a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i-]materiais) com uma miríade de combinações; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) [...] (Saquet, 2009, p. 82).

Saquet (2013), também chama a atenção para a necessidade de uma abordagem que dê conta de compreender a realidade brasileira, suas especificidades, visto que a maioria das conceituações foram elaboradas sob o método europeu e para a Europa. O autor ainda aponta a abordagem territorial como um caminho para se compreender a relação de complementaridade que acontece entre espaço rural e urbano, seus conflitos, redes e relações de poder dentro de um constante processo de urbanização do campo.

Fernandes (2005) aponta que os territórios se formam no espaço geográfico por diferentes relações sociais. O território, assim como a região e o lugar, é uma fração do espaço, mas que possui suas qualidades composicionais, nesse caso, as dimensões de poder e controle social que configuram o território.

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (Fernandes, 2005 p. 27).

As relações e as classes sociais criam distintos territórios e espaços, os quais, por sua vez, perpetuam constantemente as conflitualidades. O autor afirma que os territórios capitalistas originam territórios não capitalistas. Esse processo ocorre de forma desigual e conflituosa, resultando em disputas territoriais contínuas. Essas disputas não se restringem ao campo econômico, já que o território, sendo uma totalidade multidimensional, estende essas disputas a todas as esferas. Assim, os conflitos também se manifestam nos âmbitos político, teórico e ideológico, permitindo a compreensão tanto de territórios materiais quanto imateriais (Fernandes, 2009).

Fernandes (2009), destaca que o território imaterial pertence ao mundo das ideias e coordena o mundo das coisas: o mundo material. O território imaterial é formado por conceitos, métodos, teorias, paradigmas, ideologias, etc., que vão determinar uma ou outra interpretação. Os pesquisadores buscam explicações a partir da intencionalidade, ou seja, convencer e induzir fazem parte do processo histórico da elaboração conceitual. É necessário pensar o território imaterial também como uma relação de poder, afinal os territórios imateriais são importantes para a compreensão dos diferentes tipos de território material. O uso criterioso de conceitos deve possibilitar ao pesquisador uma posição autônoma e que evite com que esse caia na comodidade de uma explicação simples e subalterna do seu objeto. Desse modo,

além dos territórios em si, o conceito também passa a ser disputado a partir da intencionalidade.

É a intencionalidade que faz com que os estudiosos definam a totalidade de seus objetos. Por exemplo, é possível estudar a dimensão econômica do território ou a dimensão territorial da economia. É possível estudar o território somente como espaço de governança, como uno, ou estudá-lo como diverso, pelas suas diferencialidades. É possível falar de exclusão ou inclusão precária, ou ainda é possível falar de capital social, capital político, capital natural ou dimensão social, dimensão política, dimensão cultural, dimensão natural dos territórios (Fernandes, 2009, p. 203).

Dessa forma, Fernandes (2009), propõe dividir os territórios em três categorias principais, com foco em suas características distintas e nas relações sociais que os produzem: **A) Primeiro território:** Descrito como espaços de governança, servem como elemento fundamental para a existência das pessoas como as nações, estados e municípios, sendo a base onde outros territórios se formam e gerador de multiterritorialidades, pois contém todos os outros tipos de territórios. **B) segundo território:** são representados pelas propriedades privadas, que podem ser capitalistas (voltadas ao lucro) ou comunitárias (não capitalistas, como aldeias indígenas e quilombos). Este território é caracterizado pelos aspectos materiais de governança e propriedade. Ele destaca como as classes sociais interagem e afetam a dinâmica territorial. **C) Terceiro território:** Espaços relacionais, que conectam e interagem com os dois primeiros, enfatizando as conexões e as interações sociais, incluindo fluxos de mercadorias, redes de comunicação e até mesmo territórios transnacionais. O terceiro território captura a natureza fluida e dinâmica das relações territoriais e está relacionado às suas formas de uso, portanto, às suas territorialidades.

Fernandes (2009), alerta que essa tipologia de territórios não deve ser confundida com a multiterritorialidade, visto que a multiterritorialidade nasce a partir da tipologia.

Os territórios em diferentes escalas se sobrepõem, são utilizados de diferentes formas assim como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam gerando multiterritorialidades. Esses processos complexos muitas vezes são generalizados, dificultando análises mais aprofundadas (Fernandes, 2009, p. 205).

Para a Geografia, o território é uma totalidade, diferentemente de outras ciências que pode utilizá-lo apenas como uma dimensão. A contradição, conflitividade e solidariedade são relações que explicitam sua multidimensionalidade. O “território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos

pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou” (Fernandes, 2005, p. 28).

A compreensão do território como um todo passa pela multidimensionalidade, ou seja, é possível analisar o território a partir de uma ou mais dimensões sem desconsiderar as outras. A multidimensionalidade ajuda compreender a totalidade do território, já que são as suas dimensões que o compõem. As múltiplas dimensões do território são construídas pelos sujeitos nas relações estabelecidas com a natureza e entre si, podendo ser relações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais. No mesmo sentido, podemos compreender a organização do território em várias escalas geográficas, essas análises refletem a multidimensionalidade e a multiescalaridade que fundamentam a manutenção dos territórios (Fernandes, 2008, 2009).

O texto apresentado até aqui, não busca, de modo algum, apresentar uma definição única de território, mas apresentar como diferentes autores a partir de diferentes métodos fazem a definição desse conceito. Todavia, reconhecendo a importância de uma definição, partimos da conceituação de que o território, diferentemente do espaço, tem como referência central as relações de poder estabelecidas no interior de suas fronteiras, que podem se fixas ou variáveis, o território que entendemos aqui é multidimensional, ou seja, apresenta diversas vertentes, o território abrange ainda um caráter material e imaterial em sua configuração. O território para essa pesquisa se torna o elemento central pois entendemos que os acampamentos representam a materialização dos ideais defendidos pelo movimento, que ao se envolverem nas conflitualidades da luta pela terra, estabelecem nela as fronteiras materiais e imateriais que constituem suas relações de poder e identidades com o território. Nessa perspectiva, a compreensão do território conduz, necessariamente, à análise da concentração fundiária e da atuação do MST na luta pela reforma agrária.

1.2 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E O ENFRENTAMENTO À CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é um movimento social que tem por objetivo articular e organizar os trabalhadores rurais para conquistar a reforma agrária. O movimento busca, através das ocupações, entrar e

permanecer na terra a fim de modificar sua histórica forma de apropriação. Desde sua formação, o MST tem sido a principal organização a desempenhar essa forma de enfrentamento (Fernandes, 2001).

Gohn (1997), analisa os movimentos sociais a partir de contextos específicos na América do Norte, Europa e América Latina. Para a autora, é a partir de um conjunto de teorias, categorias e conceitos, que se torna possível construir interpretações acerca da realidade social. Desse modo, “não há um conceito sobre movimento social, mas vários, conforme o paradigma utilizado” (Gohn, 1997, p. 13). Dentre os vários paradigmas, para o nosso estudo vale destacarmos o marxista, considerado aquele que mais contribuiu com o estudo da temática. Partindo de diversos autores marxistas, é possível apoiar-se no conflito entre classes e no poder revolucionário das “massas” para uma transformação social. Entretanto, nem todos os movimentos sociais são revolucionários (que buscam uma ruptura e a queda da hegemonia capitalista), pois há ainda movimentos reformistas, pautados na garantia de direitos previstos na legislação (Gohn, 1997, *apud*. Fabrini, 2011).

As mudanças globais que aconteceram nas últimas décadas impactaram também os movimentos sociais, especialmente na América Latina, ampliando o foco para além da política, religião e demandas socioeconômicas ou trabalhistas. Atualmente, destacam-se também os movimentos por reconhecimento, cultura e identidade, que dividem espaço com os movimentos sociais globais (Gohn, 2008).

Fabrini (2011), destaca que entre os movimentos sociais, inseridos em lutas por uma transformação estrutural, se destacam os movimentos camponeses. Mesmo com a variedade de concepções e manifestações, grande parte dos movimentos sociais camponeses buscava lutar contra a apropriação concentrada da terra, base da estrutura capitalista e causadora da miséria, violência e brutalidades no campo.

O Brasil é um país com enorme extensão territorial, possuindo grande potencial para o desenvolvimento de uma agricultura que garanta a dignidade e a soberania de seu povo. Entretanto, os dados do censo agropecuário de 2017 revelam contradições enormes em relação a estrutura agrária do país. Segundo o IBGE (2020), o índice de Gini² – indicador da desigualdade no campo – registrou 0,867 pontos naquele ano.

² O índice de Gini é um indicador que analisa a desigualdade. Geralmente é utilizado para analisar dados de distribuição de renda, mas pode também ser utilizado nos estudos agrários, relacionados a distribuição de terra. O índice possui uma escala que varia de 0 a 1, sendo o 0 a perfeita igualdade e 1 a desigualdade máxima.

Esse número coloca o Brasil entre os países com maior concentração de terra do mundo. No seu entorno, a América Latina representa a região com a maior desigualdade agrária do mundo, sendo que apenas 1% das propriedades rurais possuem área maior que as 99% restantes (Oxfam, 2016).

Os dados do último censo agropecuário mostram que as propriedades com menos de 50 hectares representavam 81,4% do total de estabelecimentos rurais, mas que ocupavam apenas 12,8% da área total. Em contrapartida, os estabelecimentos que ultrapassam os 2.500 hectares representam apenas 0,3% do total e ocupavam 32,8% da área de estabelecimentos do país. Em relação ao pessoal ocupado, as propriedades com até 50 hectares acolhiam 71,7% dos trabalhadores (IBGE, 2020).

Nesse sentido, Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), já apontavam que nas propriedades capitalistas a relação pessoa-hectare é de apenas duas pessoas a cada cem hectares, enquanto nos territórios camponeses a proporção era de 15 pessoas a cada cem hectares. Esses dados contribuem com o fato de que a maior parte das pessoas que trabalham na agricultura camponesa vive no campo, para elas a terra é lugar de produção e moradia, já para o agronegócio a terra é apenas lugar de produção.

Uma outra forma de desigualdade no campo brasileiro está relacionada ao sexo do produtor. Os estabelecimentos dirigidos por produtores do sexo feminino ficam em torno dos 19% do total e a área média de suas propriedades é significativamente menor que entre os produtores do sexo masculino. Essa desigualdade relacionada ao sexo do produtor é consideravelmente mais baixa entre os assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (IBGE, 2020).

Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), ainda ressaltam que 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola. Temos então um “Brasil agrário paradoxal”, onde, de um lado o agronegócio controla a grande maioria da área agricultável, recebe 85% do crédito e emprega apenas $\frac{1}{4}$ das pessoas. De outro lado temos os camponeses que representam $\frac{3}{4}$ da população empregada, $\frac{1}{4}$ da área agricultável e apenas 15% do financiamento.

A Tabela 1, elaborada pelo DATALUTA, sistematiza e apresenta os dados mais recentes sobre a estrutura fundiária brasileira. É importante destacar que os dados apresentados se referem a imóveis particulares e de posses, excluindo as terras públicas. Na tabela ainda é possível observar o índice de Gini do ano de 2019 e

estabelecer um comparativo entre a desigualdade no acesso à terra nas diferentes regiões do Brasil.

Tabela 1 – Brasil: estrutura fundiária – macrorregiões e unidades da federação (2019)³

Região/UF	Índice de Gini	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%
NORTE	—	514.360	7,9	129.083.449	21,4
AC	0,799	29.178	0,4	5.840.605	1,0
AM	0,891	73.211	1,1	27.103.529	4,5
AP	0,611	11.358	0,2	1.666.008	0,3
PA	0,794	154.981	2,4	44.786.770	7,4
RO	0,634	132.583	2,0	14.073.579	2,3
RR	0,703	7.003	0,1	7.596.014	1,3
TO	0,701	82.078	1,3	28.016.918	4,6
NORDESTE	—	1.899.708	29,3	141.970.433	23,5
AL	0,777	53.666	0,8	2.042.194	0,3
BA	0,823	710.019	10,9	54.071.412	9,0
CE	0,752	278.464	4,3	12.402.098	2,1
MA	0,727	161.632	2,5	33.223.835	5,5
PB	0,745	149.919	2,3	4.803.327	0,8
PE	0,741	221.604	3,4	7.892.527	1,3
PI	0,800	150.244	2,3	21.284.526	3,5
RN	0,738	69.910	1,1	4.168.507	0,7
SE	0,742	104.248	1,6	2.082.359	0,3
CENTRO-OESTE	—	540.635	8,3	182.203.125	30,2
DF	0,814	12.478	0,2	342.798	0,1
GO	0,731	253.435	3,9	40.188.307	6,7
MT	0,784	178.172	2,7	102.190.111	16,9
MS	0,816	96.550	1,5	39.481.909	6,5
SUDESTE	—	1.784.209	27,5	93.452.984	15,5
ES	0,638	154.474	2,4	4.772.730	0,8
MG	0,743	1.014.001	15,6	60.301.475	10,0
RJ	0,718	129.077	2,0	4.868.407	0,8
SP	0,743	486.657	7,5	23.510.372	3,9
SUL	—	1.754.346	27,0	57.021.227	9,4
PR	0,685	586.420	9,0	20.221.891	3,3
RS	0,703	781.392	12,0	27.569.922	4,6
SC	0,625	386.534	6,0	9.229.414	1,5
BRASIL	0,821	6.493.258	100	603.731.218	100

Fonte: DATALUTA (2020).

Na tabela 1 podemos observar que o índice de Gini no Brasil, em 2019, marcou a taxa de 0,821. Também é possível observar que a região Sul apresenta o percentual mais baixo em relação a área total das propriedades. No estado do Paraná, o índice de Gini indica o valor de 0,685.

³ Destacamos que a fonte dos dados apresentados nesta tabela é o INCRA. As pequenas divergências em relação aos números anteriormente citados, provenientes do IBGE, decorrem de diferenças metodológicas entre os órgãos quanto à definição de ocupação e posse jurídica dos imóveis.

O conceito de movimento social é mais significativo para a sociologia, visto que nessa abordagem evidenciam-se as relações sociais. Entretanto, essas relações se materializam no espaço. Desse modo, os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial, ganham evidência em uma abordagem geográfica, visto que além das formas, ações e relações dos movimentos é essencial compreender os espaços e territórios por eles produzidos. A produção do espaço, nos movimentos socioespaciais, é efetivada pela intencionalidade dos sujeitos para modificação da realidade através da ação política. Contudo, os movimentos socioterritoriais, através da conflitualidade, transformam seus espaços em territórios. Esses espaços representam a materialidade, dessa forma, todos os movimentos são socioespaciais, até mesmo os socioterritoriais, já que o território é construído a partir do espaço (Fernandes, 2005).

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização (Fernandes, 2005, p. 31).

De maneira semelhante, Pedon (2013), argumenta que a ação política de uma grande parcela da classe trabalhadora envolve a conquista do espaço, e as relações de poder que os homens estabelecem entre si transformam o espaço em um território. A condição de tornar o espaço em um território amplia a capacidade dos homens e possibilita um maior controle acerca dos processos que condicionam suas vidas.

O território se torna essencial para os movimentos socioterritoriais, em suas vivências compartilhadas, ele cria uma “energia” capaz de mobilizar os moradores que se inseriram no embate político, diferentemente do espaço que muitas vezes pode ser visto apenas como recurso natural a ser utilizado pelos homens ou como obstáculo a ser superado (Pedon, 2013). O que nos interessa aqui não é apenas o espaço em si, mas seu movimento e sua transformação em território. Desse modo, “território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (Fernandes, 2005, p. 30).

Entretanto, é importante enfatizar que movimento social, movimento socioespacial e movimento socioterritorial não são distintos. Mas se tratam de um mesmo grupo social organizado com objetivo de transformação da realidade. A diferenciação é predominantemente epistemológica e parte da necessidade de se estabelecer uma perspectiva geográfica na teoria social crítica. A partir de um ponto

de vista sociológico temos movimentos sociais e a partir de um ponto de vista geográfico temos os movimentos socioespaciais e socioterritoriais (Fernandes, 2005; Pedon, 2013).

Em consonância com os autores citados e partindo da necessidade de compreender os territórios e territorialidades estabelecidas pelos movimentos, utilizamos nessa pesquisa o conceito de movimento socioterritorial ao se referir ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Compreendemos os acampamentos construídos pelo MST como territórios configurados e formados a partir de conflitualidades.

1.2.1 O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST surgiu a partir da junção de vários movimentos populares de enfrentamento, resistência e de luta pela terra que surgiram ainda durante o regime militar. No final da década de setenta, em vários estados brasileiros ocorreram lutas localizadas que deram início ao movimento. No início dos anos oitenta, os movimentos camponeses conseguem condições de se unificar, a partir de ocupações de terra nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Destacamos ainda alguns casos de lutas camponesas que contribuíram para o enfrentamento da questão agrária no Brasil, como a Guerra de Canudos, no final do século XIX, Guerra do Contestado, início do século XX, e mais adiante as ações das Ligas Camponesas, a Guerrilha de Porecatu, Trombas e Formoso e Revolta dos Posseiros do Sudoeste. (Comparato, 2001; Fernandes, 2012; Roos et al., 2021).

Stedile e Fernandes (1999, p. 21), apontam três importantes fatores que contribuíram na formação do movimento: **a) socioeconômico**, no contexto da década de 1970, a agricultura brasileira passou por importantes transformações, como a intensificação da mecanização nas lavouras, que expulsou do campo grandes contingentes populacionais; **b) ideológico**, onde o trabalho pastoral da Igreja Católica e Igreja Luterana, contribuíram para a reorganização das lutas camponesas, principalmente a partir da formação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT)⁴. “A CPT

⁴ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um organismo da Igreja Católica, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi criado em 1975, em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, com o objetivo de refletir e atuar diante do aumento dos conflitos fundiários nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Inspirada pela Teologia da Libertação, a CPT buscou pôr em prática as diretrizes do Concílio Vaticano II. Embora tenha começado no Norte e Centro-Oeste, a

foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional” e; **c) político**, que leva em consideração o período vivenciado naquela década que coincidiu com o processo de luta pela democratização, onde a luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias.

No início do século XX, na região que se distribui atualmente entre Paraná e Santa Catarina, a Guerra do Contestado, foi um conflito que se destacou na região Sul do Brasil. O conflito embora muitas vezes anunciado como uma disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, na verdade têm raízes muito mais profundas do que uma disputa entre os estados. Segundo Roos *et al.* (2021), o que desencadeou o conflito foi a concessão de 30 quilômetros de terra às margens dos trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande, à *Brazil Railway Company* como forma de pagamento pela construção da ferrovia. Contudo, a área já era ocupada por camponeses e indígenas. Com a chegada da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, subsidiária da *Brazil Railway*, para a retirada da madeira, a milícia armada iniciou a expulsão violenta dos camponeses e indígenas ali estabelecidos. Os camponeses organizaram a resistência baseados nos ensinamentos do monge João Maria, mas o conflito foi marcado pelo uso desproporcional de força estabelecido pelas Polícias Militares do Paraná e Santa Catarina, milícia armada das empresas e exército.

Neste cenário, se destaca a figura dos redutos, que eram espaços em meio à floresta, utilizados pelos camponeses como forma de organização de suas resistências, de sociabilidade e pautados nos princípios de igualdade e solidariedade (Roos *et al.*, 2021). O Reduto Arraial de Caraguatá, se destaca por ser o último e principal núcleo de resistência na região do Contestado, nesse reduto não havia propriedade privada da terra e nele os camponeses resistiram a diversas incursões militares. Entretanto, em dezembro de 1914, cerca de 7 mil homens do exército, mil policiais militares e trezentos jagunços que juntos contaram ainda com o apoio de aviões militares trucidaram o último núcleo, dando fim a resistência camponesa (Fernandes, 2000).

Martins (1981, p. 57), aponta que assim como na Guerra de Canudos, na região do Contestado também existia um forte elemento messiânico. Enquanto em Canudos a figura era a de Antônio Conselheiro, na região do Contestado, quem possuía esse

organização expandiu sua atuação para quase todos os estados brasileiros, estando presente em dioceses em questões relacionadas à terra.

papel era o monge José Maria⁵. A principal justificativa da recém-formada República, ao retalhar esses movimentos era a de que os sertanejos eram monárquicos. Todavia, o autor ressalta que embora houvesse de fato um combate direto com a República coronelista, a movimentação desses camponeses de nada se assemelhava com a monarquia dos Braganças, a “monarquia” era simplesmente a contraposição das repúblicas “era basicamente uma monarquia religiosa e igualitária”.

A partir de 1945, começaram a se formar em vários estados do Brasil, as Ligas Camponesas, organizações políticas de camponeses, posseiros, proprietários, meeiros e parceiros. As ligas camponesas eram apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e buscavam uma reforma agrária radical, resistindo ao assalariamento, expropriação e expulsão da terra, através das ocupações. Em 1964, com o golpe militar, mesmo com a tentativa de organizar grupos guerrilheiros, as Ligas foram aniquiladas. Já no Rio Grande de Sul, no final da década de 1950 Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER) surgiu com a resistência de 300 famílias e se territorializou por todo o estado, o MASTER, lutava para entrar na terra e constituir seus acampamentos (Fernandes, 2000).

Durante todo o período entre 1940 e 1964, os primeiros encontros de organização camponesa aconteceu concomitantemente a diversos conflitos localizados, por todo o Brasil de luta pela terra. No Paraná, durante a década de 1950, se destacam a Guerrilha de Porecatu, no Norte do estado e a Revolta dos Posseiros do Sudoeste.

Entre 1965 e 1985, o Brasil passou por um processo de modernização agrícola que transformou profundamente o campo brasileiro, privilegiando a agricultura capitalista em desfavor a agricultura camponesa. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) financiou a modernização, em contrapartida, deixou a agricultura cada vez mais dependente de tecnologia e insumos estrangeiros. Essa transformação acentuou a concentração de terras, promoveu o crescimento do trabalho assalariado no campo e intensificou os conflitos e a luta pela terra que perdura até atualidade (Fernandes, 2012).

Alguns dos fatores da crise desse modelo são, por exemplo: a não realização da reforma agrária; a concentração do poder político nas mãos da bancada

⁵ “Monge João Maria” e “Monge José Maria”, embora tratem-se de personagens distintos, foram fundidos numa mesma identidade, o “São João Maria” no imaginário popular caboclo. Todavia, há pelo menos três monges reconhecidos que passaram pela região, em momentos distintos: João Maria D’Agostinis, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho. Sobre isso, consultar Feldhaus (2013).

ruralista; a política de privilégios à agricultura capitalista e a consequente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem-terra; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista e economicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola etc. (Fernandes, 2012, p. 2).

Também durante o período da ditadura militar, foi criado o Estatuto da Terra, que tinha como objetivo resolver questões pontuais de conflitos agrários, com o objetivo de desmobilizar a luta camponesa, evitando que a questão agrária tomasse proporções a nível nacional. Todavia, a questão agrária já havia tomado grandes proporções, a militarização havia aumentado ainda as diversas formas de violência no campo, com as forças de repressão privadas (jagunços) e a polícia que defendiam os interesses dos latifundiários (Fernandes, 2000).

Ainda no estado do Paraná, além das revoltas citadas, a luta camponesa ganhou ainda mais força a partir da organização dos agricultores que tiveram suas terras expropriadas durante a construção da barragem de Itaipu no final da década de setenta, com suas terras alagadas pelo reservatório da usina hidrelétrica, os agricultores se organizaram através do Movimento Justiça e Terra para reivindicarem uma indenização justa. Destaca-se ainda o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra do Oeste (MASTRO), fundado em 1981. Enquanto o Movimento Justiça e Terra buscava indenizações justas, o MASTRO iniciou a luta pela reforma agrária, a partir daí outros movimentos passaram a se formar em outras áreas do Paraná. Além disso, a organização através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e a importante participação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) e igreja católica com a criação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) formaram o Movimento Justiça e Terra, que mais tarde, com o MASTRO, possibilitaram a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Roos *et al.*, 2021).

Nota-se, portanto, que as lutas travadas contra as barragens foram e têm sido fundamentais para que as populações atingidas conquistem a minimização dos impactos sofridos e, também, que essas experiências de enfrentamento contribuíram para a organização dos atingidos em escala nacional por meio do MAB. As diversas organizações e lutas camponesas construídas no Paraná, com destaque àquelas na mesorregião Oeste, como o Movimento Justiça e Terra e o Mastro, possibilitaram mais tarde a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, a partir das diversas lutas de despossuídos da terra ocorridas no início da década de 1980, houve condições para unificação dos movimentos camponeses organizados em outras unidades da federação (Roos *et al.*, 2021, p. 8).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nasceu a partir de várias formas de enfrentamento realizados ao longo dos anos, sendo esse, “parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil” (Fernandes, 2012, p. 17). Fernandes (2000, 2012), se refere a um processo de “gestação” do MST, que aconteceu no decorrer dos anos setenta, reunindo e articulando experiências localizadas que aconteciam nos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná. Desse modo, a gênese do movimento não deve ser compreendida a partir de um momento único, mas por uma série de momentos que duraram pelo menos quatro anos.

Contudo, a fundação oficial do MST, se refere ao I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná. O encontro contou com a participação de 80 representantes de 13 Estados brasileiros. Na oportunidade, também foram definidos os princípios, estrutura, reivindicações, formas de organização e de luta do movimento (Stedile; Fernandes, 1999).

1.2.2 Territorialização, ocupações e acampamentos

Desde sua fundação oficial em 1984, o MST passou a se espacializar por todas as regiões do Brasil. Através da territorialização, “ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais” (Fuini, 2014, p. 233), o MST transformou os espaços ocupados em territórios, “visto que as porções do território conquistadas se tornaram as bases referenciais para a espacialização do Movimento” (Fernandes, 2000, p. 171). As ocupações se intensificaram durante as décadas de oitenta e noventa, com o MST chegando a organizar-se em 24 estados brasileiros em 1997, as ocupações representam os processos de espacialização e territorialização do movimento (Fernandes, 2012).

A territorialização do MST acontece principalmente através da ação do Setor de Frente de Massas, que se deslocam para áreas urbanas periféricas e procuram entender a questão agrária e situação dos sem-terra. Esse setor fica responsável por reunir as famílias da região para a reflexão sobre a situação de trabalho e terra, formar uma coordenação local e analisar a conjuntura política para decidir as próximas

etapas. Esse trabalho é feito pelos próprios trabalhadores, mas muitas vezes recebe o apoio da igreja, sindicatos ou partidos políticos. Após alinhadas as decisões, as famílias partem rumo a ocupação de terra (Fernandes, 2012).

O setor de Frente de Massas realiza as primeiras atividades, pelas quais entram as famílias que passam a compor o MST. Esse setor faz a *travessia* das pessoas para dentro do MST. E no desenvolvimento desse processo de luta popular, na construção da consciência e da identidade com a luta e com o Movimento, os *sem-terra* vão se fazendo *sem-terra*. Desse modo, tornar-se *sem-terra* é mais que tentar superar a condição de ser *sem-terra*, é possuir o sentido de pertencer à identidade e aos princípios desse movimento camponês. (Fernandes, 2000, p. 173).

Fernandes (2000, p. 172), destaca a importância do núcleo familiar na constituição desses acampamentos, as famílias sustentam e são o MST. Essas posições são forjadas na luta, nas ocupações. Na construção das experiências de ocupação surgiu a necessidade da organização em comissões, núcleos e setores que se organizam para refletir e discutir a luta pela terra em todas as suas dimensões. “Elas fazem-se e refazem-se, organizando-se para ocupar, para o trabalho na terra, para a educação, para a formação política, para resistir, para serem elas mesmas, para existirem como camponeses”. A partir dessa práxis, foram desenvolvidas ocupações em massa que culminaram nos processos de formação e territorialização do Movimento. A ocupação, enquanto ação popular, constitui uma forma de luta que envolve uma relação entre tempo e espaço na transformação da realidade.

Fernandes (2000), destaca ainda, que é fundamental diferenciar o ato de ocupação do processo de ocupação. O ato de ocupar representa apenas um momento dentro desse processo mais amplo, que tem início na formação de grupos familiares e nos trabalhos de base, evoluindo por meio de acampamentos, negociações, enfrentamentos, manifestações, conquistas de terra e as lutas seguintes.

Há vários momentos e distintos lugares de formação social e política na luta pela terra. A participação efetiva na luta, no processo de ocupação, negociação, enfrentamento etc., gera um aprendizado político pela própria experiência vivida, quando se constrói importantes referenciais para o seu desenvolvimento. Mas a mobilização é uma parte da formação efetiva na construção da consciência e identidade sociopolítica. Além da mobilização é preciso aperfeiçoar a organização. A prática sociopolítica desenvolve-se no cotidiano, nos trabalhos de base e no dimensionamento dos espaços de socialização política. Mas não é o suficiente. É preciso pensar, estudar, analisar, contextualizar a luta no processo histórico da resistência camponesa, no desenvolvimento da agricultura e do sistema sociopolítico e econômico (Fernandes, 2000, p. 174).

O modelo de desenvolvimento agropecuário, baseado no trabalho altamente mecanizado e produção voltada para exportação, implantado a partir de 1960,

intensificou a concentração fundiária, excluindo, expulsando e expropriando milhões de famílias. Somado a isso, a não realização de uma reforma agrária efetiva fez com que a luta pela terra se intensificasse, se transformando na principal forma de acesso à terra. Fernandes (2000) compreende a ocupação como uma forma de resistência camponesa frente ao desenvolvimento contraditório do capitalismo. A ocupação é um processo socioespacial e político que cria e recria o campesinato no interior do processo de territorialização do capital.

Nesse sentido, Martins (1981) já apontava que o capital não pode assalariar a todos, deixando de lado grande parte desses trabalhadores, gerando inevitavelmente expropriação e exploração. Na realidade brasileira, o capital não recria na mesma intensidade que exclui. Desse modo, através das ocupações os trabalhadores se ressocializam ao enfrentar o capital e ao mesmo tempo se reinserindo na produção capitalista das relações não capitalistas de produção.

Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão que o capital lhes causa e ou pelos próprios meios de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de identificação da luta de classes (Fernandes, 2000, p. 280).

Na formação de acampamentos é importante destacar o papel do trabalho de base, que nasce da necessidade das comunidades. O MST adota distintas metodologias de luta, que são diferentes em cada região (organização, formação, táticas de luta e negociação com o Estado e latifundiários), que tem como ponto de partida os trabalhos de base. Entretanto, o trabalho de base parte desde as primeiras reuniões onde são definidos os objetivos, de acordo com a necessidade do grupo, até o processo de contínuo aprendizado e formação política, estabelecido a partir das trocas de experiência e trajetórias de vida que contribuem na construção da identidade Sem Terra, através dos espaços de socialização política (Fernandes, 2000).

Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado (Fernandes, 2000, p. 283).

O trabalho de base ainda tem a missão definir qual terra será ocupada, isso leva em conta o número de famílias mobilizadas, a pesquisa sobre a área que se pretende ocupar e o levantamento de documentos. Definida a área, acontece o momento da ocupação, que muitas vezes é conflituosa, mas que marca o momento em que os trabalhadores sem-terra vêm a público, intervindo na realidade, construindo

espaços de resistência ocupando terra ou acampando as margens das rodovias. Participar de uma ocupação é um processo que representa a transformação da própria vida, por esse motivo, muitas famílias encontram uma situação de medo ou indecisão. Cabe a essas famílias a confiança nas pessoas que compõe o movimento e a convicção de sua verdade na luta pela terra (Fernandes, 2000).

É durante essa mobilização que se inicia a construção de uma identidade coletiva entre os camponeses. A coletividade emerge a partir da abertura de um diálogo entre líderes e acampados, bem como da organização política através das primeiras reuniões e assembleias, elementos fundamentais para as relações que se estabelecem no interior dos acampamentos. Estas experiências fazem do acampamento um espaço de aprendizagem política, no qual se formam alianças, mas também conflitos, entre seus participantes (Belo; Pedlowski, 2014).

Fernandes (2000) destaca que dentro dos acampamentos também existem as contradições em relação a formas mais defensivas ou ofensivas de luta, ou ainda em relação aos camponeses que ficam à espreita no processo de ocupação e vão para o acampamento apenas quando a ocupação foi efetivada. O aumento da participação das famílias e a territorialização do movimento também abriu brechas para a infiltração de polícias ou jagunços para espionar as ocupações.

Para Fernandes (2000), os conceitos de movimento isolado e territorializado relacionam-se com a organização social e o espaço geográfico. Um movimento é considerado isolado quando sua atuação está restrita a um território específico, surgindo em diferentes locais como resposta a lutas de resistência, especialmente em áreas de latifúndios. Esse tipo de movimento desenvolve sua territorialidade ao reproduzir ações características de seu território de origem. Por outro lado, os movimentos socioterritoriais, como o MST, possuem uma organização que permite sua atuação em diversos lugares simultaneamente. Essa capacidade de espacializar a luta facilita a conquista de novos territórios e a expansão do movimento. Muitos movimentos sociais começam isolados, mas, ao superar suas limitações iniciais, ampliam seus objetivos e conexões, criando novas lideranças e promovendo a luta por terra em diferentes regiões. Ainda de acordo com o autor, os movimentos socioterritoriais consolidam suas ocupações por meio dos processos de espacialização e territorialização relacionados à luta pela terra. Esses processos se complementam de forma dinâmica, uma vez que a espacialização dá origem à territorialização e, ao mesmo tempo, é reforçada por ela.

Ao longo de sua trajetória, os sem-terra adotaram diversas estratégias de luta, combinando-as de forma alternada ou simultâneas às ocupações de terra. Entre essas ações estão as marchas, a ocupação de prédios públicos e os protestos em frente às instituições bancárias. Essas iniciativas intensificaram-se como mobilizações, aumentando a capacidade de pressão dos trabalhadores nas negociações com diferentes instâncias do governo. Além disso, essas ações tornam visíveis suas condições, atraindo tanto apoio quanto às críticas da opinião pública e de vários segmentos da sociedade (Fernandes, 2000).

Loera (2014, p. 22) aponta que as ocupações de terra com a realização de acampamentos são um fato recente na luta pela terra no Brasil. Foi a partir dos anos 1990 que a forma de ocupação-acampamento, se tornou uma das mais adequadas para que os trabalhadores rurais, organizados a partir dos movimentos sociais, demandassem a realização da reforma agrária. Desse modo, “Aqueles que desejam um pedaço de terra devem então ocupar a terra, montar um acampamento organizado por um movimento e, a partir desse momento, fazer suas demandas ao Estado”.

Os acampamentos consistem, predominantemente, de uma ocupação de terra, seja em um latifúndio improdutivo ou na beira da rodovia que serve como forma de pressão aos órgãos competentes para que seja feita a reforma agrária, concedendo os títulos de uso e transformando a área do acampamento em um assentamento. Os acampamentos são a materialização da organização dos sem-terra. A sustentação dos acampamentos é uma forma de pressão para reivindicar o assentamento. E essa é uma prática do MST, garantir o acampamento até que todas as famílias sejam assentadas (Fernandes, 2000).

Essas ocupações têm como objetivo principal pressionar os órgãos públicos para que se aplique a Lei que garante a realização da reforma agrária, conforme o art. 184, “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária [...]” (Brasil, 1988, p. 113).

Nesse sentido, destaca-se que a Constituição brasileira estabelece critérios para a desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, conforme dispõe o art. 186 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual as propriedades rurais devem cumprir sua função social. Desse modo, devem proporcionar um aproveitamento racional e adequado do solo, a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, o respeito às relações de trabalho

conforme a legislação específica e a promoção do bem-estar de proprietários e trabalhadores. Quando esses critérios não são atendidos, o imóvel rural pode ser considerado passível de desapropriação para fins de reforma agrária (Brasil, 1988), sendo a avaliação formal dessas condições realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Fernandes (2000, p. 293), afirma que o acampamento é um espaço de luta e resistência, inserido no processo de espacialização, e que inicia o processo de territorialização da luta pela terra. Portanto, “as ações de ocupar e acampar integram os processos de espacialização e territorialização”. Ainda segundo o autor, o acampamento é a transição, entre a ocupação e o assentamento, onde os sem-terra promovem uma ação concreta de ação imediata, como uma condição para a negociação, colocando em questão a propriedade capitalista da terra, na construção de uma propriedade familiar. As experiências do MST mostraram que dificilmente a terra será conquistada sem as ocupações, mesmo os acampamentos que se mantiveram por anos em beira de rodovia, apenas com o processo de ocupação obtiveram êxito na luta. Nesse sentido, Stedile, aponta:

A ocupação dá esse sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança. Por isso é que não dá certo ocupação só com homem [...] Tem de ter a família, porque já está em processo o que vai ser a comunidade. Outro aspecto é que ela desmascara a lei. Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupação. É só comparar. Onde não tem o MST, não tem desapropriação. Onde o movimento é mais fraco, menor é o número de desapropriações, de famílias beneficiadas. A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito (Stedile; Fernandes, 1999, p. 115).

Em geral, os acampamentos têm uma disposição circular ou linear, onde são estabelecidas as escolas, farmácias, hortas e o local onde são realizadas as assembleias. Ao organizar um acampamento, as famílias criam diversas comissões e organizações que dão condições para a manutenção de suas necessidades básicas: saúde, segurança, educação, trabalho, negociação, etc. Nesse sentido, muitos acampamentos possuem escolas improvisadas em barracos de lona, principalmente para as séries iniciais; há um barraco que funciona como farmácia e, quando dentro de latifúndios, organizam mutirões para plantar e garantir alimentos básicos, quando em beira de rodovia, plantam entre a estrada e a cerca (Fernandes, 2000).

Sigaud, Rosa e Macedo (2008), ao observarem a formação de acampamentos na Zona da Mata de Pernambuco, identificaram que o MST buscava reunir pessoas

para realizar a ocupação, comandando a formação do acampamento para posteriormente apresentar-se ao Estado com as demandas dos camponeses acampados. Os acampamentos ainda eram dotados de aspectos materiais e simbólicos o que lhes concedia unidade, os autores identificam que

Os acampamentos possuíam uma organização espacial característica, com suas barracas alinhadas em forma de ruas; regras para ali conviver; uma divisão do trabalho em comissões; um vocabulário próprio; e, sobretudo, elementos dotados de forte simbolismo, que constituem sua marca distintiva, como a bandeira do movimento à frente da ocupação, hasteada em mastro elevado, e a lona preta a cobrir as barracas (Sigaud; Rosa; Macedo, 2008, p. 108).

O acampamento é um ambiente de mobilização permanente. Além de ser um local de resistência e luta, também se configura como espaço de interação e comunicação. Essas três dimensões do ambiente de socialização política manifestam-se de maneiras diversas nas atividades do acampamento. No período inicial da formação do MST, as famílias envolvidas realizavam ocupações somente após meses de preparação em trabalhos de base. Nessa fase, os sem-terra visitaram comunidades, compartilharam suas vivências, fomentaram discussões e intensificaram as dimensões comunicativas e interativas da socialização política. Esse processo contribuiu para estruturar os espaços de resistência e mobilização de forma mais organizada, já que as famílias se tornaram familiarizadas com os tipos de desafios enfrentados na luta (Fernandes, 2000).

Para Fabrini (2011), os assentamentos de reforma agrária expressam a territorialidade camponesa, resultado da luta pela terra que promove a territorialização dos sem-terra e a desterritorialização dos grandes proprietários. Antes dos assentamentos, ocorrem ocupações e acampamentos, que também possuem um conteúdo territorial, embora transitórios, sendo etapas fundamentais para uma territorialização camponesa mais consolidada nos assentamentos.

Entretanto, é necessário observar que, embora o acampamento apresente conteúdo territorial, ele é uma etapa do processo de territorialização camponesa, pois é transitório, é busca. A ocupação é um pré-requisito para a territorialização mais intensa dos sem-terra materializada nos assentamentos, ou seja, o assentamento possui uma força territorial mais intensa porque o camponês possui maior domínio sobre o espaço. Assentar na terra é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço, o que conforma o território (Fabrini, 2011, p. 103).

O autor ainda ressalta que o território é um espaço de disputa contínua, onde nenhuma classe detém o controle absoluto. Apesar da presença do capital, a cooperação, a solidariedade, a igualdade, a produção de subsistência e os valores

comunitários resistem e se recriam no espaço camponês. “Nos assentamentos são recuperados e recriados um conjunto de saberes e conhecimentos que estavam perdidos no território latifundiário e do agronegócio” (Fabrini, 2011, p. 103).

O processo de conquista da terra articula acampamentos, ocupações e assentamentos, permitindo a espacialização das lutas e a ampliação da territorialidade camponesa. O território fortalece os movimentos sociais no campo e serve de alicerce para a cooperação e a construção de igualdade, “é do território que emana a força dos movimentos sociais no campo. As lutas camponesas se alimentam da força do território” (Fabrini, 2011, p. 103). Por fim, os movimentos sociais e o território abrangem uma dimensão política, marcada pela organização de base que desafia decisões centralizadas, assumindo o poder sobre o espaço de forma coletiva e democrática.

Concordamos com Fabrini (2011), ao apontar o caráter transitório dos acampamentos, mas defendemos que o ato de ocupação já configura uma forma de territorialização primitiva⁶. Esse processo se baseia principalmente no ato de ocupação e delimitação de uma área. Desse modo, a territorialização nos acampamentos se mostra bastante instável e suscetível a reintegração de posse (desterritorialização), conflitos e ameaças.

É com base nesse pressuposto que essa pesquisa se assenta, partindo da lógica transitória dos acampamentos, buscamos identificar as territorialidades desenvolvidas dentro dos acampamentos, e de que maneira estas contribuem (ou não) para a construção de uma identidade. A seguir, caracterizaremos as áreas estudadas, para a elaboração dessa dissertação.

1.3 CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO E OS ACAMPAMENTOS DO RECORTE ESTUDADO

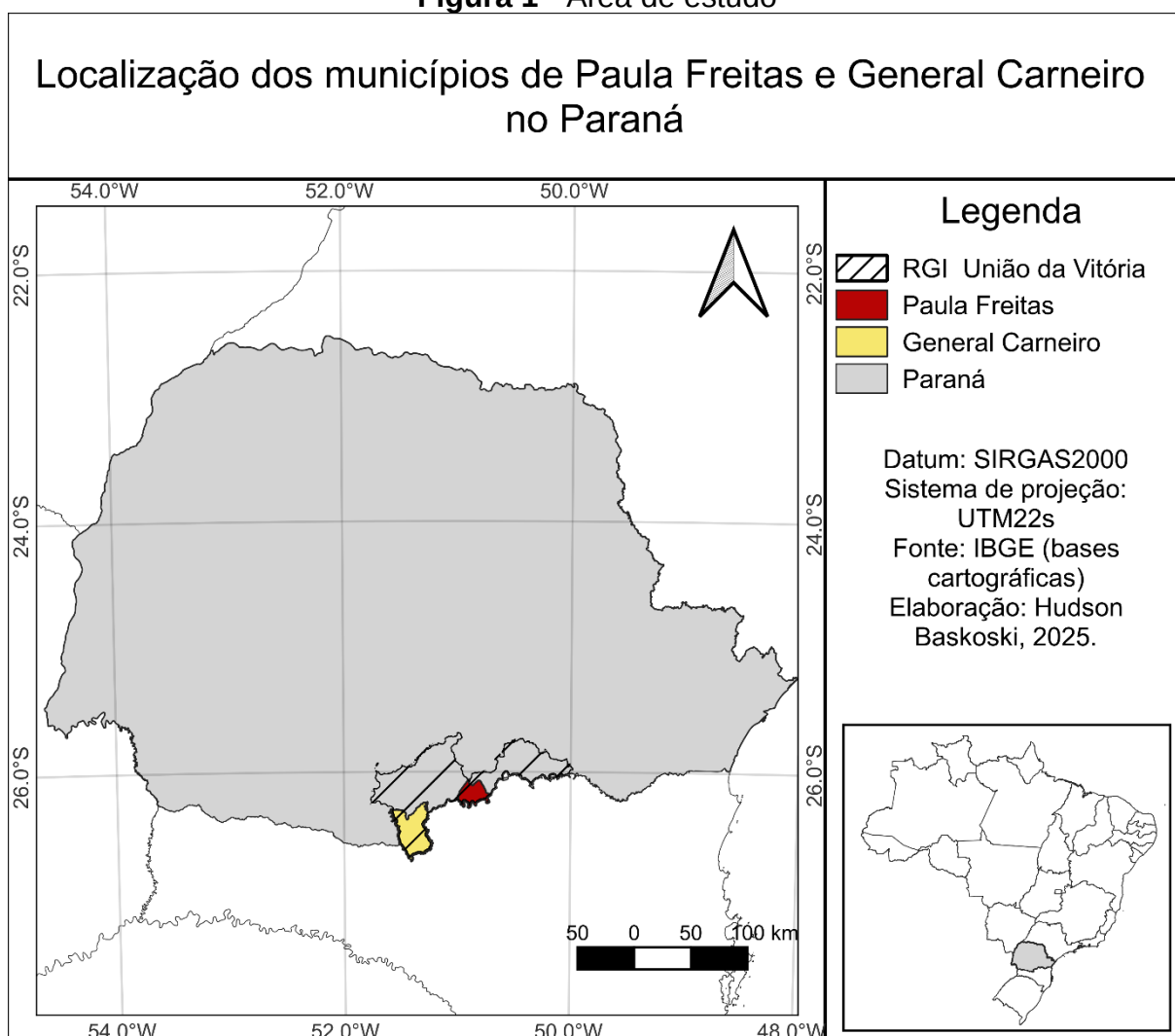
Os acampamentos Reduto de Caraguatá e Vitória do Contestado, localizam-se, respectivamente, nos municípios de Paula Freitas e General Carneiro, na mesorregião Sudeste do estado do Paraná (Figura 1). De acordo com a Divisão

⁶ Quando nos referimos a território primitivo/territorialização primitiva, fazemos referência ao processo inicial de construção do território para aquele grupo específico, nesse caso, os Sem Terra do MST. Desse modo, compreendemos que a territorialização do MST não é a primeira territorialização da área em questão, pois antes de ser ocupada pelo movimento, já esteve sob posse de outros grupos/indivíduos (fazendeiros, Estado, madeireiras, etc.).

Regional do Brasil, proposta pelo IBGE (2017), os dois municípios se localizam na Região Geográfica Imediata de União da Vitória, que, por sua vez, compõem a Região Geográfica Intermediária da Curitiba. Os dois municípios se localizam ao Sul do território paranaense e ambos fazem divisa com o estado de Santa Catarina.

Os acampamentos em questão compõem a Brigada Iguaçu, um conjunto de acampamentos e assentamentos do MST, que além dos acampamentos estudados, incluem também 7 assentamentos localizados no município de Bituruna e 2 assentamentos no município de General Carneiro⁷.

Figura 1 - Área de estudo

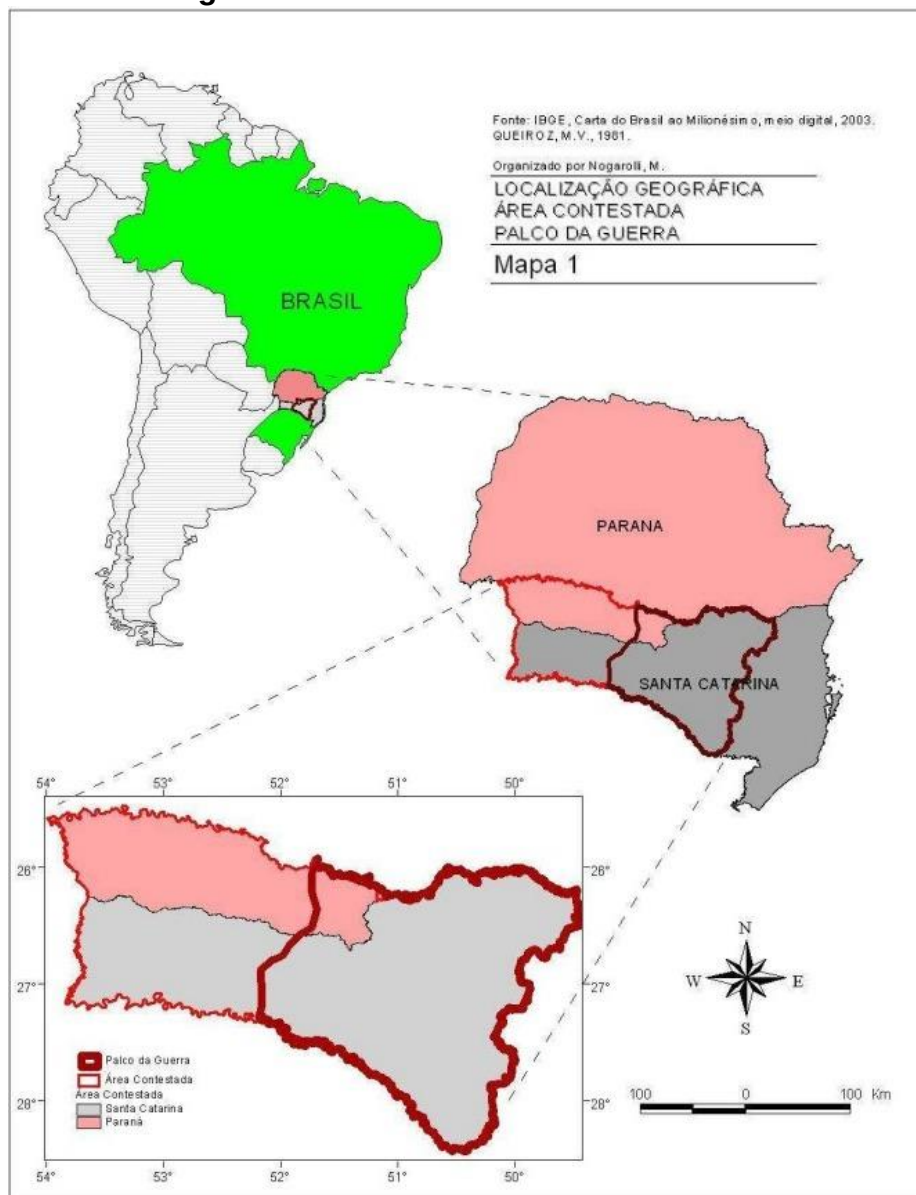


Fonte: Baskoski (2025).

⁷ Atualmente, são considerados seis assentamentos em Bituruna e um em General Carneiro. Os números apresentados no texto se referem constituição da ocupação e o posterior assentamento, ainda nos municípios citados. Posteriormente, por modificações nos limites entre municípios, tanto General Carneiro, quanto Bituruna, “perderam” parte de seu território e junto com ele, os assentamentos que passaram a fazer parte de outros municípios.

Os dois municípios compõem o território do Contestado (Figura 2). Que, de acordo com Galeano (2010, p. 282), foi “uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil”.

Figura 2 - Palco da Guerra do Contestado



Fonte: Fraga (2006).

A Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, foi um dos mais significativos conflitos sociais e territoriais da história brasileira, marcada pela resistência dos caboclos do oeste de Santa Catarina e sul do Paraná contra a expropriação de suas terras por interesses estatais e capitalistas, em especial por parte da *Brazil Railway Company* e da *Southern Brazil Lumber*. Enraizada em disputas históricas de limites entre os estados e intensificada pela concessão de vastas áreas

de terra a empresas estrangeiras como pagamento pela construção da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande do Sul, a guerra assumiu contornos religiosos e messiânicos, sob a liderança espiritual do monge José Maria. O movimento foi brutalmente reprimido pelo Estado brasileiro, que tratou os caboclos como fanáticos e ignorantes, ocultando sua real condição de vítimas de um processo violento de modernização territorial e econômica (Fraga; Gonçalves; Cavatorta, 2017).

Fonseca e Gemelli (2017), destacam a concentração de terras, ainda fortemente presente no Território Contestado, como uma característica geográfica que se intensificou após a Guerra, com a morte e expulsão dos caboclos de suas terras. Desse modo, a terra foi e continua sendo o elemento central das disputas que configuram uma marca histórica no chão do Contestado.

[...] as terras passam a pertencer a empresa que explora a madeira, expulsa os caboclos e caboclas que em sua maioria eram posseiros, retira a madeira e vende as terras a colonos europeus. Tudo isso alicerçado num discurso que pregava a modernização do território e a incapacidade do caboclo de se adequar ao novo momento trazido pela República, para tanto, promoveu-se a limpeza étnica, era preciso substituir o caboclo e a cabocla pelos trabalhadores europeus (Fonseca; Gemelli, 2017, p.25).

A análise da violência no espaço agrário do Contestado exige a consideração da formação histórica das relações sociais no campo e do papel do Estado, cuja atuação, muitas vezes mediada por políticas públicas, fortaleceu os poderes locais dos coronéis enquanto agentes de dominação territorial e social (Fraga, 2006). Esses coronéis, ao longo do tempo, consolidaram sua influência política e econômica, sendo fundamentais para a configuração fundiária da região, tanto no contexto da guerra quanto nas dinâmicas contemporâneas. Mesmo após quase um século do término do conflito, observa-se a persistência desse poder, agora reconfigurado na figura dos "coronéis da terra e da madeira", que seguem controlando extensas áreas mediante o avanço da monocultura do pinus. Essa atividade, além de concentrar a propriedade da terra, produz efeitos drásticos sobre o meio natural, uma vez que transforma vastas porções do território em paisagens homogêneas, desprovidas de diversidade ecológica e humana — os chamados "Desertos Verdes" —, inviabilizando outras formas de vida e usos sustentáveis do solo (Fonseca; Gemelli, 2017).

Do ponto de vista geológico, ambos os municípios integram a Bacia do Paraná, uma bacia sedimentar intracratônica formada há aproximadamente 400 milhões de anos (MINEROPAR, 2001). Contudo, localizam-se em duas distintas unidades morfoesculturais: Paula Freitas está situada no Segundo Planalto Paranaense,

enquanto General Carneiro pertence ao Terceiro Planalto Paranaense. Em relação às subunidades morfoesculturais, Paula Freitas encontra-se no Planalto Ponta Grossa, caracterizado por uma dissecação média, com topos alongados e vertentes convexas. Já General Carneiro está inserido no Planalto do Foz do Areia, área com dissecação alta, topos alongados e vertentes predominantemente retilíneas e côncavas, apresentando vales em degraus (Santos *et al.*, 2006).

Paula Freitas e General Carneiro situam-se em uma área caracterizada pelo clima temperado úmido com verão fresco (Cfb, na classificação de Köppen), ou seja, nessa área o verão é mais quente que o inverno, com chuvas abundantes e bem distribuídas ao longo de todo o ano, sendo o verão bastante fresco e úmido (Paraná, 2008a). No entanto, outros fatores geográficos como a latitude mais baixa e altitude de aproximadamente 983m fazem com que General Carneiro seja conhecido como um dos municípios mais frios do Paraná.

Os dois municípios situam-se na Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu (Paraná, 2010). Sendo Paula Freitas banhada pelos rios: Jararaca, das Antas, Carazinho, Vargem Grande, Rondinha, Macacos, Soldado e Iguaçu (Prefeitura Municipal de Paula Freitas, 2019). General Carneiro, por sua vez, é banhada pelos rios Jangada e Iratim.

Os solos da região em questão são variados, com predominância do Cambissolo em Paula Freitas e Neossolo em General Carneiro. Em ambos casos, a degradação é média, com pequenas variações para forte e fraca, dependendo do recorte (Paraná, 2008b, 2008c).

Tais condições naturais possibilitam uma formação florestal característica dessa região do estado, a mata de araucárias. Ou, conforme a classificação fitogeográfica proposta por Maack (1950), Floresta Ombrófila Mista. A Floresta Ombrófila Mista é uma unidade fitoecológica caracterizada pela coexistência de espécies das floras tropical (afro-brasileira) e temperada (austro-brasileira), com expressiva presença de elementos das ordens *Coniferales* e *Laurales*. Destaca-se, nesse ambiente, o predomínio da *Araucaria angustifolia* (Roderjan *et al.*, 2002).

Na Floresta Ombrófila Mista, numerosos exemplares de *Araucaria angustifolia* dispersam-se, formando agrupamentos, especialmente onde o fogo ou outros fatores não limitam sua expansão. A araucária compõe uma cobertura característica, frequentemente contínua, que pode aparentar uma estrutura uniestratificada. Contudo, sob essa copa, desenvolvem-se diversas espécies arbóreas, arbustivas,

herbáceas, além de epífitas e lianas, cuja abundância e porte variam conforme as condições locais e o estágio de desenvolvimento da comunidade (Sonogo *et al.*, 2007).

A Tabela 2, apresenta os indicadores sociais mais recentes dos municípios de Paula Freitas e General Carneiro, tomando como fonte principal os levantamentos sistematizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2025a, 2025b).

Tabela 2 - Indicadores demográficos e socioeconômicos em Paula Freitas e General Carneiro

Município	População (CENSO 2022)	Área territorial (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita em 2010	PIB per capita em 2021 (R\$)	IDH-M em 2010
Paula Freitas	5.666	417,866	13,83	0,6096	74.045	0,717
General Carneiro	11.062	1.073,778	10,11	0,4871	32.611	0,652

Fonte: IPARDES (2025a, 2025b).

Os indicadores apresentados na Tabela 2 possibilitam a elaboração de um panorama demográfico dos dois municípios, a partir de um critério comparativo. Paula Freitas, menor em população e área, apresenta uma densidade demográfica superior a General Carneiro, município territorialmente maior e mais populoso.

Do ponto de vista socioeconômico, General Carneiro apresenta o Índice de Gini da Renda Domiciliar *per capita* inferior a Paula Freitas, ou seja, há uma maior distribuição da renda domiciliar. Por outro lado, o Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), indicador que considera a longevidade, educação e renda nos municípios, de General Carneiro está em 0,652, que embora seja classificado como médio, coloca o município na posição 356, dos 399 municípios do Paraná. Já o município de Paula Freitas com a marca de 0,717 tem um índice considerado alto, o deixando na posição 144 do estado.

Por fim, a pobreza, a desigualdade social e a concentração fundiária que ainda assolam grande parte dos municípios da região, são frutos da opção econômica da concentração de terras e das monoculturas. Tais problemas expõem as cicatrizes de uma região marcada pela violência de um conflito que supera a história contada e se manifesta simbólica e materialmente no campo que se precariza para garantir a sua existência (Fraga; Gonçalves; Cavatorta, 2017; Fonseca; Gemelli, 2017).

1.3.1 Acampamento Reduto de Caraguatá

O Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC) situa-se na localidade de Faxinal, no município de Paula Freitas-PR. Seu nome faz referência ao Reduto Arraial de Caraguatá, conhecido por ser o último e um dos principais núcleos de resistência cabocla durante a Guerra do Contestado.

Atualmente 45 famílias estão acampadas, sendo muitas delas de característica faxinalense, provenientes de faxinais no município de Rebouças. Outras famílias chegaram a partir de despejos realizados em acampamentos anteriores, com destaque para o Acampamento Antônio Conselheiro, no município da Lapa e o Acampamento Primeiro de Maio, em General Carneiro, ambos passaram por despejos violentos e foram extintos.

O acampamento está estabelecido sobre quatro áreas diferentes, mas próximas umas das outras, que somam uma área aproximada de 157 alqueires (90 alqueires, 45 alqueires, 12 alqueires e 10 alqueires). Seguindo a subdivisão e a terminologia adotada pelos camponeses acampados, as 4 áreas estão distribuídas em 3 núcleos: núcleo Escola, Iguaçu e L, conforme representado na Figura 3 (Entrevista N° 5, 2025, ARC).

Figura 3 – Distribuição das áreas do Acampamento Reduto de Caraguatá



Fonte: Google Earth (2025).

A subdivisão das áreas ocupadas pelo acampamento na região da localidade Faxinal, conforme apresentado na Figura 3, pode ser compreendida a partir do conceito de território descontínuo. De acordo com Souza (2000), o território descontínuo é uma forma de organização espacial que se caracteriza pela articulação entre pontos territorializados, que não estão necessariamente contíguos no espaço geográfico. Esses pontos, ou nós, são conectados por fluxos formando redes que costuram esses territórios separados. Essa concepção rompe com a ideia tradicional de território como uma superfície contínua e exige uma análise em múltiplas escalas, pois cada nó da rede, embora tratado como ponto em uma escala mais ampla, é ele próprio um território com estrutura interna complexa.

A ocupação que deu origem ao acampamento ocorreu em 17 de fevereiro de 2005, a área ocupada pertencia inicialmente ao extinto banco Banestado, onde ao decretar falência, as áreas passaram automaticamente para a Agência de Fomento do Estado do Paraná, uma agência de capital misto. O entrevistado N° 5 destaca ainda

que a área foi indicada pelo próprio INCRA, que, inclusive, auxiliou no transporte dos camponeses, principalmente após o despejo sofrido na Lapa.

A definição era ocupar a área e logo em seguida transformar em assentamento, como o INCRA ele faz parte do governo federal, as mudanças de governo muda os *funcionário* do INCRA então também muda as prioridades e o processo se arrastou até hoje (Entrevista Nº 5, 2025, ARC).

O entrevistado relata que muitas propriedades da região possuem problemas documentais e que muitas delas remetem a caducidade e ao rompimento do contrato da *Lumber* com o governo federal, em 1929. Prova disso é o “alvorço” que acontece quando o INCRA visita à região.

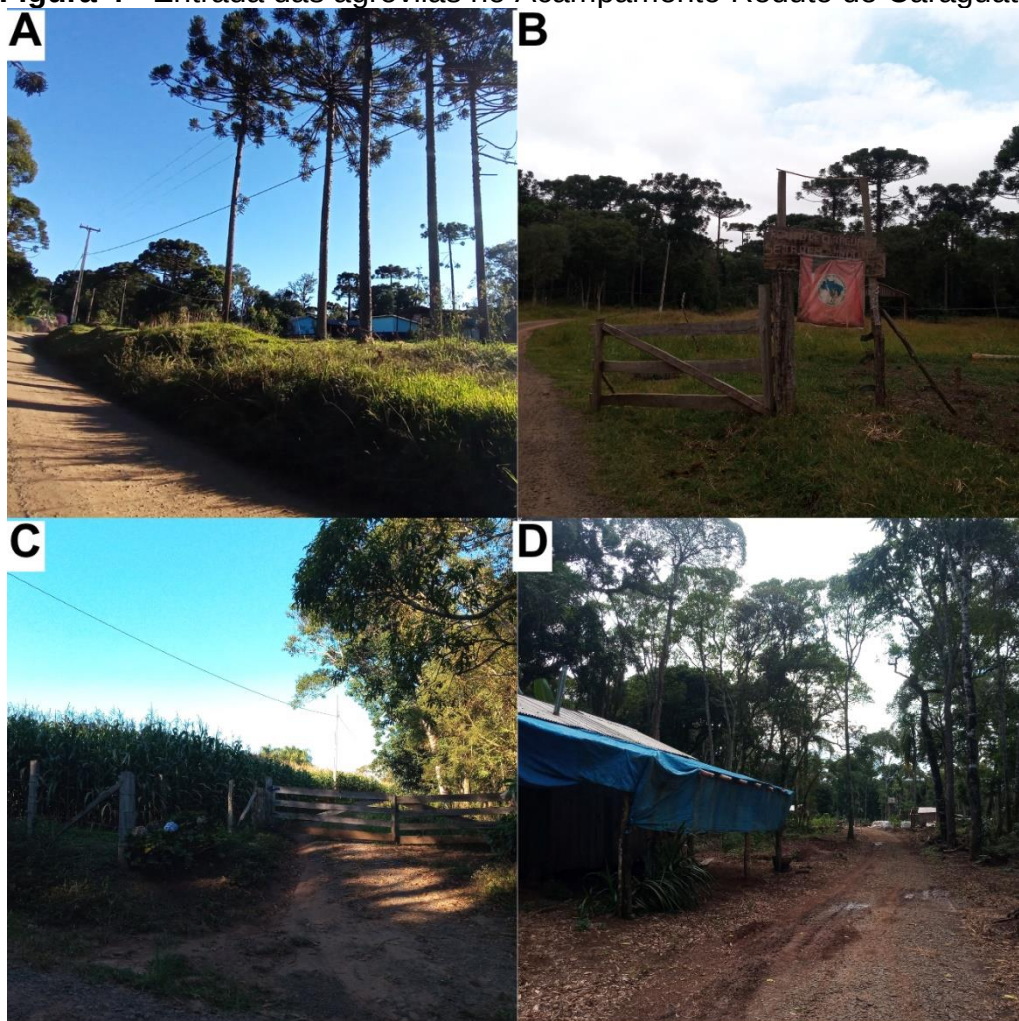
Durante a ocupação, relata o entrevistado, não haviam grandes preocupações em relação as áreas particulares da região, mas

O medo era que o MST ocupasse aquilo que era da agência [de Fomento do Estado do Paraná], que já era público... Porque eles *tavam* ocupando, e muitas pessoas ainda seguem ocupando as áreas que são públicas, que falam mal do MST porque ocupou, mas eles estão ocupando isso aqui há quantos anos né (Entrevista Nº 5, 2025, ARC).

O modelo adotado pelo acampamento é o sistema de agrovila (Figura 4). Segundo o entrevistado nº 5, durante os 41 anos de existência do MST, as experiências os levaram a entender que o modelo de agrovila é a melhor forma de construção de uma comunidade de resistência. Nesse sistema, existe a facilidade em relação a instalações de energia elétrica e água, podendo os camponeses se auxiliarem mutuamente em um eventual problema no fornecimento de um destes. Além disso, o entrevistado relata o processo de envelhecimento dos acampados, a proximidade geográfica seria assim facilitada para garantir o cuidado a essas pessoas.

Atualmente o acampamento possui 4 áreas de agrovila (representadas pelos 4 polígonos na Figura 3 e pela Figura 4). O sistema possui um caráter democrático, possibilitando que todos os moradores tenham acesso a todas as áreas comuns: área de mata, campo de futebol, erva-mate, potreiro, área de planta, escola, igreja e local que posteriormente será construído o posto de saúde. Além das áreas comuns, os lotes individuais dentro da agrovila possuem uma área de aproximadamente um hectare.

Figura 4 - Entrada das agrovilas no Acampamento Reduto de Caraguatá



Fonte: Baskoski (2025). A: entrada da agrovila do núcleo escola; B: entrada da agrovila núcleo Iguaçu; C e D: entradas das agrovilas do núcleo L.

As áreas de plantio são divididas da seguinte forma: áreas individuais, que são repartidas de acordo com a necessidade de cada camponês, nesses lotes individuais há uma liberdade do tipo de produção e da quantidade que cada um pretende produzir; e áreas coletivas, que representam o restante das áreas que não foram utilizadas individualmente pelas famílias, nas áreas coletivas parte dos acampados a definição do que será produzido e o destino dessa produção. Por exemplo a destinação para solidariedade⁸ ou a venda para arrecadação de dinheiro para melhorias e despesas do acampamento.

A principal produção do acampamento é a erva-mate, além das características geográficas do local e culturais dos acampados que possibilitam a produção, há ainda

⁸ Como parte da campanha de solidariedade do MST, durante a pandemia, o acampamento doou 150 cestas básicas ao CRAS local, totalizando quase uma tonelada de alimentos como pão caseiro, abóbora, feijão, arroz, banana e melado — em sua maioria, de base agroecológica. (BARBOSA, 2022).

que se destacar a maior facilidade de venda em todas as etapas do seu crescimento: sementes, mudas e posteriormente as folhas (Entrevista Nº 5, 2025, ARC). Em relação a erva-mate, destacamos ainda o beneficiamento feito artesanalmente pelo coletivo de mulheres do acampamento, através do Carijo Flor do Sul⁹. Mesmo com a limitação de recursos e a necessidade de um secador, o Carijo tem seu funcionamento em datas especiais e festivas, produzindo a erva-mate pronta para o consumo (Entrevista Nº 6, 2025, ARC).

É necessário ressaltar que a erva-mate é natural da região, portanto coexiste com outras espécies da floresta Ombrófila Mista. A essa produção, em meio a mata nativa, tem-se o nome de erva-mate sombreada.

Nas áreas de produção individual se destacam o milho e o feijão, produzidos de acordo com a afinidade e necessidade de cada produtor. Em relação a forma de produção, cada produtor tem a liberdade de escolha (convencional, orgânico ou agroecológico), em seu lote individual. Contudo, a proposta é de avançar cada vez mais em direção ao agroecológico, uma das principais bandeiras defendidas pelo MST (Entrevista Nº 5, 2025, ARC).

Nas áreas de produção coletiva há ainda a soja, que foi utilizada principalmente para quitar o maquinário adquirido (trator, pé de pato e implementos). Contudo, a proposta é a redução gradativa dessa produção e a eliminação em até dois anos “e deixar só essas cultura que a gente tenha afinidade do ponto de vista de ser camponês” (Entrevista Nº 5, 2025, ARC).

1.3.2 Acampamento Vitória do Contestado

O Acampamento Vitória do Contestado (AVC) situa-se na localidade de Faxinal dos Santos, no município de General Carneiro-PR. Em seu nome, o acampamento também faz referência direta a Guerra do Contestado (1912-1916), conflito que colocou em oposição os caboclos que ali residiam e os interesses do capital estrangeiro, representado pela *Lumber* e apoiado pelo Estado brasileiro.

O acampamento possui uma área contínua de aproximadamente 913 hectares, que pertencem legalmente à Indústria de Comércio de Madeira J. Pereira LTDA

⁹ Barraco onde é feito o beneficiamento artesanal da erva mate, desde a secagem, em prateleiras próximo ao fogo; socagem [maceração] no pilão até a embalagem (Entrevista no 6, 2025, ARC).

(Figura 5; Fonseca, 2019). De acordo com os acampados a madeireira em questão acumula multas ambientais e entraves jurídicos relacionado ao falecimento do proprietário original.

Figura 5 - Área do acampamento Vitória do Contestado



Fonte: Google Earth (2025).

Atualmente o acampamento é composto por 47 famílias, suas origens são distintas, algumas vieram de outros acampamentos da região, outras passaram por despejo no extinto Acampamento Primeiro de Maio, em General Carneiro. Contudo, é válido ressaltar que grande parte das famílias que participaram da ocupação e algumas que ainda estão no acampamento moravam em condições precárias no Bairro São João, em General Carneiro. O bairro em questão é uma área com grandes dificuldades socioeconômicas e formado predominantemente por processos de ocupação. O Entrevistado nº 12 (2025, AVC) relata que “dessas cento e poucas famílias que veio [no momento da ocupação], eu acho que a maioria é tudo do Bairro São João, né? [...] *Toda vida* foi um bairro *que os cara* acham que é o mais pobre e ele é pobre mesmo”.

O processo de formação do acampamento teve início com a atuação do setor de Frente de Massas nos bairros periféricos de General Carneiro. Foi a partir das reuniões que muitas famílias que participaram da ocupação do Acampamento Vitória do Contestado, tiveram o primeiro contato com o MST (Entrevistas Nº 11; Nº 12, 2025, AVC).

Inicialmente, os moradores estabeleceram acampamento às margens de uma rodovia no município de General Carneiro, a primeira tentativa de ocupação foi em uma área pertencente a empresa Miguel Forte, que já no dia seguinte teve sua reintegração de posse determinada, conforme mostram as entrevistas: “Eles *tavam* lá na BR e foram em outro terreno, assim como foram no terreno, no dia seguinte já foram despejados, com polícia... daí eles voltaram pra BR *denovo*” (Entrevista Nº 11, 2025, AVC).

Não teve aviso que era pra ir embora né, eles [os policiais] já foram com caminhão e tudo, pra tirar. E na verdade eles entraram em *pouquinho* [os acampados], entraram numas 20 famílias, só deu tempo de eles *malemar* joga a lona por cima e no outro dia a polícia já arrancou tudo (Entrevista Nº 12, 2025, AVC).

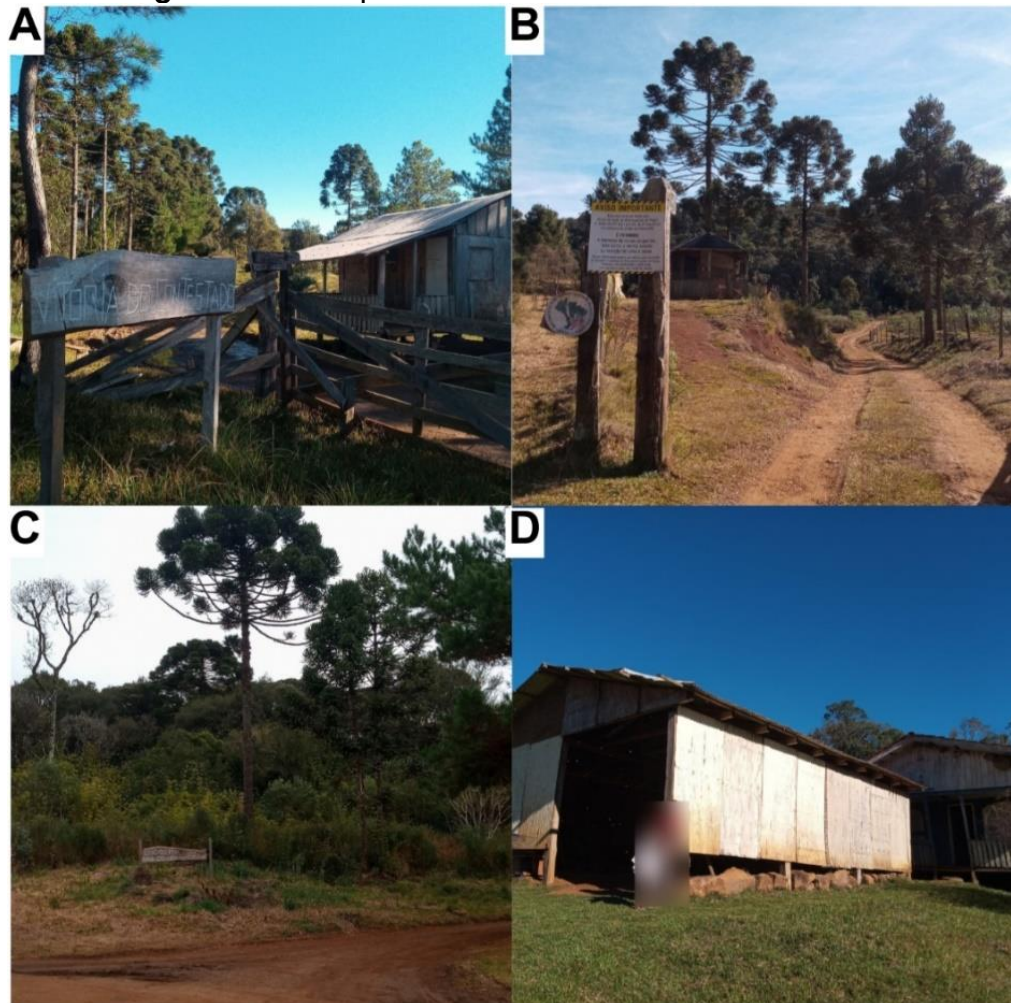
De acordo com Fernandes (2000), as ocupações às margens de rodovias constituem uma prática recorrente do MST, especialmente após despejos ou ações repressivas que inviabilizam a permanência em áreas ocupadas. Esses espaços tornam-se locais estratégicos de resistência e visibilidade política, funcionando como pontos de reorganização e continuidade da luta pela terra. Nesses acampamentos, o movimento estrutura sua vida coletiva, promovendo atividades organizativas, educativas e produtivas em condições adversas. A permanência à beira das estradas também constitui uma forma de pressão pública, visando a inclusão das famílias em políticas de reforma agrária. Trata-se, portanto, de uma expressão concreta do processo de territorialização do movimento, no qual a margem da rodovia se converte em território de disputa e resistência.

A ocupação definitiva, onde atualmente se encontra o Acampamento Vitória do Contestado (Figura 6), ocorreu na noite do dia 18/08/2018.¹⁰ O Entrevistado nº 11 relata que no dia em questão, os acampados comentavam sobre a possibilidade de reocupar a área do extinto Acampamento Primeiro de Maio, fazendo com que parte do contingente policial se deslocasse para a referida área. Os acampados planejaram

¹⁰ O Entrevistado nº 5, destaca a importância dessa data para a constituição do acampamento, pois no período em questão o candidato Jair Messias Bolsonaro fazia campanha política em sua candidatura à presidência com forte ataque ao MST.

então que metade das famílias saíam na mesma noite em direção à área atualmente ocupada, deixando para trás alguns barracos e outras famílias para despistar a polícia. Desse modo, no dia seguinte, a área atual já havia sido ocupada e as outras famílias aos poucos foram se juntando aos que chegaram na noite anterior. Em um primeiro momento, as famílias se reuniram em uma área central dentro do acampamento e posteriormente cada família foi se estabelecendo em seu lote individual.

Figura 6 - Acampamento Vitória do Contestado



Fonte: Baskoski (2025). A e B: entradas principais e guaritas; C: placa com letrero “Unidos por uma grande história”; D: local onde acontecem reuniões e festividades (sede).

O modelo adotado pelo acampamento é o de lotes individuais, sendo 10 alqueires para cada família acampada. Desse modo, a forma de produção (convencional, orgânica ou agroecológica), bem como o produto plantado, fica a critério de cada família (Entrevista Nº 11, 2025, AVC).

Durante as entrevistas e o trabalho de campo foi recorrente a reclamação entre os acampados sobre a má qualidade do solo para a agricultura. Diversos camponeses

relataram a necessidade de serem feitas análises de solo, bem como às correções necessárias para possibilitar uma produção mais significativa dentro do acampamento. De todo modo, as principais produções estão voltadas para a mandioca, batata e verduras cultivadas em estufa, conforme relata o entrevistado nº 11 “milho não tá dando nada... milho e feijão eu plantei e perdi até a semente, então o mais é verdura que a turma planta” (Entrevista Nº 11, 2025, AVC). Tanto a agricultura, quanto a criação de animais estão voltados principalmente ao autoconsumo.

A renda da maior parte das famílias está voltada principalmente à coleta e venda da erva-mate, taquaras, lenha, nó de pinheiro e da produção e venda do carvão, queimado nos fornos dentro do acampamento¹¹ (Entrevista Nº 11, 2025, AVC).

A discussão apresentada até aqui buscou evidenciar como a concentração fundiária, historicamente estruturada no campo brasileiro, constitui um dos elementos centrais para compreender a emergência e a atuação do MST.

Evidenciamos ainda nossa compreensão dos acampamentos enquanto territórios, nos quais os sujeitos constroem estratégias de permanência na terra e de reivindicação por reforma agrária. É nesse cenário que se inserem os acampamentos analisados nesta pesquisa, que expressam, em escala local, processos mais amplos de luta pela terra e de territorialização camponesa. A partir dessa contextualização, o capítulo seguinte volta-se à análise das territorialidades produzidas nesses territórios, buscando compreender como os sujeitos organizam práticas, relações, domínio e significados que estruturam a vida no acampamento.

¹¹ Aprofundaremos essa discussão nos capítulos seguintes.

2 TERRITORIALIDADE COMO EXPRESSÃO (I)MATERIAL: IDENTIDADE, LUTA E TERRITÓRIO

Conforme buscamos elaborar no primeiro capítulo, o território é complexo e multidimensional. Em seu interior estão presentes as relações de poder, as conflitualidades e as fronteiras que delimitam no espaço as relações de poder estabelecidas por um indivíduo ou grupo. Entretanto, reconhecemos que dentro dos territórios também constam elementos de caráter imaterial, desse modo, esse capítulo justifica-se na necessidade de situar o leitor sobre um ponto de vista da (i)materialidade do território, aqui discutida como territorialidade, conceituando as territorialidades e compreendendo suas diferentes manifestações.

Propomos o termo (i)material para designar a indissociabilidade entre dimensões materiais e imateriais na produção das territorialidades. A materialidade não existe sem significados, afetos, memórias e práticas simbólicas; e a imaterialidade se concretiza em práticas, infraestruturas e espacialidades reais. Desse modo, o (i)material expressa a unidade dialética entre ambas, não havendo cisão que diferencie enquanto esferas independentes, mas como faces de um mesmo processo. Embora, para fins de organização da escrita, essas dimensões sejam apresentadas em momentos distintos ao longo do texto, mantemos a compreensão de que material e imaterial são indissociáveis na perspectiva de territorialidade que procuramos construir.

Em um primeiro momento discutimos conceitualmente a territorialidade a partir de obras como Sack (1986), Raffestin (1993), Corrêa (1998), Andrade (1998), Roos e Fernandes (2016) Saquet (2009, 2013), Haesbaert (1997, 1999, 2011), entre outras. Buscamos também construir a nossa proposta de compreensão das territorialidades a partir de uma perspectiva multidimensional que considera, ao mesmo tempo e em mesma proporção, os aspectos relacionados ao controle territorial e as identidades.

Ainda no segundo capítulo, discutimos os dados empíricos sistematizados pelo autor em atividade de campo, de modo a considerar as observações e anotações levantadas durante as atividades de observação participativa.

2.1 A TERRITORIALIDADE ENQUANTO CONCEITO

2.1.1 Territorialidade: estratégia de domínio e controle territorial

Iniciamos esse capítulo com Corrêa (1998, p. 251), que introduz a discussão da territorialidade das corporações, a partir etimologia da palavra território, que deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Entretanto esse "pertencer", adquire um sentido duplo: de um lado compreendido como o controle efetivo sobre um segmento do espaço; de outro lado essa apropriação assume uma dimensão mais afetiva, a "apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial". Portanto, para o autor, o território é o espaço que envolve a dimensão política, afetiva ou ambas.

Já a territorialidade, "refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas" (Corrêa, 1998, p. 251-252). O autor ainda entende como "desterritorialidade" a perda de um território apropriado, e "re-territorialidade", o surgimento de novos territórios, a partir da reconstrução de velhos territórios.

Nesse sentido, Corrêa (1998), discute a territorialidade a partir da apropriação territorial desenvolvida pela Companhia de Cigarros Souza Cruz, onde, através de uma série de práticas espaciais busca a permanência e a criação de novos territórios. Entre as práticas está a distribuição de jornais e folhetos, com o objetivo de informar os produtores e incentivar a permanência dos jovens no campo; a assistência agrônômica oferecida pelos técnicos da empresa e até mesmo as estufas para secagem das folhas de fumo. O autor ainda destaca casos de "desterritorialidade" e "re-territorialidades", ambas partes integrantes da territorialidade da corporação analisada.

Sack (1986), em seus estudos sobre a 'territorialidade humana', analisa a territorialidade a partir de 3 exemplos principais: uma tribo indígena americana, os *Chippewa*, mais especificamente em suas relações com a ocupação da terra, e o uso de áreas comuns, frente a delimitação da propriedade privada implantada com a chegada dos europeus; o lar, através de uma relação de controle de determinado território (a cozinha) de um pai para seu filho; e o local de trabalho, apresentando a

territorialidade que pode servir como uma forma de contenção física do trabalhador em sua mesa, durante o dia, comparado a livre circulação de zeladores, durante a noite. Desse modo, o autor aponta que a territorialidade é uma estratégia poderosa para controlar pessoas e coisas por meio do controle da área. A territorialidade pode estar presente em numerosos contextos sociais, dos mais complexos como os territórios políticos e propriedade privada aos mais cotidianos, dos relacionamentos familiares.

Desse modo, o autor vai definir a territorialidade como “*a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica*. Essa área será chamada de território.” (Sack, 1986, p. 19, tradução nossa). Para o autor, a territorialidade é uma estratégia onde se estabelecem diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações, como uma forma de controle. Desse modo, tanto um muro ou cerca servem como uma forma de controle, quanto uma placa de “proibida a entrada”.

A definição formal de territorialidade não apenas descreve o que ela é, mas também sugere o que pode fazer. Essa sugestão surge a partir de três principais relações interdependentes que fazem parte dessa definição e revelam seus efeitos e significados. Primeiro, a territorialidade, envolve a classificação em uma área. Quando alguém afirma que algo nesta sala lhe pertence, ou que está fora dos seus limites ou que você não pode tocar em nada além deste ambiente, essa pessoa está utilizando a área como critério para definir o que é dela e o que não é; segundo, a territorialidade sempre envolve algum tipo de comunicação, que pode se manifestar por meio de marcos, sinais ou até gestos, como apontar para um limite. O limite territorial é uma das poucas formas simbólicas que combinam tanto uma indicação espacial quanto uma mensagem de posse ou exclusão; por fim, toda manifestação de territorialidade implica uma tentativa de controle sobre o acesso à área e aos objetos dentro dele. Isso pode ocorrer restringindo o que está dentro ou impedindo que elementos externos entrem. Na maioria dos casos, a territorialidade busca influenciar interações, e qualquer transgressão pode resultar em punições, envolvendo tanto ações territoriais quanto não territoriais (Sack, 1986).

Raffestin (1993), assim como Sack (1986), aponta que a maior parte da teoria acerca da territorialidade, provém de estudos de caráter naturalista, de pesquisas que se preocupam com o comportamento animal, entendendo a territorialidade como uma

espécie de instinto de defesa de seu território. As discussões acerca da territorialidade humana carecem de maiores esforços para identificar esse conceito com maior precisão nas ciências humanas. Entretanto, ambos autores ressaltam a importância do afastamento das teorias da territorialidade animal para o estudo da territorialidade humana, sendo essa mais “sofisticada” que uma mera manifestação instintiva.

Outra semelhança entre as percepções de Sack e Raffestin está no caráter intencional e multidimensional do território e da territorialidade, estes não são neutros e são conduzidas por ações intencionais. Para Raffestin (1993), a territorialidade não deve ser resumida a uma simples ligação com o território, mas como um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade—espaço—tempo. Sack, por sua vez, destaca que por se tratar de uma estratégia, ela está inserida sempre em um contexto de motivações e objetivos, “porque a territorialidade é embutida em relações sociais. A territorialidade é sempre construída socialmente. Ela assume um ato de vontade e envolve múltiplos níveis de razões e significados” (Sack, 1986, p. 26, tradução nossa).

A territorialidade, então, constitui o pano de fundo das relações espaciais humanas e das concepções de espaço. A territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras. As pessoas não interagem apenas no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar. Pelo contrário, a interação, o movimento e o contato humanos são também questões de transmissão de energia e informação, a fim de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o seu acesso aos recursos. As relações espaciais humanas são resultados de influência e poder. A territorialidade é a principal forma espacial que o poder assume (Sack, 1986, p. 26, tradução nossa).

A territorialidade, para Raffestin (1993), reflete a multidimensionalidade do que é vivenciado pelos membros de uma coletividade, todas as relações (existenciais ou produtivistas), são relações de poder, já que as interações entre os atores buscam modificar a natureza e as relações sociais. A territorialidade está presente em todas as escalas sociais e espaciais, podendo-se dizer que esta é a “face vivida” da “face agida” do poder. Recorrendo a Soja¹², Raffestin aponta os três elementos que compõem a territorialidade, sendo eles: compartimentação da interação humana no espaço, senso de exclusividade e senso de identidade espacial.

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. (Raffestin, 1993, p. 161).

¹² SOJA, Edward W. The Political Organization of Space. Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971.

Portanto, temos até aqui o território enquanto uma delimitação e a territorialidade como o controle. Sintetizando Sack (1986), a territorialidade evoluiu de um simples recurso para delimitar grupos humanos para um instrumento político e estratégico, para atribuir significado ao espaço. Compreender seu funcionamento implica aprender a influenciar seus mecanismos de atuação, utilizando-a como contraponto ao poder.

De modo semelhante aos autores citados anteriormente, Roos e Fernandes (2016) e Roos (2016), também abordam a territorialidade como uma forma de uso do território, dando maior ênfase nas classes sociais e suas relações sociais no processo de produção territorial. Nos estudos citados, os autores investigam as territorialidades capitalistas do agronegócio que se sobrepõem as territorialidades camponesas dentro de assentamentos rurais. Essa relação é geradora de conflitualidades dentro da multidimensionalidade das relações sociais.

A relação entre as classes é de dominação e resistência, geradora permanente de conflitualidades. Uma multiterritorialidade pode ser conflituosa, compartilhada ou ambas. O compartilhamento pode conter o conflito ou não. A conflitualidade não é o conflito, mas a multidimensionalidade e a multiescalaridade dos conflitos, que são resultados do enfrentamento de diferentes visões de mundo e correlações de força entre classes sociais ou intra-classes sociais (Roos; Fernandes, 2016. p. 42).

Desse modo, os territórios são movimentados por meio de ações que geram territorialidades. Essas ações são concebidas, articuladas, planejadas e direcionadas pelo poder. São essas relações que definem as formas de uso dos territórios e, consequentemente, suas territorialidades (Roos; Fernandes, 2016).

De acordo com Roos e Fernandes (2016) a territorialidade é uma propriedade do território, que resulta das condições naturais e relações sociais no processo de formação territorial. “Portanto, a territorialidade emana do território como resultado das relações de poder exercidas para gerir o espaço de existência e/ou de produção. Deste modo, no interior de um mesmo território podem coexistir várias territorialidades” (Roos, 2016, p. 171).

Coca (2011), também faz uma análise da territorialidade relacionada a maneira que se dão as relações de poder que definem os territórios. O autor evidencia um caráter multidimensional, que considere a economia, política e cultura. Contudo, fica evidente o destaque da territorialidade enquanto estratégia de dominação. Segundo Coca (2011), as territorialidades nascem quando um grupo ou sujeito elabora estratégias para manter o domínio sobre o território. Em sua análise, afirma que dentro

de um território podem existir diversas territorialidades. Desse modo, tomando como exemplo o estudo do autor, dentro dos assentamentos podem existir territorialidades distintas, como a do agronegócio e do campesinato.

Seguindo a premissa da conflitualidade relacionada a territorialidade, Andrade (1998), analisa a constituição do território brasileiro, a partir de diferentes escalas (nacional, regional, estadual e municipal), e aponta que na expansão do território brasileiro, ao mesmo tempo que se ampliavam as territorialidades, também se provocavam as desterritorialidades, muitas vezes de maneira violenta, como entre os povos indígenas e posseiros, que além da espoliação econômica sofreram um processo de ‘desaculturação’.

Dessa convergência espacial dos contrários, surgia a reação à gestão central à desterritorialidade e à integração com a formação de novas territorialidades, novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território. Concepções que têm fundamentação de caráter econômico, mas que têm também uma forte conotação antropológica e social (Andrade, 1998, p. 215).

Contudo, é importante destacar que para Andrade (1998), a territorialidade ocorre a partir da consciência dos indivíduos que habitam um determinado território sobre a sua participação na sua construção histórica. Essa se manifesta de forma subjetiva, por meio do sentimento de pertencimento, da confraternização e do vínculo da integração ao território de um Estado. A territorialidade seria aquilo que se encontra em um território e está sujeito à sua gestão.

Andrade (1998), aponta que países extensos e plurinacionais enfrentam desafios de territorialidade, como na dissolução da antiga Iugoslávia, onde a Bósnia Herzegovina concentra em seu pequeno território diversas etnias. No caso da extinta União Soviética também pode se observar que ao final da dissolução da URSS, países como o Cazaquistão chegaram a concentrar uma grande parcela da população etnicamente russa. Essa situação tende a fomentar a desagregação política e até mesmo a guerra civil. No Brasil, apesar da ideia de unidade linguística e cultural, há uma diversidade significativa e desigualdades na representação política dos estados, fomentando sentimentos autonomistas e movimentos separatistas, criando “o problema da territorialidade no Brasil”, que pode ser analisado a partir de diferentes escalas, do nacional ao local.

A exemplo disso, temos o movimento separatista dos estados da região Sul, semelhante a Revolução Farroupilha que proclamou a existência de duas repúblicas, a de Piratini (Rio Grande do Sul) e Juliana (Santa Catarina). Em São Paulo, os ideais

separatistas também se fortaleceram em um momento de crescimento econômico, influenciado pela expansão dos cafezais, onde alguns grupos alegam que o estado é prejudicado na distribuição de recursos federais. O Nordeste também tem seus ideais separatistas vindos desde o início do século XIX, sua principal reivindicação é em relação a uma distribuição desigual dos *royalties* do petróleo que são em grande parte apropriados pela União. Além disso, em escala regional e estadual há ainda projetos como a criação do estado de Santa Cruz (Sul da Bahia) e triângulo mineiro. Tramitam ainda projetos de desmembramento nos estados Amazonas (Alto Rio Negro e Alto Solimões), Pará (Carajás e Tapajós), Mato Grosso e Rondônia (Aripuanã), Maranhão (Maranhão do Sul), Rio de Janeiro (Guanabara) e Paraná e Santa Catarina (Iguaçu), impulsionadas por desigualdades regionais. No nível municipal, observa-se a fragmentação administrativa, com a elevação de distritos a municípios devido à concentração de recursos nas sedes. Como solução, Andrade (1998) sugere a criação de uma unidade regional distribuída entre estados e municípios para melhorar a gestão pública.

Andrade (1998), conclui que quando o território se expande pelo espaço, cria novas formas de territorialidade que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidade, dando origem a novas territorialidades. Essa situação acontece tanto no setor público quanto no privado, foco do autor, com as empresas que ao se expandirem para além de suas áreas de influência se descaracterizam e perdem influência territorial. O autor destaca ainda que o Estado liberal está sujeito ao jogo de interesses e à capacidade de cooptação dessas corporações na disputa por territórios e mercados. Por isso, é fundamental considerar o território e, conseqüentemente, a territorialidade como categorias temporárias, uma vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo está em constante transformação.

As análises anteriores compreendem a territorialidade principalmente a partir de uma perspectiva de classe, onde essa expressa as relações de poder existentes em um território a partir de uma dinâmica de influência ou controle de fenômenos ou relações. A exemplo disso, temos em Fernandes (2005, p. 29) que “a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas”. Sendo assim, a partir de diferentes análises, estudos e exemplos, os autores citados anteriormente seguem uma definição da territorialidade que, de forma resumida, prioriza os elementos de controle de determinado território pela territorialidade. A seguir estabeleceremos uma

exposição conceitual de autores que consideramos abranger outros elementos nessa análise, que levam em conta além do caráter prático e operacional da territorialidade, aspectos mais subjetivos, como a identidade.

2.1.2 Territorialidade: identidade e simbolismo

Saquet (2009), propõe uma abordagem histórica, relacional e multidimensional do território e da territorialidade, desse modo, o autor busca enfatizar características fundamentais da apropriação, dominação e produção do território, bem como as relações de poder, as identidades, contradições, desigualdades, mudanças e permanências inerentes a vida na natureza e na sociedade.

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (Saquet, 2009, p. 90).

No território há uma pluralidade de sujeitos, contradições e identidades que se interligam e fundem-se criando uma trama relacional indissociável, sendo uma construção coletiva e multidimensional. Do mesmo modo, vivemos territorialidades também distintas e plurais, tanto política, como econômica e culturalmente em um mesmo movimento (Saquet, 2009, 2013).

[...] a definição de territorialidade extrapola relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos centrados em seus agentes sociais. A territorialidade significa cotidianidade, (i) materialidade, no(s) tempo(s), na(s) temporalidade(s) e no(s) território(s), no movimento relacional-processual (Saquet, 2013, p. 164).

Na análise do autor, a territorialidade se compreende como um complexo processo de relações sociais. As dimensões econômicas, políticas, naturais e culturais da territorialidade são fundamentais para a construção de uma identidade.

A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as

crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc. (Saquet; Briskievcz, 2009, p. 8).

Saquet (2013), ainda reconhece que as forças econômicas, políticas e culturais que influenciam o território e a territorialidade provocam, simultaneamente, a desterritorialização e o surgimento de novas territorialidades, em um processo dinâmico, complexo e diverso. Assim, é fundamental situar esses fenômenos em cada contexto temporal e espacial, reconhecendo o contínuo e simultâneo movimento de desterritorialização e reterritorialização.

Resumidamente, território, territorialidade e identidade se complementam. Independentemente da concepção predominante, a identidade é relacional e histórica. Na abordagem cultural, destaca-se a coexistência e a unidade das relações sociais. Já na abordagem (i)material, além desse aspecto, o caráter histórico também se torna central, envolvendo elementos e processos culturais, econômicos e políticos (Saquet; Briskievcz, 2009).

Conforme abordamos no capítulo anterior, Rogério Haesbaert, buscou, em sua obra, construir uma definição multidimensional do território e da territorialidade. De acordo com Silva (2010), Haesbaert foi um dos geógrafos mais importantes na reflexão teórica sobre território, o autor buscou na Geografia, Filosofia e Ciências Sociais subsídios teóricos para afirmar que o território é ao mesmo tempo instrumento de domínio do poder político-econômico e também um espaço de identidade cultural. Haesbaert (2011) tem como ponto de partida a desterritorialização (defendida por muitos autores) como um mito, segundo o autor, as novas formas de articulação territorial em múltiplas escalas estariam na verdade produzindo uma “multiterritorialidade”. Desse modo:

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial (Haesbaert, 2011, p. 338).

Haesbaert (2011), destaca que a territorialidade é o conceito mais utilizado para se enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural, ainda que essa não seja o único elemento presente em um território. O autor aponta que muitas relações podem ser

feitas com o próprio sufixo da palavra, por exemplo a identidade territorial. Isso significa que o território sempre carrega consigo uma dimensão simbólica e uma dimensão material.

Concordamos com Haesbaert nessa proposição integradora. Acreditamos que a compreensão das territorialidades supera apenas a dimensão material, predominantemente econômico-política, mas que a territorialidade deve carregar consigo também os aspectos simbólicos, como a noção de identidade. Em nossa visão à territorialidade não deve se restringir as formas de controle territorial.

[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e 'objetificado'. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico (Haesbaert, 2011, p. 92-93).

Segundo Haesbaert (2011), as relações de poder que se manifestam por meio do espaço também atuam como produtoras de identidade, uma vez que, ao exercer controle, distinguir e separar grupos sociais, essas relações acabam por classificá-los e nomeá-los. Da mesma forma, os processos de identificação social devem ser compreendidos como estratégias políticas, frequentemente mobilizadas em contextos de conflito ou negociação.

A identidade toma centralidade em Haesbaert (1997), quando o autor analisa a migração do gaúcho e o seu vínculo cultural com a terra de origem. Recorrendo a David Knight, Haesbaert aponta a conotação identitária de forma mais evidente à dimensão política do território, estando este associado a identidade de um grupo que o mantém ou busca controla-lo para seu benefício. Haesbaert ainda destaca as contribuições de Yi-Fu Tuan, que muitas vezes utiliza o lugar como sinônimo de território e trata da “topofilia”, como sendo um elo de afetividade entre o indivíduo e o ambiente físico e destacando a identidade espacial como resultante da apropriação simbólica do espaço.

Em Haesbaert (1999), o autor utiliza o conceito de identidade territorial, tendo como aspecto fundamental em sua estrutura, a referência central em um território, abrangendo aspectos concretos e simbólicos. Uma característica fundamental da identidade territorial é que esta sempre irá recorrer à uma dimensão histórica, do

imaginário social, dessa forma, o espaço serve como uma referência que condensa a memória do grupo que o ocupa. Para Haesbaert, a identidade social é carregada ao mesmo tempo de objetividade e subjetividade, e em relação ao território isso fica ainda mais evidente, pois mesmo que se reconstrua simbolicamente um território, a sua dimensão concreta ainda se constitui como um componente estruturador da identidade (Haesbaert, 1999).

Segundo Lopes (2015), o trabalho, as relações sociais e o território são características que definem as identidades dos sujeitos.

Há uma inter-relação de sentidos e significado entre identidade social e territorial ao mesmo tempo que a identidade social vai sendo definida a partir de relações estabelecidas em um território específico, com apropriações que se dão tanto no campo das ideias quanto na realidade concreta. O território também ganha significado a partir dos grupos sociais e da forma específica de sua ocupação. (Lopes, 2015, p. 351).

Para Chelotti (2010), existe uma identificação, mesmo que relativa, de certos grupos sociais com determinada espacialidade (região, lugar e território) e suas representações. Essas identidades coletivas na perspectiva territorial, são construídas a partir do sentimento de pertencimento de um grupo social a um determinado território e do significado, objetivo ou subjetivo, por eles construído produzindo a identidade territorial.

Não buscaremos aprofundar a discussão sobre identidade, como fizemos em Baskoski e Rosas (2025), porém destacamos a conceituação de Manuel Castells, onde “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo” (Castells, 1999, p. 22). Para o autor, a construção desse significado pode se dar com base em um ou vários atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado, originadas e construídas pelos atores por um processo de individuação. Sendo o significado, uma identificação simbólica por parte de um ator social.

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (Castells, 1999, p. 23).

Concordamos com a afirmação de que toda identidade é uma construção social e toda identidade territorial é também uma identidade social, definida

fundamentalmente através do território. Essa relação é produzida através da apropriação (objetiva e subjetiva) que se dá na realidade concreta, bem como no campo das ideias. Através da identidade, os diferentes grupos sociais criam significados, vinculados a cultura, ideologia, etnia, religião, território etc. (Haesbaert, 1999; Chelotti, 2010).

Desse modo, concordamos ainda que

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades (Chelotti, 2010, p. 171).

De volta a Saquet (2013), este buscou evidenciar interpretações que ressaltem o caráter político da identidade na construção de uma abordagem territorial (i)material, histórica e relacional. Recorrendo a Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis e Francesca Governa, Saquet afirma que a identidade é um componente fundamental na constituição de um território. De acordo com o autor, a identidade se constitui por meio das construções (monumentos, infraestruturas, cidades, pontes, etc.), das línguas, mitos, rituais, religião e, de maneira geral, pelas ações territorializantes dos atores e históricos. Trata-se de camadas sedimentadas em um determinado espaço, onde ocorre a coevolução entre sociedade e natureza. Esta última desempenha um papel fundamental na conformação histórica do território e da identidade, sendo patrimônio de cada lugar e, por isso, requer uma gestão voltada para o desenvolvimento territorial sustentável.

Raffestin (2003), aborda a identidade como um processo de tornar-se semelhante dentro de um território àqueles que declaram ter as mesmas imagens, ídolos e normas. “Fazer-se semelhante significa libertar, para o Outro, a comunidade à qual se deseja ou afirma pertencer, um processo dinâmico de identificação que nos faz ser reconhecidos pelo Outro” (Raffestin, 2003, p. 4, tradução nossa).

Raffestin (2003), privilegia os conceitos de imagem, trabalho, memória e língua, em sua discussão sobre a identidade, sendo estas múltiplas, pois mesmo quando há um desaparecimento gradativo, elas sempre deixam vestígios materiais ou imateriais. Os homens através de seus gestos e do trabalho produzem e renovam identidades e territorialidades. O autor ainda afirma que a construção, desconstrução e reconstrução da identidade precedem a territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Os

processos apontados pelo autor não são imediatamente comparáveis, pois obedecem a escalas de tempo diferentes.

Notaremos, portanto, o papel desempenhado pela terra, o solo que os homens trabalham. A identidade, neste caso, é construída por meio da projeção do trabalho na fisicalidade das coisas: ela é construída e renovada por meio dos gestos que os homens aprendem a suprir suas necessidades. Mas os gestos mudam com o tempo, porque as atividades em si, e os mediadores que as mobilizam junto com elas, não mudam (Raffestin, 2003, p. 5, tradução nossa).

Assim como Raffestin, outro autor o qual destacamos nesse trabalho pela sua análise da territorialidade enquanto instrumento de poder, foi Robert Sack. Entretanto é relevante destacar que, ainda que Sack tenha privilegiado os aspectos mais relacionados ao poder, ele não ignora a dimensão simbólica e cultural da territorialidade. Para Sack (1986), é necessária cautela ao vincular as mudanças territoriais apenas a mudanças econômicas e políticas, mas que a cultura a tradição e a história também estão associados ao modo em que as pessoas utilizam a territorialidade e como valorizam a terra. Desse modo, Sack conclui, “A territorialidade, como componente do poder, não é apenas um meio de criar e manter a ordem, mas é um dispositivo para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual vivenciamos o mundo e lhe damos significado” (Sack, 1986, p. 219, tradução nossa).

A identidade possui uma dimensão territorial e compreende, além do sentimento de pertencer a um determinado espaço, o resultado do processo de territorialização, caracterizado por elementos de continuidade, estabilidade, unidade e distinção. O território configura-se simultaneamente como produto e condição social, exercendo influência na constituição da identidade local por meio de ações coletivas, sendo uma construção dinâmica e ativa, composta por dimensões objetivas e subjetivas, manifestas tanto no plano local quanto em escalas extralocais (Governa, 2003, 2005; Dematteis; Governa, 2005a apud Saquet, 2013).

Por fim, Saquet (2013) conclui:

É importante, também, a meu ver, que se tente elaborar uma abordagem (i)material do(s) território(s) e da(s) territorialidade(s), que reconheça o movimento histórico, relacional, material e ideário, como uno e múltiplo, no intuito de subsidiar a elaboração de propostas e ações para um desenvolvimento com mais justiça social; propostas e ações que possam significar iniciativas de construção de identidades e territorialidades com a participação de diferentes sujeitos, de instituições públicas e ONGs, associações de moradores, sindicatos, professores, estudantes, entre outros; que possam significar tentativas de produção e gestão da unidade na diversidade e da diversidade na unidade. Isso requer uma concepção mais completa possível, do território, da territorialidade e de seus componentes,

como a identidade, as relações de poder, as redes sociais e a natureza exterior ao homem (Saquet, 2013, p. 155).

Até o presente momento, buscamos evidenciar os autores que consideramos centrais para a fundamentação teórica deste estudo. No entanto, é importante reconhecer a existência de uma diversidade de pesquisadores que, embora não tenham a territorialidade como foco principal, abordam essa temática de maneira complementar em suas obras. Apresentamos, a seguir, outras contribuições que, embora não tenham a territorialidade como eixo central, oferecem subsídios relevantes para o aprofundamento da discussão.

Santos e Silveira (2006), assim como outros autores já citados, preocupam-se em diferenciar a territorialidade humana da territorialidade animal. Os autores abordam introdutoriamente o território e a territorialidade da seguinte forma:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação como o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (Santos; Silveira, 2006, p. 19).

Outro autor que contribuiu significativamente com discussão teórica na geografia brasileira foi Marcelo Lopes de Souza, o autor preocupou-se em diferenciar territorialidade (no singular) como algo abstrato que se refere as relações de poder espacialmente delimitadas e que conferem sentido a um território, operando sobre um substrato referencial; de territorialidades (no plural), que dizem respeito aos diferentes modos de organização e classificação dos territórios, conforme suas propriedades e dinâmicas. Em ambos os casos, trata-se de um tipo específico de interação entre seres humanos e o espaço, sempre mediada por ele (Souza, 2000).

Privilegiando a dimensão cultural, Bonnemaïson (2002) define o território sob uma perspectiva humana, como espaço de mediação entre os indivíduos e sua cultura, marcado por símbolos deixados no solo — como lugares, itinerários e extensões com valor religioso, político ou cultural — que conferem identidade e enraizamento a um grupo social. Nessa concepção, território e territorialidade se articulam: a territorialidade expressa vivências e comportamentos que vinculam os sujeitos ao território (Bonnemaïson, 2002 *apud*. Fuini, 2014).

Por fim, temos em Soja (1971) que:

no âmbito da conotação política da organização do espaço pelo homem, a territorialidade pode ser vista como "um fenômeno comportamental associado

com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam". Soja (p. 19) argumenta que "ao nível individual, por exemplo, uma das mais claras ilustrações da territorialidade humana pode ser encontrada na forma como no Ocidente se estabeleceu a propriedade privada da terra (Soja, 1971 *apud*. Santos, 2009, p. 3).

É importante ressaltar que em todas as obras consultadas nesse referencial teórico, há um certo consenso de que a territorialidade envolve os aspectos materiais e imateriais em um território, diversos autores procuram estabelecer abordagens multidimensionais à territorialidade, de modo a considerar suas dimensões políticas, econômicas e culturais. Há uma certa concordância quanto a importância simbólica e identitária, evidenciada pelos aspectos culturais e também ao caráter de dominação e controle, expressos pelas dimensões políticas e econômicas. Contudo, ainda que haja consensos acerca da territorialidade, as diferenças epistemológicas e metodológicas levam aos autores a focar em determinada dimensão da territorialidade. A partir disso, dividimos os autores em dois grandes blocos, é importante ressaltar que essa divisão não busca explicar individualmente a abordagem teórico-metodológica de cada autor, mas de construir uma síntese que facilite e localize o leitor, a cerca de duas grandes correntes de pensamento e abordagem da territorialidade, ainda que existam diferentes abordagens enfoques dentro de cada bloco teórico apresentado.

Em uma vertente de orientação mais clássica, a partir de uma abordagem próxima ao materialismo dialético, se destacam os autores que evidenciam o caráter de dominação e controle da territorialidade. Nessa perspectiva, a territorialidade é expressa a partir de uma estratégia espacial, exercida por diferentes atores e sujeitos que expressam relações de poder e dominação em determinado território. Desse modo, o território é tratado como um produto social e histórico.

Os autores dessa primeira linha reconhecem a territorialidade enquanto uma ação intencional, utilizada para manter, impor ou disputar o controle no espaço. Na territorialidade os processos estão em constante transformação, havendo, inclusive desterritorialidade e reterritorialidade, esse dinamismo é marcado por disputas e pela conflitualidade que evidenciam as dimensões políticas e econômicas do território.

Outra linha de autores busca construir uma abordagem mais relacional, partindo de uma dialética não necessariamente marxista, mas que contemple contribuições da geografia humanista e da fenomenologia. Há um destaque ainda maior para a multidimensionalidade que passa a incorporar de maneira mais

significativa as dimensões culturais e simbólicas às políticas e econômicas da territorialidade. A identidade, passa a ser compreendida enquanto uma dimensão importante, nesse sentido o território, territorialidade e identidade são construções sociais históricas, complexas, multidimensionais e relacionais, que envolvem tanto a apropriação material quanto simbólica de um território.

Definimos essa linha como uma visão integradora, pois as análises trabalham a integração das dimensões materiais e simbólicas, objetivas e subjetivas, atentando para a vivência, identidade e poder. Essa análise relacional, histórica e multidimensional do território e das territorialidades, tem foco na articulação entre materialidade, simbolismo e identidades, em contextos concretos de poder e vivência social. Entre os autores dessa linha há uma certa rejeição a explicações que reduzam a territorialidade a uma prática estritamente política, econômica ou material.

Nossa perspectiva nesse trabalho se aproxima da segunda linha, onde procuramos construir uma abordagem integradora da concepção de territorialidade. Compreendemos que as territorialidades comportam igualmente as relações de poder e dominação sobre um determinado território bem como a sua apropriação simbólica a partir da identidade e dos vínculos estabelecidos entre os sujeitos e o território. A multidimensionalidade da territorialidade possibilita estabelecermos uma análise que se proponha a dar conta de múltiplas dimensões dessa relação, sem deixar de privilegiar os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, considerando, em sua totalidade, elementos materiais e imateriais que compõem toda a trama de relações que definimos como territorialidade.

Recorremos novamente a Haesbaert:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 1997, p. 41).

Acreditamos que não há benefício em subdividir a análise das territorialidades em dois campos: vínculo identitário e relações de poder (embora o tenhamos feito como recurso expositivo), visto que, como veremos adiante, esses aspectos se complementam. Adiantando algumas de nossas conclusões, observamos que a identidade promove coesão social, reforçando entre os grupos a necessidade de

proteger coletivamente seus territórios, bem como a proteção e o domínio desses territórios fortalece os laços identitários.

A territorialidade, pode ser compreendida como um processo social complexo mediante o qual sujeitos individuais e coletivos estabelecem relações de poder, pertencimento e significação com o espaço, produzindo e reproduzindo territórios enquanto expressões de suas práticas, interesses e identidades. Ela articula indissociavelmente dimensões materiais — como a apropriação, o domínio e o uso do território — e simbólicas — como as representações, afetividades e significações culturais —, sendo atravessada por relações de poder, disputa, resistência, conflitualidade e identidade. A territorialidade é, portanto, uma construção histórica, dinâmica e relacional, que se manifesta na forma como os sujeitos se situam, atuam e se reconhecem nos territórios que produzem, refletindo diferentes perspectivas — políticas, culturais, econômicas e culturais — que se entrelaçam e se redefinem continuamente.

2.2 A TERRITORIALIDADE ENQUANTO PRÁTICA (I) MATERIAL

A observação participante constitui uma metodologia fundamental nas ciências sociais e humanas, especialmente quando se busca compreender as dinâmicas sociais a partir da vivência entre os sujeitos e seus territórios. Ao inserir-se no cotidiano dos acampamentos, é possível não apenas a coleta de dados, mas também a participação de forma reflexiva nas práticas e interações, o que permite captar nuances, sentidos e significados que dificilmente seriam percebidos a partir de outras abordagens metodológicas (Mónico *et al.*, 2017; Becker, 1994). Nesta pesquisa, recorreremos às observações realizadas pelo autor durante as atividades em campo¹³, as quais foram registradas sistematicamente por meio de anotações no diário de campo. Esse instrumento permitiu a construção de um relato sobre a experiência, incorporando impressões, contradições e interpretações elaboradas ao longo do campo. O conteúdo analisado nesta seção, portanto, refere-se à interpretação do

¹³ No acampamento Reduto de Caraguatá, a inserção aconteceu entre os dias 25/04/2025 e 02/05/2025. Já no acampamento Vitória do Contestado, entre os dias 25/06/2025 e 01/07/2025. Além das datas citadas, houveram ainda as visitas de aproximação e as entrevistas que também caracterizamos aqui como trabalho de campo.

autor acerca da realidade observada, escrita e sistematizada com base nas experiências diretas registradas. Embora essa abordagem assuma um caráter inicialmente monofônico, no capítulo seguinte buscaremos contrastar e aprofundar a análise com base nos resultados das entrevistas realizadas, ampliando a diversidade e a densidade interpretativa da pesquisa.

Destacamos ainda a utilização de fotografias, capturadas, em sua maioria, pelo autor em atividade de campo e imagens de satélite, através da plataforma *Google earth*. O uso das imagens tem como objetivo apresentar o território, os referenciais materiais, as práticas e os símbolos presentes nos recortes pesquisados. As imagens tem como finalidade metodológica contribuir com as descrições textuais e servir também como um instrumento analítico que revelam as marcas da territorialidade, enriquecendo a compreensão sobre o objeto de estudo.

Ressaltamos que a territorialidade se manifesta na prática a partir de estratégias espaciais que expressam a intencionalidade dos sujeitos em controlar áreas, influenciar dinâmicas e exercer poder sobre o território. Ela se manifesta por meio da divisão do espaço, do senso de exclusividade e da construção de identidades espaciais, sendo sempre atravessadas por relações de poder que operam em diferentes níveis sociais e territoriais (Saack, 1886; Raffestin, 1993).

Durante a atividade de campo, uma das situações que chamou atenção ocorreu ainda no primeiro dia no Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC), onde alguns camponeses retornavam de uma área ao fundo do núcleo Iguaçu (Figura 7), carregando marcos de concreto que haviam sido retirados, após serem colocados na noite anterior de forma indevida por confrontantes da região. A ação dos confrontantes buscava reduzir intencionalmente o território do acampamento e forjar provas, através de imagens de drone, para serem adicionadas nos processos jurídicos em trâmite com o acampamento.

Um território é delimitado por fronteiras e caracterizado por relações de poder. Desse modo, ao tentar modificar as fronteiras estabelecidas desde a ocupação, os confrontantes da região fazem um ataque direto ao território do acampamento. Embora a ação tenha ocorrido sem violência, reconhecemos a conflitualidade que coloca em oposição o território camponês e o território capitalista. Vale destacar que a região em questão fica as margens do Rio Iguaçu, e além da posição estratégica, na divisa entre os estados de Paraná e Santa Catarina, a área é de interesse

econômico de grupos empresariais que fazem a extração de areia na região ao entorno.

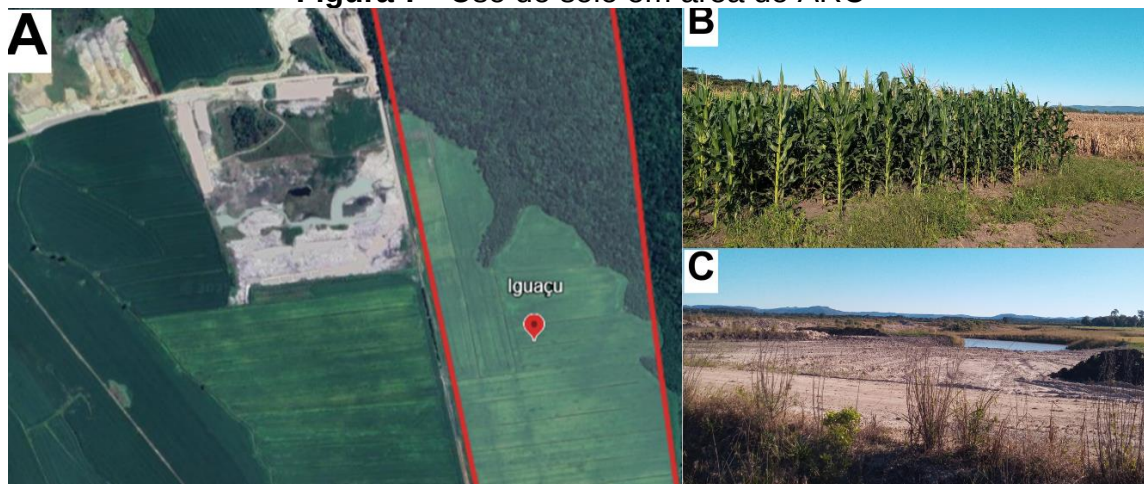
Pode ser observado na figura 7 (A), ao lado direito (polígono com contorno vermelho), a área pertencente ao acampamento, onde a mata nativa está preservada e as áreas de lavoura que possuem uma diversidade de produtos; já do lado esquerdo, em imóvel lindeiro, áreas voltadas ao monocultivo e a extração de areia. Estabelecemos ainda um comparativo em relação à qualidade ambiental das áreas mostradas no recorte da figura 7, mas que também pode ser evidenciada ao se analisar outras áreas do acampamento, conforme aponta o estudo técnico desenvolvido Universidade Federal do Paraná (UFPR), que mostra que “a área pode ser considerada uma ilha de conservação ambiental e produtiva em meio ao desmatamento, à mineração e às práticas produtivas degradadoras, ocorridas no entorno das comunidades” (UFPR, 2021, p.29).

O referido estudo ainda complementa:

Diante da análise indicada, as seguintes constatações são possíveis a partir da observação temporal do uso e ocupação do solo: (i) na comparação entre uso anterior e uso posterior, nos quase 17 anos de consolidação da comunidade, houve melhora das condições ambientais para a própria área com repercussões em seu entorno, sendo que as ocupações anteriores apontam para usos com características de degradação; (ii) quando a área é comparada ambientalmente a parte considerável de seu entorno, também apresenta melhores condições ambientais; (iii) a produção e obtenção de renda pode ocorrer na área sem que isso signifique danos ao meio ambiente, como os perpetrados em áreas lindeiras (UFPR, 2021, p.29).

A Figura 7 apresenta parte do território do ARC em que ocorreu a situação descrita anteriormente, bem como o uso do solo no acampamento e no imóvel vizinho.

Figura 7 - Uso do solo em área do ARC



Fonte: Google Earth (2025); O autor, 2025. A: imagem de satélite da área em que houve tentativa de adulteração das fronteiras; B: produção de milho e abóbora no ARC; C: área de extração de areia em imóvel vizinho ao ARC.

Entretanto, essa não é a única disputa relacionada ao território do ARC, o entrevistado nº 5 (2025, ARC) narra que: “há uns 3 anos atrás um cara que é vizinho nosso que também é posseiro¹⁴, ele entrou em uma área que fica mais na região de divisa com ele, onde ele tem a posse e ele começou a plantar e começou a devastar a área”. Mais uma vez, as fronteiras do território do acampamento passam a ser violadas, em uma clara forma de pressão dos interesses externos sobre a área. Na figura 8, observamos a área em questão (círculo azul), em dois momentos distintos, em 2018 e posteriormente em 2025, onde é possível observar claramente a retirada da vegetação nativa abaixo da área onde passa a rede elétrica.

Ainda na figura 8, adicionamos um novo polígono (contorno amarelo), que representa a área sob posse do vizinho do acampamento citado anteriormente. De acordo com o estudo técnico elaborado pela UFPR, a área em questão está sobreposta por duas matrículas, uma delas é pertencente ao acampamento, e outra pertencente ao vizinho. Entretanto, a matrícula sob nome desse vizinho apresenta erros de localização, causando confusão sobre a referência (UFPR, 2021). Atualmente a área continua sob posse do vizinho e as tensões continuam se acumulando, como no caso relatado anteriormente pelo entrevistado nº 5.

Figura 8 - Área em disputa no Acampamento Reduto de Caraguatá



Fonte: Google Earth (2025).

¹⁴ O termo “*posseiro*”, empregado pelo entrevistado, refere-se ao fato de seu vizinho estar sob posse de uma área vinculada ao estado do Paraná. Nesse caso, a expressão não corresponde a um entendimento mais amplo, em que *posseiro* designa o pequeno produtor que utiliza a terra para sua reprodução social em pequena escala, geralmente voltada ao autoconsumo e à comercialização do excedente. Pelo contrário, o vizinho mencionado aproxima-se muito mais da condição de um fazendeiro de médio porte.

A situação da incompatibilidade nas matrículas, pode ser compreendida através da inconsistência entre a área declarada de imóveis rurais e a dimensão territorial total dos municípios em que estão inseridos (Paulino, 2021). Segundo a autora, em 214 dos 399 municípios do Paraná (entre os quais se incluem General Carneiro e Paula Freitas), a área territorial municipal é inferior à soma das áreas declaradas como imóveis rurais. Mesmo quando desconsideradas as áreas urbanas, os corpos hídricos e as estradas, o excedente decorrente dessa sobreposição corresponde a 13,5% do território paranaense.

As disputas territoriais, embora tenham o território como referência central, não se limitam ao espaço físico. Esses conflitos extrapolam a esfera material e adentram o campo jurídico, onde também se manifestam de forma intensa. Durante o trabalho de campo, foi possível perceber a constante preocupação dos camponeses acampados com os desdobramentos judiciais da disputa. A assimetria de recursos entre os atores envolvidos é evidente: enquanto o acampamento conta com apenas um advogado para representar suas demandas, o fazendeiro que contesta os limites das terras mobiliza uma equipe jurídica composta por onze advogados.

Então essa pressão sobre o território existe, né. Nós, já vários e vários anos que estamos aqui, mas teve ano de a gente receber uma reintegração de posse por mês, e o cara que pede a reintegração de posse não é o proprietário, o proprietário ele entra com uma ação pra reaver a posse, então quem que é o cara que pede reintegração de posse? É posseiro! É o cara que tá em cima das áreas da agência de fomento e que pede a reintegração de posse de alguém [...]. Então essa pressão sempre existiu, as famílias sempre tiveram essa insegurança jurídica de *pode fazer* uma casa boa, de melhora sua estrutura, de pensa alguma coisa maior pela insegurança jurídica *das reintegração* (Entrevista Nº 5, 2025, ARC).

Sack (1986, p. 24, tradução nossa) aponta que “reconhecer que a territorialidade é uma estratégia geral para estabelecer acesso às coisas e apontar seus efeitos geralmente esperados, pode ajudar a aprofundar nossa compreensão de seu uso em casos específicos”. A partir dessa perspectiva, constata-se que a conflitualidade presente nas disputas territoriais no ARC transcende a base meramente material. As pressões e disputas manifestam-se também por meio de diferentes esferas de poder: no campo político, com a atuação de agentes como a prefeitura e um deputado da região, ambos contrários a uma política de reforma agrária; no campo midiático, com tentativas recorrentes de deslegitimar o movimento por meio da exposição negativa de sua imagem; no campo jurídico, com a abertura de processos, tentativas de reintegração de posse e demais estratégias legais

utilizadas para fragilizar a permanência das famílias no território; e no campo econômico, onde há interesses explícitos de exploração da área ocupada, frequentemente responsáveis por financiar e articular as demais formas de pressão anteriormente mencionadas.

Constatamos ainda forte preocupação dos camponeses acampados diante da forma que as ações policiais são conduzidas dentro do acampamento. Muitas vezes, estas são carregadas de violência, agressões físicas e perseguição. Os camponeses relatam que os policiais destroem seus objetos pessoais, consomem os alimentos e recolhem bandeiras e símbolos do movimento. Essa postura revela não apenas uma violência deliberada, mas também simbólica ao retirar das casas dos moradores símbolos que representam a mística do MST e compõem a identidade Sem Terra, como as bandeiras vermelhas e os bonés com o símbolo do movimento.

No Acampamento Vitória do Contestado (AVC), as pressões diretas sobre o território material e jurídicas são menores e pouco significativas. Entretanto, conforme abordamos anteriormente, o acampamento passou por um despejo antes de se estabelecer em sua área atual. O Entrevistado nº 11 (2025, AVC), relata que: “teve *nas primeira vez* [pressão sobre o território], já cansei de pousar nessas beira de estrada aí cuidando. Era os *fazendeiro*, daí eles que vinham bota pressão”.

Contudo, as ações policiais também são recorrentes no AVC, a violência deliberada e simbólica policial é narrada por diversos camponeses: “eles vieram trás de uma coisa, mas fizeram outra, arreventaram porta, levaram minha motosserra com um mês, que tinha nota e tudo” (Entrevista Nº 11, 2025, AVC); “Abriam a geladeira, tomaram o iogurte das criança, arrancaram bandeira [...] bateram no [nome do esposo da entrevistada]” (Entrevista Nº 8, 2025, AVC); “entraram na minha casa, reviraram tudo, jogaram tudo *po chão*, jogaram a comida dos bicho” (Entrevista Nº 12, 2025, AVC). O entrevistado nº 11, acredita que essas ações tem o objetivo de “manchar o movimento” e que foi uma das principais causas da saída de diversas famílias ao longo dos 7 anos do acampamento, “pois *as família* ficam com medo né, ver os polícia entrando e quebrando tudo”.

Percebemos que a ação policial de forma repressiva é uma realidade presente em ambos os acampamentos. Tais operações são conduzidas para investigar determinado assunto, mas quase sempre acabam sendo extrapoladas com invasões indevidas nas casas dos camponeses, terror e pressão psicológica de modo a desestabilizar a luta organizada ou de provocar a reação de algum dos camponeses

que relatam ser necessário “sangue frio” para ver a ação policial, mesmo sabendo que aquilo é feito exatamente para provocar uma reação deles e justificar potenciais medidas ainda mais duras.

Desse modo, observamos que a pressão territorial é constante e está presente nas esferas materiais, políticas, jurídicas e econômicas. As provocações são constantes, embora agora não haja mais uma resposta violenta dos fazendeiros, como foi no processo de ocupação, as formas de exercer pressão são reinventadas e se inserem em diversas esferas, fazendo com que os territórios permaneçam em constante disputa.

As ações tanto dos fazendeiros, quanto dos camponeses acampados, são manifestações evidentes da territorialidade enquanto uma forma de garantir a dominação territorial de uma determinada área. Para Raffestin (1993) a territorialidade reflete a multidimensionalidade dos membros de uma coletividade e são sempre baseadas em relações de poder. O poder aqui pode ser observado a partir das estratégias de controle territorial empreendida pelos atores envolvidos. Esse controle passa pela conflitualidade, inerente aos processos de disputa territorial (em suas variadas esferas), que colocam em oposição duas classes distintas.

As territorialidades até aqui discutidas, partem, da premissa que “a territorialidade passa a ser entendida, então, como estratégia espacial de controle e influência, marcada por intencionalidade por parte dos atores que a acionam” (Sack, 1986, p. 23, tradução nossa), ou, de acordo com Raffestin (1993), as relações de poder são sempre intencionais. Desse modo, há intencionalidade explícita nas ações de reintegração de posse, de pressão policial, de avanço sobre fronteiras e de disputa jurídica.

As contradições inerentes a expansão do capitalismo agrário, como a existência do campesinato e as diferentes formas de obtenção da renda da terra, também manifestam uma forma de territorialidade que muitas vezes é contraditória. A multidimensionalidade da territorialidade pressupõe que existam contraditoriedades (Roos; Fernandes, 2016). Ao tratar da multidimensionalidade da territorialidade, Raffestin (1993, p. 158), destaca que: “os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder”.

Sendo assim,

a territorialidade emana do território como resultado das relações de poder exercidas para gerir o espaço de existência e/ou de produção. Deste modo, no interior de um mesmo território podem coexistir várias territorialidades. Por exemplo, no lote de um assentado [...], podem se manifestar as territorialidades do camponês, do capital e do Estado. É nessa acepção que o conceito de territorialidade corrobora para interpretar a forma de produzir no campo em geral e em específico nos assentamentos estudados. Nestes, a produção ocorre por meio de relações alheias às tipicamente capitalistas, pois, os camponeses detêm a posse da terra. Entretanto, isso não impossibilita a manifestação das territorialidades do capital nos assentamentos o que indica a existência de uma constante disputa territorial nestes (Roos, 2016, p. 171).

Definimos como territorialidade da agricultura capitalista aquela que se baseia na monopolização do território e exploração econômica da terra voltada para a obtenção do lucro, e se caracteriza pelo uso intensivo de insumos (sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos), monocultura e alta mecanização. Por outro lado, a territorialidade da agricultura camponesa tem como primazia as relações não capitalistas de produção, a autonomia sobre a gestão do território, o trabalho familiar, a subsistência e reprodução social da vida coletiva, a pluricultura, o uso sustentável da terra e os saberes tradicionais.

Nos acampamentos estudados se manifestam ambas as territorialidades, por um lado se observa a resistência da territorialidade da agricultura camponesa e por outro lado uma inserção significativa da territorialidade capitalista, representada pelo plantio da soja, arrendamentos e monocultivo de pinus.

Constatamos no Acampamento Vitória do Contestado (AVC), a presença do pinus em lotes de alguns acampados. Embora as famílias que fazem o plantio do pinus sejam poucas (identificamos 2 lotes com essa prática), a manutenção da silvicultura do pinus pode ser compreendida como uma forma de inserção e permanência da territorialidade capitalista em território camponês.

Em ambos os casos, o cultivo do pinus está relacionado à diversificação das estratégias para a obtenção da renda e não como principal atividade produtiva da família. Ademais, no acampamento, são recorrentes as queixas dos camponeses sobre a baixa qualidade do solo, o que inviabiliza práticas agrícolas mais significativas. Tal reclamação pode estar relacionada ao fato de que a área ocupada era destinada ao monocultivo de pinus. Sabe-se que essa espécie exótica é reconhecida por causar empobrecimento no solo e comprometer sua fertilidade.

Destacamos ainda que a área ocupada pelo AVC está situada sobre um antigo latifúndio madeireiro, que acumulava diversas infrações ambientais¹⁵. Assim, ainda é possível encontrar em várias áreas no interior do acampamento resquícios de áreas de reflorestamento de pinus. Nas fronteiras do acampamento ainda persistem empresas cujo eixo central de negócio continua sendo a silvicultura, como é o caso da Remasa Reflorestadora LTDA.

Ao observarmos as áreas no entorno do acampamento, fica ainda mais visível a predominância da territorialidade capitalista do latifúndio silvicultor na região. A paisagem, marcada pelo verde homogêneo das extensas plantações de pinus, expressa de forma material a lógica concentradora do latifúndio silvicultor. Embora essa disposição linear das fileiras e o tom monocromático da vegetação possam sugerir um certo senso estético agradável, a monocultura do pinus mascara a extinção da diversidade ecológica e as recorrentes lógicas de exploração presentes nas áreas de silvicultura. Compondo assim, o que muitos chamam de “deserto verde”.

Fonseca (2019), evidencia que

[...] o latifúndio silvicultor na região Sudeste do Paraná descumpra a função social da terra ao gerar: a) o desaparecimento de nascentes, a redução dos cursos hídricos e o empobrecimento do solo; b) condições de trabalho marcadas pela superexploração do trabalho, expressa pelos baixos salários, ocorrência de doenças e acidentes em consequência do processo produtivo e, inclusive com o registro de casos de trabalho escravo contemporâneo [...]; c) a configuração da dinâmica local do mercado de trabalho, caracterizada por dificuldades para a inserção do trabalho feminino, bem como a sazonalidade e a informalidade do trabalho que se manifestam nas condições socioeconômicas da população (Fonseca, 2019, p. 25).

Desse modo, compreende-se que, à luz da legislação vigente, a monocultura de pinus configura-se como expressão do latifúndio na região Sudeste do Paraná (Fonseca, 2019).

Para Roos (2016), o capital subalterniza a produção camponesa ao impor a territorialidade do agronegócio em território camponês, apropriando-se de relações não capitalistas e sujeitando a renda da terra. A intermediação dessa relação permite uma certa autonomia aos camponeses, ao mesmo tempo que acentua a dependência pelo avanço das relações mercantis e estruturas do agronegócio. O autor destaca, nesse processo, a adoção do monocultivo da silvicultura (pinus e eucalipto) e de commodities agrícolas como a soja.

¹⁵ De acordo com alguns acampados, refere-se a Indústria de Comércio de Madeira J. Pereira LTDA.

Observamos, no Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC), a territorialidade da agricultura capitalista através do cultivo da soja em áreas destinadas à produção coletiva dentro do acampamento. Soma-se a isso o fato de que a produção é feita por outro agricultor da região, mediante acordo de arrendamento. Sendo assim, a área coletiva é temporariamente cedida ao arrendatário, que assume responsabilidade pelo manejo agrícola e pela comercialização da safra. Em contrapartida, os acampados recebem um pagamento previamente acordado, que ocorre em dinheiro e em serviços, como o uso do trator do arrendatário para a melhoria de estradas e o preparo do solo em outras áreas de produção, sejam elas individuais ou coletivas, dentro do acampamento.

Destacamos que essa dinâmica estabelece uma relação em que o uso da terra camponesa é subordinado a interesses externos, reforçando a penetração da lógica capitalista e do agronegócio no espaço do acampamento. Entretanto, os camponeses manifestam o interesse de reduzir gradualmente a produção da soja e a lógica do arrendamento no interior de seu território. O entrevistado nº 5, confirma:

Soja é uma ideia que nós temo o seguinte, Hudson, que nós vá reduzindo gradualmente, toda vida tirando ela do nosso convívio. Por que isso? Porque hoje a gente ainda planta um pouco de soja, é a forma que nós temo de paga o maquinário, a gente comprou trator, comprou pé de pato, comprou vários implemento e essa é a forma que a gente tem de pagar (Entrevista Nº 5, 2025, ARC).

Para além da territorialidade da agricultura capitalista, que tem se infiltrado nos acampamentos, observa-se que a territorialidade camponesa ainda encontra formas de resistir a esse avanço. No Acampamento Vitória do Contestado (AVC), os camponeses manifestam interesse em fortalecer a produção de alimentos dentro do próprio território, destacando a relevância de uma possível articulação com as cooperativas do MST do município de Bituruna. Essas cooperativas se mostram como uma importante estratégia para viabilizar a comercialização dos produtos de modo mais eficiente e com menor interferência das lógicas de apropriação capitalista. Contudo, os camponeses do AVC relatam dificuldades em produzir a quantidade necessária para a comercialização do excedente, sobretudo pela ausência de uma análise técnica do solo e pelas barreiras burocráticas que impedem à emissão da nota de produtor rural, necessária para a inserção formal nas cooperativas.

No Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC), há um interesse entre os acampados de avançar cada vez mais para uma proposta agroecológica. Esse interesse tem se refletido na participação ativa dos camponeses em eventos como a

Jornada da Agroecologia do Paraná. A Brigada Iguaçu, organiza coletivamente o transporte até o evento, disponibilizando um ônibus para incentivar a participação dos camponeses.

O entrevistado nº 5 relata que:

A ideia nossa é sempre a formação, no sentido de avança no orgânico, no agroecológico, né? Essa é a proposta, acho que uma das bandeira que o MST assumiu é essa questão da agroecologia. Então essa é a ideia. E as demais áreas restantes, a ideia é sempre coletivamente, né? Até porque a estrutura de maquinário tudo é coletivo, o trator é coletivo, os implemento é coletivo e a ideia é sempre coletiva. Então respeita o individual da pessoa [...] e a gente no coletivo a ideia é sempre ir no sentido orgânico, agroecológico e tal né? (ENTREVISTA Nº 5, 2025, ARC).

O trabalho coletivo camponês, conforme relatado pelo entrevistado nº 5, também foi observado durante as atividades de campo, a partir da organização camponesa na realização dos coletivos para a colheita da erva-mate. Essa modalidade de trabalho, que se opõe a lógica capitalista, é caracterizada pelo trabalho coletivo entre os acampados que se reúnem para fazer a colheita da erva-mate nativa, posteriormente, a renda obtida através da venda da produção é dividida igualmente entre aqueles que participaram da colheita, ou destinada ao caixa do acampamento. Conforme já abordamos anteriormente, a erva-mate é a principal atividade produtiva no ARC e todo o processo é realizado coletivamente.

Há ainda o beneficiamento da erva-mate por meio da organização do coletivo de mulheres do ARC. O *Carijo Flor do Sul* (Figura 9) consiste em um barraco, onde a erva-mate é submetida ao processo de secagem através da queima da lenha, sendo pendurada em poleiros. Após aproximadamente dois dias, a erva é macerada nos pilões orgânicos e embalada. Todo o processo, desde a colheita até o empacotamento, é desenvolvido de forma orgânica, artesanal e coletiva, no interior do acampamento.

[como foi a construção do Carijo?] Foi uma construção coletiva né? Mas aí foi a avó e a mãe que trabalharam fora em barbaqua¹⁶ e tiveram a ideia de criar um carijo aqui dentro para as companheiras que quisessem fazer parte, se somar e trabalhar. E é uma coisa assim, que marcou muito nós e marca até hoje, porque o que não vai mais para frente, ele assim tipo como uma luta coletiva aqui dentro, por falta... A gente não tem secador, não tem essas coisas assim mais grande né? para auxiliar, porque daria emprego assim para muita gente, não só para as companheiras, para os companheiros. E é uma coisa que ele sempre soma na questão da luta coletiva. Aí, se tivesse recurso, as pessoas não precisariam trabalhar fora, poderiam investir aqui dentro, no próprio carijo, que é formado pelo coletivo de mulher, mas também poderia

¹⁶ Armação de varas que funciona como forno em que se faz a secagem para a preparação da erva-mate.

colocar o pão na mesa de vários companheiros, né? E companheira, então é uma coisa também que é muito boa (Entrevista Nº 6, 2025, ARC).

Figura 9 – Produção de erva-mate no Carijo Flor do Sul



Fonte: Baskoski (2025). A: erva-mate nativa *in natura*; B: vista da frente do carijo; C: erva-mate já cortada e preparada para a secagem; D: erva-mate depois de pronta e embalada.

Embora existam os desafios relacionados a falta de equipamentos mais específicos, o beneficiamento ocorre em momentos estratégicos, geralmente às vésperas de feiras, encontros ou visitas ao acampamento. Observamos que a erva-mate tem se mostrado como uma importante fonte de renda para o acampamento, bem como de orgulho da identidade e do histórico camponês, que se manifesta como uma resistência ao avanço da territorialidade capitalista sobre o acampamento, conforme relata o entrevistado nº 5:

A gente agora avanço e inclusive conseguimos esse mês receber a documentação de um viveiro de muda de erva-mate, que vem pra cá pra gente instalar. Então até final do ano, a gente instala o viveiro, em dezembro nós coleta a semente nossa, daqui das nossa erva nativa, e a partir de fevereiro quebra dormência, e todo um processo e ano que vem, 2026 a ideia é que nós já tenha a nossa muda de erva mate daqui mesmo (Entrevista Nº 5, 2025, ARC).

Como já abordamos anteriormente, diversos autores destacam a importância do aspecto simbólico na territorialidade (Sack, 1986; Corrêa, 1998). Alguns autores também atribuem à identidade territorial, a construção de sentidos e pertencimentos atribuídos a um território por um grupo social através de elementos objetivos e subjetivos (Haesbaert, 1999; Chelotti, 2010). Outras análises da territorialidade evocam ao pertencimento como importante nessa compreensão (Andrade, 1998; Santos; Silveira, 2006). A identidade, associada a dimensão cultural, ganha evidência na multidimensionalidade da territorialidade em Haesbaert (2011). Já Saquet (2013) e Saquet e Briskievicz (2009), entendem a territorialidade como resultado das múltiplas identidades estabelecidas no cotidiano.

A dimensão simbólica da territorialidade pôde ser apreendida de forma mais sutil durante o trabalho de campo do que nas entrevistas formais. Apenas a vivência imersa no modo de vida camponês possibilita perceber nuances que revelam a profunda conexão entre os sujeitos e o território. Elementos materiais carregados de simbolismo, bem como manifestações imateriais de pertencimento e identidade, tornaram-se perceptíveis sobretudo no cotidiano compartilhado com os moradores.

De maneira mais explícita, a presença dos símbolos do MST nos acampamentos estudados, como ilustrado na Figura 10, reforça o papel dessas representações como importantes para unidade dos acampados em torno de um ideal. Entre os signos observados destacam-se: a bandeira vermelha, onde cada cor ou elemento carrega um significado próprio; as vestimentas, adesivos e demais itens que estampam o emblema do movimento; ou mesmo a lona preta, que mesmo que em alguns casos observados não cumpre função material, visto que o barraco estava desocupado, adquire um valor simbólico ímpar, pois

A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, um símbolo presente na transição entre o acampamento e o assentamento das famílias Sem Terra, o caminho para a conquista da terra. É símbolo da luta pela Reforma Agrária que as mais de 120 mil famílias acampadas em todo Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a segregação e as injustiças sociais que tanto castigam esse país (MST, s/d).

Para Woodward (2014), é através dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e ao que somos. Nessas representações, se incluem práticas de significação e sistemas simbólicos pelos quais os significados são produzidos nos posicionando enquanto sujeitos.

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se

baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (Woodward, 2014, p. 18).

Já Bourdieu (1989), evidencia que a procura de critérios objetivos de identidade não deve esquecer, que na prática social, são objetos de representações mentais, por exemplo a língua, o dialeto ou o sotaque, ou de representações objetais, como emblemas, bandeiras e insígnias, ou ainda em estratégias para uma manipulação que tem como objetivo determinar a representação mental que outros podem ter desta propriedade e de seus portadores.

Figura 10 - Símbolos no ARC e AVC



Fonte: Baskoski (2025).

Segundo o MST (s.d.), desde suas primeiras ocupações o coletivo criou diversos símbolos que são signos de unidade em torno de um ideal e formam a mística do movimento. Dentro dos acampamentos estudados, estes símbolos marcam, ao

mesmo tempo, a paisagem e o território, a identidade e o poder. Ainda em conformidade com Sack (1986),

por definição, territorialidade deve conter uma forma de comunicação, que pode envolver um marco ou sinal, como geralmente é encontrado em um limite ou fronteira [...]. Um limite territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma declaração sobre a direção no espaço e uma declaração sobre a posse ou exclusão (Sack, 1986, p. 21, tradução nossa).

A existência desses símbolos que compõem a identidade coletiva do MST não são criações meramente ocasionais, pois estes

mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta. Os vários conflitos pela defesa de fronteiras, por exemplo, demonstram que as referências espaciais permanecem relevantes para a definição ou fortalecimento de identidades. A própria memória (coletiva) de um grupo social precisa de uma referência territorial (Saquet e Briskievicz, 2009, p. 6).

Ao destacar a importância da identidade na construção da territorialidade, Saquet (2013), afirma que ela se constitui por meio de edificações, línguas, mitos, ritos e religião. Desse modo, a religiosidade também se apresenta como um elemento importante na preservação da identidade dos atores sociais em sua relação com o território, expressando-se em uma coevolução histórica.

De acordo com Feldhaus (2013), a religião não se limita ao plano metafísico, nem pode ser reduzida a uma dimensão puramente objetiva ou racional. Ela é também uma (re) construção mental e, portanto, uma representação espacial. Para o autor, o homem religioso se manifesta por meio de formas simbólicas no espaço a cada vez que uma nova igreja é construída. Isso ocorre porque ele sente a necessidade de viver em um mundo sagrado e, ao construir o templo, consagra o espaço.

Ao observarmos esse aspecto nos acampamentos estudados, foi possível identificar manifestações religiosas que não apenas remetem à religiosidade entre os sujeitos, mas também ocupam territorialmente espaços significativos dentro do acampamento. No Acampamento Vitória do Contestado (AVC), uma das famílias acampadas está construindo uma igreja evangélica. Já no Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC), há uma igreja de caráter ecumênico, ou seja, um espaço de culto aberto a diferentes denominações religiosas.

Todavia, uma semelhança relevante entre os dois acampamentos diz respeito à presença marcante da imagem do Monge São João Maria. Nos locais onde se acredita que o monge passou, costuma haver um olho d'água, e, em ambos os acampamentos, nas proximidades dessas nascentes, encontra-se uma capelinha com a imagem ou fotografia do monge. Frequentemente, esse espaço é compartilhado

com outros símbolos religiosos, como a cruz ou imagens de santos, compondo um altar sincrético que expressa a diversidade e a profundidade das crenças ali cultivadas, conforme apresentado na Figura 11.

Figura 11 - Monge São João Maria e a religiosidade nos acampamentos



Fonte: Baskoski (2025).

Para os habitantes do território do Contestado, desde os caboclos do início do século XX até os camponeses nos acampamentos estudados, as figuras de três diferentes monges que passaram pela região se fundiram na de São João Maria. Para Feldhaus (2013), os elementos culturais, valores, princípios e relatos antes atribuídos a José Maria ou a outros líderes místicos foram ressignificados e incorporados a essa única figura, que se tornou modelo de vida e santidade para a comunidade cabocla. Hoje, São João Maria é venerado por meio de rituais como novenas, romarias e promessas, tendo acumulado significados que o colocam no mesmo patamar de outros santos católicos (Feldhaus, 2013).

Desse modo, o território Contestado, é marcado por fortes simbolismos históricos e religiosos, como a guerra, os monges e as disputas de divisas, que evidenciam o seu caráter imaterial. Para o caboclo, a terra era fonte de vida e sustento, além de local sagrado, abençoado pela doutrina dos monges. Essa ligação concreta entre homem e território expressa uma geograficidade permeada pela religiosidade do povo camponês (Feldhaus, 2013). De acordo com Fraga, Gonçalves e Cavatorta (2017), o messianismo não ficou restrito aos tempos da guerra, mas ainda continua presente no Contestado, onde os camponeses ainda esperam que o monge os salve da fome e da miséria, trazendo esperança contra a violência que é silenciada pelo Estado.

Almeida (2006, p. 158), aponta que a forma-conteúdo acampamento busca não apenas exercer pressão, mas também “gestar um camponês de novo tipo” e construir a identidade sem-terra. Desse modo, a identidade está associada ao processo de transformação simbólica e prática que os sem-terra vivenciam na *communitas*. Durante essa transformação os sem-terra negam atributos anteriores e assumem uma identidade coletiva sustentada em valores como a luta, igualdade, ausência de propriedade, humildade, altruísmo e disciplina. Ainda de acordo com a autora, essa identidade é construída, no MST durante a fase liminar.

Os conceitos de *communitas* e *liminaridade* trabalhados por Turner (1974), são mobilizados por Almeida (2006) para descrever o processo de gestação desse novo camponês e a construção da identidade sem-terra. A liminaridade é compreendida como uma fase intermediária nos ritos de passagem, que se desdobram em três momentos interligados: separação (saída da condição anterior), margem/liminaridade (o estado de transição) e agregação (entrada na nova condição). Assim, ao passar da condição de sem-terra para assentados, os camponeses enfrentam esse ritual de passagem onde não pertencem mais ao estado anterior, mas também não alcançaram um novo. Por negarem a estrutura vigente, os sujeitos liminares tendem a ser percebidos como perigosos para a sociedade.

É na fase liminar que os sem-terra constituem os acampamentos, ou *communitas*. Trata-se de uma forma particular de relação social que vai além da simples noção de comunidade, pois consiste na negação da ordem hierárquica estabelecida e a busca por uma emancipação temporária das normas socioestruturais. Essa experiência fundamenta relações marcadas pela igualdade, pela solidariedade e pelo reconhecimento da condição humana comum. No caso do

MST, o acampamento é visto como um espaço de *communitas*, porque nele se vivenciam relações de igualdade, disciplina coletiva, humildade, ausência de propriedade e uma forte valorização dos laços humanos (Almeida, 2006).

Semelhante ao que aponta a autora, também identificamos nos acampamentos estudados algumas características que marcam essa liminaridade e contribuem para a construção da identidade Sem Terra. Entre elas estão a suspensão das divisões da ordem social estruturada e da polaridade de gênero, em favor de uma maior igualdade entre os acampados. Essa busca por equidade manifesta-se tanto no cotidiano das interações quanto em elementos simbólicos, como o uso das expressões “companheiros” e “companheiras” para se referirem uns aos outros. Também se destacam a disciplina, a obediência, o misticismo, a crença no altruísmo e, sobretudo, a convicção na construção de uma sociedade melhor.

Tais apontamentos não advém como resultados de metodologias estruturadas, mas podem ser observados nas interações cotidianas entre os acampados. Outra semelhança em relação ao que discute Almeida (2006) está relacionada a percepção de que o movimento, ao mesmo tempo em que ensina, também molda os camponeses, construindo a identidade que, segundo nossa interpretação, passa a compor a territorialidade nos acampamentos. Essa questão será aprofundada no capítulo 3; entretanto, a título de ilustração, destacamos a fala da entrevistada 6:

[Existe algum laço de identidade entre você e o acampamento?] Eu acredito que sim, porque é como nós... que nem eu falei, a gente era da cidade e entrou no MST. E você gosta de participar, gosta de fazer os curso político e tudo e **tá aprendendo**. Eu acredito que a gente se identifica por ser Sem Terra, mas também pela busca da terra, pelo contato que você quer com a tua vida. Eu acredito que sim. [...] Olha eu para mim assim eu tenho o MST como um... como eu digo assim, **um exemplo que muda a gente**. Vale a pena e para mim é em todos os lugares isso (Entrevista Nº 6, 2025, ARC, grifo nosso).

Concordamos com Almeida (2006) ao apontar que

Assim, o acampamento do MST possui características de *communitas* porque seus moradores submetem-se a processos liminares de relacionamento, isto é, a verdadeiros rituais. A liminaridade passa a ser, então, uma manifestação cultural da *communitas*. Portanto, é justamente a dimensão de retiro e questionamento da cultura envolvente que leva a produção teórica do MST a falar em revolução cultural como o caminho da construção de um novo homem, simbolicamente representada pela idéia do “nascer de novo” e do sofrimento (Almeida, 2006, p. 176).

Compreendemos que o caráter temporário e liminar dos acampamentos, associado ao cotidiano, às práticas compartilhadas, à história, à religiosidade e ao simbolismo contribuem significativamente para a construção da identidade sem-terra.

Assim, concordamos com Saquet e Briskievicz (2009, p. 9), quando afirmam que “as territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios”.

Contudo, é necessário se destacar que essa identidade é forjada na luta dentro dos acampamentos que, de acordo com os próprios acampados, não deve ser “romantizada”. O acampamento é transitório e tem um objetivo (a consolidação do assentamento). Desse modo, esses territórios também são marcados por contradições internas, disputas e interesses individuais.

Para além dos aspectos internos, os acampados ainda vivenciam cotidianamente múltiplos desafios, como a insegurança jurídica, a iminência de conflitos e ameaças, bem como a precariedade da infraestrutura. As condições deficientes de estradas rurais, a insalubridade de grande parte dos barracos, as limitações no saneamento básico, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e educação e a ausência de fornecimento de energia elétrica evidenciam a situação de vulnerabilidade a que estão submetidos.

A territorialidade quando interpretada a partir das formas de produção no campo, manifesta-se de maneira complexa, coexistindo tanto de forma harmoniosa quanto conflituosa, explícita ou velada, nos acampamentos. Essa contraditoriedade decorre, principalmente, da própria lógica do capital que necessita da territorialidade da agricultura camponesa enquanto, ao mesmo tempo, avança com a territorialidade capitalista sobre o território camponês.

Do mesmo modo, a territorialidade entendida como estratégia de controle espacial, intencional e sustentada em relações de poder, se manifesta nas disputas por fronteiras em torno da manutenção do território jurídica e geograficamente nos acampamentos estudados. Tais disputas revelam a intencionalidade e a conflitualidade intrínsecas aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)¹⁷.

Portanto, as territorialidades não se limitam ao caráter meramente identitário, produtivo ou de controle territorial. Elas se expressam em uma multidimensionalidade de relações, configurando uma complexa amálgama que integra todos esses elementos e que tem no território a sua referência central.

¹⁷ Processos analisados por Haesbaert (2011), fundamentados na obra dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari.

3 TERRITORIALIDADE CAMPONESA: ENTRE CONFLITOS E RESISTÊNCIA

No presente capítulo, buscamos explorar a territorialidade camponesa nos acampamentos do MST da região Sudeste do Paraná, a partir da perspectiva dos próprios camponeses. Portanto, aprofundamos os resultados empíricos obtidos através das entrevistas semiestruturadas realizadas no âmbito do trabalho de campo. Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas divididas em dois roteiros diferentes: um para as lideranças e outro para os demais acampados.

Juntamente aos resultados das entrevistas, recorreremos à bibliografia científica para conduzir as discussões já iniciadas nos dois capítulos anteriores. Portanto, esse capítulo busca, a partir da fala dos camponeses, suas contribuições e experiências, complementar as discussões iniciadas e abrir a possibilidade de novos debates a partir da temática da pesquisa.

Inicialmente apresentamos os sujeitos dessa pesquisa, situando o leitor a partir das condições históricas, geográficas e sociais que embasam cada entrevistado; posteriormente discutimos os significados atribuídos ao acampamento, bem como a produção e estratégias de (re)produção camponesa; na terceira seção exploramos as identidades presentes no interior dos acampamento; e por fim as conflitualidades e relações de poder discutidas a partir do ponto de vista dos entrevistados.

3.1 SUJEITOS DA PESQUISA: TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS

Ao nos referirmos aos sujeitos dessa pesquisa, não podemos deixar de considerar que eles estão imersos em um coletivo. Portanto, falar sobre os acampados é também falar sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois, ainda que existam as individualidades que marcam cada um dos quinze camponeses entrevistados, é fundamental situá-los em um contexto mais amplo: o do movimento socioterritorial.

Há duas dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação dos sem-terra ligados ao MST: a que vincula cada família Sem Terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua humanidade em movimento. Do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam, se forma então a coletividade Sem Terra, com uma

identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo de sem-terra em si mesmos, mas que se sente ou se vive participando das ações ou do cotidiano do MST (Caldart, 2001, p. 212).

Conforme discutido anteriormente, com base nos estudos de Almeida (2006), os acampamentos em sua característica de *communitas*, contribuem significativamente para a construção da identidade Sem terra. Entretanto, essa identidade começa a ser delineada ainda na infância, entre os filhos e filhas de famílias acampadas e assentadas, por meio da categoria “Sem Terrinha”. Tal denominação não distingue apenas uma condição material a ser superada, mas um nome próprio a ser herdado e honrado. Essa identidade vai se fortalecendo no modo de vida, na cultura e nos valores que a sustentam¹⁸ (Caldart, 2001).

Neste sentido, Sem Terra é mais do que sem terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção deste sujeito, que é a história da formação do sem-terra brasileiro, em um recorte político e cultural diferenciado, algo que certamente requer estudos mais aprofundados (Caldart, 2001, p. 211).

De acordo com Martins (1986), os termos “camponês” e “campesinato”, no Brasil, foram uma importação política trazidos pelas esquerdas a partir dos anos 1950 para representar as lutas dos trabalhadores rurais. Historicamente, esses trabalhadores eram identificados no Brasil por termos regionais, como Caipira, Caiçara, Tabaréu e Caboclo. Desse modo, essas novas palavras são termos políticos e históricos que buscam expressar unidade de classe e de lutas dos camponeses.

Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (Martins, 1986, p. 22-23).

Vergés (2011), aponta para a existência de um camponês polifônico, diverso, comunitário, ecológico, plural e culturalmente enraizado. O autor aborda essa diversidade ao apontar que:

Participar de um encontro nacional de camponeses, que hoje são muitos, é como entrar na gaveta de um alfaiate, conviver com um mostruário de pluralidades que não são apenas de caráter produtivo e corporativo, mas também fisionômico, indumentário, linguístico, dançante, melodioso, gastronômico, espiritualoso... Esses encontros são a prova mais contundente

¹⁸ Para Caldart (2001), no Brasil, formou-se um novo sujeito social com identidade e nome próprios: os Sem Terra. Embora essa identidade tenha raízes anteriores ao MST, hoje é impossível compreender os sem-terra sem a história do Movimento. O MST teve papel central na constituição dessa identidade coletiva, transformando o trabalhador sem-terra em membro de uma organização de luta pela Reforma Agrária e pelas questões do povo brasileiro.

da profunda unidade do campesinato, por mais que existam disparidades, oscilações políticas e outras diferenças. Contudo, a pluralidade de línguas, ênfase e sotaques não impede que se reconheçam as palavras de ordem: terra e trabalho, crédito e preços justos, justiça e democracia, liberdade e autonomia, respeito, dignidade... (Vergés, 2011, p. 71).

Ao adotarmos o conceito de camponeses para nos referirmos aos sujeitos dessa pesquisa, destacamos não apenas uma dimensão relacionada à lógica produtiva, mas também ao sujeito histórico que possui uma cultura própria, marcada pelo vínculo com a terra, pelas tradições e por um modo de vida que se difere daquele frequentemente atribuído aos agricultores familiares atualmente.

Quando se faz a opção pelo uso de trabalhador familiar em substituição a camponês o argumento básico é torná-lo límpido, todavia a forma como vem sendo utilizado produz, em contrapartida, um reducionismo, em função do esforço para trazer estes homens e mulheres para a moderna economia. Logo, neste processo, perde-se a dimensão da terra como conteúdo moral, *terra de trabalho*, e passa-se a trabalhar a partir de uma concepção mercantil da terra. (Almeida, 2003, p. 77).

Segundo Mendonça e Júnior (2011), a noção de agricultura familiar é insuficiente para compreender tanto a luta dos movimentos sociais pela terra e pela reforma agrária no Brasil quanto o *ethos* de campesinidade presente nas relações sociais. Ao privilegiar políticas públicas de viés neoliberal, com o discurso da “gestão empreendedora”, busca-se transformar trabalhadores rurais em pequenos empresários, desconsiderando suas formas históricas de (re)existência. Nesse sentido, a adoção desse conceito contribui para o apagamento dos conflitos pela terra e para a negação das ações políticas emancipatórias do campesinato, fragmentando ainda mais o trabalho no campo.

De modo semelhante, Marques (2008), diferencia o campesinato da agricultura familiar a partir da natureza conceitual que cada termo assume. Recorrendo a Abramovay (1992), a autora aponta que o agricultor familiar é caracterizado como uma profissão plenamente integrada ao mercado. Já o camponês, ainda que possua uma organização de produção baseado no trabalho familiar, configura um modo de vida, marcado pela inserção parcial ao mercado e por contradições e conflitualidades diante do desenvolvimento capitalista.

Para Marques (2008), dada a densidade histórica e sustentada nas lutas pela terra existentes ainda hoje no campo brasileiro entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa, o conceito de campesinato permanece como fundamental na compreensão dos processos sociais e políticos que ocorrem nesse espaço, bem como suas contradições.

Desse modo, nessa pesquisa, levando em conta a construção histórica desses sujeitos, muitas vezes forjada no conflito, bem como a concepção do MST de uma reforma agrária que assegure a continuidade do trabalho no campo, e considerando ainda a autoidentificação dos sujeitos observada nos trabalhos de campo, optamos por adotar o conceito de camponeses.

Em sua síntese a respeito das principais correntes que estudam o campesinato nas vertentes clássicas, Buelvas (2018), aponta que este foi interpretado de maneiras distintas: o narodnismo valorizava-o como base de uma sociedade justa e resistente ao capitalismo; o anarquismo agrário defendia sua autonomia, a cooperação voluntária e o princípio de que “a terra pertence a quem a trabalha”; já o marxismo se dividiu entre a visão ortodoxa, que o considerava condenado a desaparecer diante da expansão capitalista, e a heterodoxa, que o reconhecia como sujeito indispensável nas lutas sociais. Apesar das diferenças, todas as correntes compartilhavam a crítica ao capitalismo e a defesa do socialismo como alternativa.

Em perspectivas mais recentes e com o enfoque na América Latina, o campesinato é compreendido como uma classe social historicamente oprimida pelo capitalismo, mas que mantém forte ligação com a terra e com saberes populares transmitidos entre gerações. Segundo Kroeber (1948 *apud* Buelvas, 2018), trata-se de uma estrutura social rural articulada ao mercado, porém distinta dos povos indígenas por carecer de isolamento e autonomia política, embora compartilhe com eles tradições e práticas culturais. Para Wolf (2005 *apud* Buelvas, 2018), os camponeses não são culturas isoladas ou sem história, mas grupos interconectados política, econômica e historicamente, enquanto Altieri (2004 *apud* Buelvas, 2018) destaca a agroecologia como estratégia que alia sustentabilidade ambiental, justiça social e valorização cultural dessas comunidades. Assim, a nova tradição de estudos reafirma o campesinato como classe histórica e resistente, contrapondo-se à ideia de extinção defendida pelo marxismo ortodoxo.

No contexto brasileiro, o campesinato constitui uma classe social contraditória e *sui generis*, formada a partir do desenvolvimento tardio do capitalismo nacional, sobretudo após a desintegração do escravismo no século XIX. Ele surgiu associado ao caráter rentista do capitalismo nacional, em que o latifúndio e as pequenas explorações familiares se desenvolveram juntos. Enquanto o latifúndio garantiu a especulação da terra e a extração de renda, os camponeses asseguraram a produção de alimentos e a transferência de renda para o capital. Assim, o campesinato não é

um resíduo pré-capitalista, mas parte integrante das contradições do capitalismo agrário brasileiro (Almeida, 2003).

Essa permanência do campesinato como parte integrante da dinâmica capitalista é corroborada por Santos (2016), que define o grupo como uma “classe incômoda” para a teoria social clássica. Para o autor, o campesinato desafia modelos analíticos rígidos justamente por sua condição social simultânea de trabalhador e detentor dos meios de produção, o que lhe confere uma posição de difícil ajuste a categorias focadas exclusivamente na fonte de rendimento.

Santos (2016, p. 54) argumenta que a delimitação do campesinato como classe não deve ser buscada apenas na sua objetividade econômica, mas “no cruzamento entre a determinação (objetiva) e a auto-atividade (subjativa)”, ou seja, no momento em que a experiência comum de subordinação e o vínculo com a terra se convertem em resistência e organização política contra o capital.

O camponês é um sujeito social que, ao mesmo tempo proprietário e trabalhador, organiza sua reprodução a partir das necessidades da família, e não pela lógica da acumulação capitalista. No Brasil, essa condição tem se expressado por meio da ‘recamponezação’, ou seja, a (re)criação do campesinato em contextos de luta pela terra e reforma agrária (Almeida, 2003). Assim, a reforma agrária constitui não apenas uma política de redistribuição fundiária, mas um processo de retomada da condição camponesa, onde os trabalhadores que não possuem acesso à terra se transformam em camponeses, reafirmando a especificidade dessa classe e sua permanência contraditória no interior do capitalismo.

No Quadro 1, apresentamos os sujeitos que contribuíram significativamente para a construção dessa pesquisa: camponeses e camponesas que gentilmente dedicaram parte de seu tempo para compartilhar suas percepções e experiências. Naturalmente que um quadro descritivo não tem a capacidade de traduzir a riqueza e a complexidade presentes em cada relato, muito menos dar conta de resumir a profundidade que envolve a vida e a história de cada sujeito. Ainda assim, procuramos situar o leitor em relação àqueles que, com suas contribuições, tornaram esse trabalho possível.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Entrevista	Idade	Sexo	Local	Tempo de acampamento	Histórico
1 (S. A. S. L.)	67	F	ARC	15 dias	Origem urbana: Cresceu na cidade de General Carneiro onde mais tarde passou pelo extinto Acampamento Primeiro de Maio (APM), no mesmo município participou da ocupação do Acampamento Vitória do Contestado (AVC) e posteriormente o Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC).
2 (J. S.)	25	F	ARC	3 meses	Origem urbana: passou a infância na cidade, mas frequentava e se identificava com as áreas rurais de faxinal, voltou para áreas urbana quando casou até conhecer o MST e mudar para o ARC.
3 (R. B. F.)	54	F	ARC	3 anos	Origem mista: dividiu a infância e adolescência entre área urbana e rural de Curitiba, morou em Rondônia, quando voltou para Curitiba conheceu o ARC onde permanece até o momento.
4 (G. F. L. T.)	66	F	ARC	20 anos	Origem faxinalense: cresceu em faxinal no município de Rebouças, passou por acampamentos em Teixeira Soares, Ponta Grossa e Lapa (extinto Acampamento Antônio Conselheiro), onde foi despejada. Chegou na ocupação do ARC incapacitada de andar e com depressão profunda.
5 (L. R.)	36	M	ARC	6 anos	Origem rural: cresceu em assentamento em Bituruna, mudou para outro estado onde se formou, voltou para o AVC, onde participou da ocupação e depois de 1 ano, mudou para o ARC.
6 (R. M.)	29	F	ARC	7 anos	Origem urbana: cresceu no bairro São João (Gen. Carneiro), participou da ocupação do AVC e após 1 ano mudou para o ARC.
7 (M. C. R.)	61	M	ARC	16 anos	Origem rural: até a maioridade morou e trabalhou no campo, mudou para a cidade para trabalhar em madeireira onde conheceu o MST. Passou por despejos nos acampamentos Rondon (Bituruna) e Primeiro de Maio (Gen, Carneiro), após isso mudou para o ARC.
8 (M. H. S)	29	F	AVC	7 anos	Origem rural: cresceu e morou a vida toda no campo, depois de casada começaram a trabalhar como caseiros em uma fazenda em Bituruna. Conheceu o MST a partir do contato que o esposo teve com um acampado que participou da ocupação do AVC e que saiu 3 meses após, entregando o lote para a entrevistada e seu esposo.

9 (P. R.)	53	M	AVC	2 anos e meio	Origem rural: cresceu no campo onde morou até os 30 anos, posteriormente mudou para a cidade para trabalhar em empresas madeireiras durante 20 anos e mais tarde mudou para o AVC.
10 (J. R.)	48	M	AVC	4 anos	Origem rural: cresceu no campo onde morou até a idade adulta com os pais. Depois de casado passou um período morando na cidade onde trabalhou como assalariado em empresas madeireiras. Participou do extinto APM, onde passou pelo despejo. Voltou para a cidade onde trabalhou por conta em negócios próprios e após falir foi para o AVC.
11 (N. G. S.)	64	M	AVC	7 anos	Origem mista: cresceu na zona rural do município de Bituruna mas a maior parte da vida esteve em contexto urbano. Participou e foi despejado no extinto APM. Chegou a ter contato com a ocupação na rodovia que posteriormente deu origem ao AVC, mas por questões de saúde não acampou na rodovia e chegou ao AVC três meses após a ocupação.
12 (J. C. S. R.)	44	M	AVC	7 anos	Origem urbana: morava na cidade de General Carneiro, mas sempre trabalhou "no mato", com colheita de erva-mate e corte de madeira. Teve o primeiro contato com o MST através da atuação da frente de massas no bairro em que morava. Depois, participou do acampamento na beira da rodovia e posteriormente da ocupação do AVC.
13 (R. O.)	42	F	AVC	2 anos	Origem urbana: cresceu em área urbana e passou por acampamento em Quedas de Iguaçu, voltou para as áreas urbanas em Santa Catarina até a mudança para o AVC.
14 (A.)	34	M	AVC	7 meses	Origem Mista: dividiu sua vida entre o Assentamento 12 de Maio e áreas urbanas de diferentes municípios até a mudança para o AVC.
15 (E. X.)	27	M	AVC	3 meses	Origem rural: Nasceu e cresceu dentro de um assentamento no município de Bituruna, posteriormente se mudou para a cidade onde se formou como técnico florestal, retornou ao assentamento na propriedade do seu pai e recentemente conseguiu um lote no AVC.

Organização: Baskoski (2025).

Conforme abordado anteriormente, a metodologia empregada nessa etapa da pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas (Apêndices A e B), realizadas e gravadas com o uso de gravador de voz do celular, com a devida autorização dos

sujeitos. O resultado desse processo foram mais de 5 horas e 30 minutos de material que posteriormente foi transcrito por uma ferramenta de inteligência artificial e revisadas através da conferência de fidedignidade¹⁹. As entrevistas semiestruturadas possuem um caráter exploratório, permitindo que os entrevistados tanto desenvolvam livremente suas percepções, quanto se restrinjam objetivamente àquilo que foi perguntado. Uma amostra dessa variedade é que diferença entre a maior e a menor entrevista foi de 67 minutos, enquanto a menor entrevista durou apenas 10 minutos, a entrevista mais longa teve 1 hora e 17 minutos de duração. Entretanto, ao se estabelecer uma média aritmética simples, a duração para cada entrevista foi de 22 minutos.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nas residências ou nos quintais dos participantes, conforme suas preferências. Contudo, em duas exceções (entrevistas 14 e 15), as entrevistas precisaram ser feitas *online* através do *WhatsApp*, conforme a disponibilidade dos entrevistados e condições atmosféricas que impossibilitaram as visitas para sua realização. Destacamos ainda que o entrevistado 14 não respondeu as três questões finais da entrevista até o fechamento desse texto.

A seleção dos entrevistados se deu principalmente com base na diversificação dos sujeitos e a disponibilidade de cada um. Durante o trabalho de campo e as conversas cotidianas foram sendo elencados os históricos, tempo de acampamento e a disponibilidade para a entrevista, posteriormente foram selecionados 15 camponeses a partir desse levantamento prévio. Entre eles, sete do Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC) e oito do Acampamento Vitória do Contestado (AVC). Embora não tenha sido possível levantar a população absoluta de cada acampamento, destacamos que o ARC é composto por 45 famílias e o AVC por 49 famílias.

Em relação ao perfil dos participantes, foram realizadas sete entrevistas com pessoas do sexo feminino e oito do sexo masculino, buscando-se manter um equilíbrio de gênero na composição da amostra. No que se refere a faixa etária, também houve preocupação em assegurar diversidade, sendo: seis entrevistados tinham entre 20 e 39 anos, 5 entre 40 e 59 anos e quatro possuíam mais de 60 anos.

Embora reconheçamos que o histórico dos entrevistados não se resume a uma palavra (rural, urbana, etc.), utilizamos essas categorias para mais uma vez assegurar

¹⁹ Processo onde o texto é lido enquanto se ouve a gravação para assegurar que não houveram equívocos no processo de transcrição das entrevistas.

a diversidade da amostra. Há de se considerar que os acampamentos do MST possuem origens distintas, conforme abordamos no Capítulo 1, logo, os camponeses que neles estão também carregam características diversas. Ademais, a simplificação sobre a origem de cada camponês acaba mascarando as complexidades da vida de cada um (onde nasceu, onde passou a infância, adolescência, o local de trabalho, etc.). Por esse motivo escrevemos um breve resumo que procura considerar mais as especificidades da vida e da história de cada entrevistado.

Ainda ao se estabelecer o perfil dos entrevistados, podemos observar a recorrência dos camponeses que passaram por processos migratórios. Entre os entrevistados, 11 já participaram de outros acampamentos ou assentamentos do MST, sendo apenas quatro em sua primeira ocupação. Essa característica migratória e itinerante dos camponeses já era discutida por Martins (1981), quando apontado os deslocamentos forçados pela expulsão, pela expansão da fronteira agrícola e as próprias formas de reprodução do trabalho rural. Desse modo, o autor ressalta que a migração e itinerância são condições estruturais do campesinato brasileiro.

Nesse sentido, a migração camponesa vincula-se diretamente ao impedimento do acesso à terra, sendo, portanto, um campesinato

itinerante, desenraizado, às margens do sistema, um campesinato querendo *entrar na terra*, basicamente um campesinato de expropriados e excluídos que, impedidos legalmente de ter acesso a terra, lutam abrindo brechas, sendo assentados, pondo fim nesta longa caminhada (Almeida, 2006, p. 310).

Destacamos que entre os entrevistados, sete já passaram por situações de despejo e reintegração de posse. Tais processos evidenciam ainda mais a condição de fragilidade dos acampamentos diante de decisões jurídicas que, em poucas horas, com o apoio da polícia e, em alguns casos, de capangas dos fazendeiros, resultam na desterritorialização dos camponeses.

Conforme já mencionado, o ARC foi formado por indicação do INCRA, após um despejo violento ocorrido no extinto Acampamento Antônio Conselheiro. Já no AVC, e em alguns casos do ARC, quatro camponeses foram despejados do extinto Acampamento Primeiro de Maio. Os trechos a seguir ilustram esses processos:

Eu estava num acampamento lá na Lapa, na Fazenda Cerrito. Aí lá nós fomos despejados, né? E daí ficamos no centro do Contestado, Assentamento Contestado. [...] Muitos foram embora e os policiais perguntavam para os que estavam lá que queriam que a gente fosse pra casa. [E como foi esse despejo?] Fazia três anos que nós estava lá já, né? E nós tinha, estava fazendo casa já, então nós estava tudo encaminhado... Ficamos dois anos nos barracos, assim pertinho um do outro, por perto de uma casa, que nós dizia sede, né? [...] Aí foi feita uma conversa lá para a gente esparramar já, né? O pessoal, porque o INCRA tinha pagado acho que metade da área pro

véinho que morava em Porto Amazonas, o cara que era dono da fazenda lá. Aí, mas lá a gente tinha, sabe, horta eu tinha uma grande horta, eu acho que uns três rolo de tela, que nós tinha feito. Tinha chiqueiro de porco bem arrumadinho, né? Tinha umas cabrita [...] Aí teve um dia que teve um encontro lá em Cascavel, que daí parece que eles ficam observando, né? Quando vai ficar pouca gente, né? [...] Daqui a pouco chegou sete hora da manhã cara, daí o [filho] ia tirar leite das vacas lá, era meio longinho... E eu, sete hora da manhã, ele ia tirar o leite e eu já ia pra roça que era perto, então ia. E esse dia, quando nós tava indo, ele já tinha ido tirar o leite. Ele ia a cavalo e eu tava indo pra roça e encontrei o primeiro carro de polícia. Já pararam. E daí eles falaram que estava com uma ordem de despejo. [...] Mas bem assim, sabe, meu Deus do céu! Daí o pai dos piá tinha morrido em setembro, final de setembro. E essa roça que nós tinha feito era com duas crianças. Então eu já tava meio depressiva porque eu olhava neles, me dava um dó de ver os piá naquele jeito. E daí quando dá o despejo, cara, o mantimento que eu já tinha feito no paiol, nós enchemos de tudo ali, da colheita passada, né? E daí nós estava já na roça, produzindo já [...] Daí dá o despejo, cara e nós tinha oito cabeça de gado, né? Tinha os cavalos e a invernoada era muito grande. Então ele [filho] pegou e sumiu. Ele só chegou de lá e jogou aquele leite ali, né? [...] e ele saiu de cavalo naquele mesmo cavalo em que ele tava e foi catar as vacas, né? Pra fechar na mangueira que tinha, né? E daí todo mundo vendo e ele era bom laçador [...] Aí então, quem carregou a minha mudança foi o próprio policial. E daí eu como é que eu ia ficar carregando, né? Jogando no caminhão [...] só chegou a polícia disse que o despejo até tal hora lá, e tinha que sair, né? Era assim. E eles falaram que outro dia dava pra nós buscar a casa e os mantimentos que estava no paiol, mas era só saliva deles, né? [...] Daí foi vindo para cá, né? Então eu, do tempo que cheguei aqui era na mão dos outros, sabe? Não andava. Eu peguei uma depressão muito profunda, né? E daí parei de andar (Entrevista Nº 4, 2025, ARC).

A entrevistada relata que nesse processo parte da sua criação animal foi perdida, juntamente com a produção que estava estocada no paiol e todo o material que tinha sido utilizado na construção da casa.

Do Primeiro de Maio eu só saí por causa do despejo, senão eu queria tá até agora lá, já tinha feito piquete e tudo, casa... Fazia quatro anos que eu estava lá também... Casa eu fiz tudo que nem essa assim [apontando para a casa que está construindo], *baguá* de casa, pátio em roda, já tinha me arrumado bem. [E como foi esse despejo lá no Primeiro de Maio?] Teve polícia, na verdade, já deram a ordem né? deram a ordem pro pessoal desocupar a área e coisarada, na verdade teve uns que esperaram vim o policiamento, eu sai com a ordem [...] dali pouquinhos dia os que ficaram lá daí a polícia já veio e já foi tirando meio a força (Entrevista Nº 10, 2025, AVC).

O entrevistado nº 10 relata que apenas conseguiu salvar suas coisas pois saiu imediatamente após a chegada da ordem de despejo, muitos que acreditaram ser apenas ameaça policial e continuaram acampados, posteriormente com a ação policial também perderam parte de seus bens. O fato de diversos camponeses terem passado por situações de despejo e perdas materiais influencia na forma como se organizam dentro do próprio acampamento, como evidenciado na fala dos entrevistados:

A gente as vezes vai meio inseguro, porque nós queria mesmo é ter uma certeza do INCRA, né? Que negociou a área, porque já umas quantas vez,

de entra negociação e depois adiar a negociação, daí a gente fica com um pé meio atrás com essas folia de adiar e adiar... de repente não se acerta a negociação e a gente faz um... gasta o que não tem né, e faz as coisa em cima e de repente complica né porque que nem gente já teve lá no primeiro de maio e já fica meio com receio né (Entrevista Nº 10, 2025, AVC).

A gente tem medo de fortalecer assim e arrumar um lugar melhor e construir uma casa de tijolo, de cimento ou de qualquer outra forma melhor pela questão do medo, da reintegração de posse. Você pode estar dormindo tranquilo com a tua família e amanhã chegar ali a polícia mesmo e falar vocês têm tantas horas para vocês sair ou vamos vir tirar vocês aí? Isso aí, querendo ou não, todo mundo tem, né? Aquele medo, aquele receio, porque a gente tá no que não é legalizado, que não é nosso ainda. Daí dá medo de você construir teu sonho ali, lutar tanto ou fazer parcelado e tirarem nós daqui. (Entrevista Nº 6, 2025, ARC).

Entretanto, paradoxalmente, o medo de construir algo novo convive com o desejo de consolidar a territorialização de maneira mais efetiva. Ainda que permaneça a constante preocupação com a possibilidade de novos despejos, de perdas materiais e, sobretudo, da terra, os camponeses, em diferentes níveis, buscam se estabelecer construindo suas casas. Esse anseio pode ser observado em residências que já apresentam uma estrutura mais sólida e cujos moradores relatam que, mesmo sob o temor constante de remoção, a construção das mesmas se faz necessária para a conquista do assentamento.

Esse processo não se limita à edificação de uma moradia que atenda apenas às necessidades básicas do ser humano, mas expressa também o permanente desejo de conquista efetiva da terra, alcançada com o assentamento. Em nossa interpretação, a construção e melhoria das casas e de outras estruturas necessárias para a reprodução da vida camponesa é também a construção de referenciais materiais, e ao mesmo tempo, simbólicos que marcam a luta pela terra e objetivam a plena territorialização.

Após a breve apresentação dos sujeitos dessa pesquisa, cabe destacar que foram realizados dois roteiros distintos de entrevistas. O primeiro possuía caráter mais objetivo, voltado ao levantamento de aspectos gerais acerca dos acampamentos, cujos resultados foram utilizados principalmente no Capítulo 1. Esse roteiro foi aplicado apenas a dois entrevistados — o Entrevistado 5, do ARC, e o Entrevistado 11, do AVC.

Já o segundo roteiro apresentou natureza mais exploratória, buscando criar condições para que os participantes pudessem expor suas percepções, experiências e reflexões acerca das territorialidades, identidades, relações de poder e organização do/no acampamento, temas que serão discutidos posteriormente.

Desse modo, para fins analíticos, a partir deste ponto, consideramos o conjunto de 13 entrevistas realizadas, sendo seis no ARC e sete no AVC. Assim, as entrevistas numeradas de 1 a 7 (com exceção da entrevista 5) foram conduzidas junto a camponeses do ARC, enquanto as entrevistas de número 8 a 15 (com exceção da entrevista 11) foram realizadas com camponeses do ARC. Essa organização metodológica possibilitou uma distribuição equilibrada dos depoimentos e maior consistência na comparação entre os dois contextos investigados.

3.2 ACAMPAMENTO, PRODUÇÃO E SIGNIFICADOS

Neste bloco, buscamos compreender junto aos camponeses como ocorreram seus processos de chegada e adaptação ao acampamento, quais são suas principais formas de produção e geração de renda, dentro e fora dele, bem como os significados que atribuem ao acampamento em suas vidas.

Quando questionados sobre a chegada ao acampamento atual, observamos que, embora muitos camponeses tenham passado por processos de ocupação em acampamentos anteriores, nesta etapa buscou-se compreender especificamente a chegada de cada um ao acampamento em que se encontram hoje (ARC para os entrevistados de 1 a 7 e AVC para os de 8 a 15), ainda que não tenham participado diretamente da ocupação. Das 13 entrevistas realizadas, nove ressaltaram aspectos predominantemente positivos desse processo, enquanto quatro destacaram as dificuldades enfrentadas.

Entre os quatro que destacaram os obstáculos, foram apontadas as dificuldades principalmente no processo de ocupação, as condições materiais (falta de móveis, roupas e mantimentos), a falta infraestrutura básica nos acampamentos (estradas e transporte escolar), questões particulares de saúde (como o caso da entrevistada nº 4 que após ter passado por processo violento de despejo e perdas familiares chegou ao acampamento em um estado severo de depressão) e a falta de áreas preparadas para a produção. Em especial no AVC, por se tratar de uma área que pertencia a uma madeireira, as condições do solo e áreas de cultivo se mostraram como grandes empecilhos para a permanência dos camponeses conforme ilustra os relatos:

Essa foi complicada, sabe? Porque daí nós queríamos sair, mas a polícia estava rondando e não deixavam a gente sair, né? Daí, na verdade, nós saímos meio *fugidão* [...] A gente entrou em... Acho que ali na época que nós

entramos aqui... Entramos 110 famílias. Hoje são 50 [E o que o senhor acha que causou essa redução?] É que daí o pessoal não aguenta, né? Aqui, vamos dizer assim, só tem a taquara. Naquela época tinha a taquara, nó e a erva, né? Daí foi tirada a erva. Daí a taquara tem época que sai bem, né? E tem uma época aí que termina, né? Daí, quem tinha família, vamos dizer, 4, 5 filhos, você não consegue sustentar. Daí tinha aula e *coisarada*, né? A lotação não entrava nem os carros. Aí você tinha que pegar as crianças daqui e levar lá na guarita, lá, né? Porque não tinha lotação. Daí o cara não aguentava, né? Daí o ganho dessas pessoas, tipo, aquele tempo era... acho que 200 pilas, 300 pilas, que era de auxílio, né? Daí como é que você vai se manter, né? (Entrevista Nº 12, 2025, AVC).

O começo foi difícil. Nós já viemos de lá [acampamento anterior], quando nós estávamos lá, nós já estava dentro de uma casinha, né? [...] Só que daí até chegar aqui, se organizar, fiquemos mais que uns 15 dias na escola²⁰, né? Numa sala na escola. Daí eu fiz um barraco... até o professor, o Wesley, me emprestou até uns compensado para mim arrodar o barraco mas a cobertura era de lona. Daí eu fiz o barraco e daí de lá enquanto isso, nesse período, eu trouxe a casa lá, montei a casa. E a questão do trabalho... A gente não conhecia ninguém, não tinha nada, não sabia de nada aqui. Eu continuava trabalhando para Bituruna. Então eu ia 15 dia, eu e um outro rapaz. Ia trabalhar por dia. (Entrevista Nº 7, 2025, ARC).

Os comentários positivos, por sua vez, destacaram sobretudo a boa recepção dos outros acampados e o fato de já estarem acostumados a vivência no campo. Contudo, mesmo entre aqueles que apontaram que a chegada ao acampamento foi positiva, foram pontuadas algumas dificuldades de adaptação como o acesso à energia elétrica, conforme relata a entrevistada nº 2: “Graças a Deus foi bem tranquila, ainda *tamo* se acostumando que a luz não é das melhor né, e tomar banho de bacia também... Mas é melhor que tá na cidade sofrendo né, aqui se alguém precisa de alguma coisa os outros vem e te ajuda.” (Entrevista Nº 2, 2025, ARC).

A partir dessa questão inicial, foi possível identificar um padrão: os entrevistados que relataram as dificuldades em sua chegada ao acampamento foram aqueles que participaram diretamente do processo de ocupação ou chegaram imediatamente após ele, enfrentando as tensões próprias desse momento, marcadas pela conflitualidade, pela precariedade da infraestrutura e por formas ainda incipientes de organização. Por sua vez, aqueles que destacaram os aspectos positivos foram os camponeses que chegaram depois, quando o acampamento já apresentava maior consolidação territorial, com estradas abertas, lotes distribuídos, áreas de plantio demarcadas e a presença de serviços básicos, como o transporte escolar. As conclusões iniciais que estabelecemos é que as condições materiais do acampamento

²⁰ Escola itinerante Paulo Freire: escolas itinerantes foram criadas no MST para garantir o acesso à educação de crianças, adolescentes jovens e adultos em situação de itinerância, ou seja, durante o período de acampamento (MST, s.d.).

influenciam diretamente nas percepções e experiências dos camponeses e a diferenciação entre os desafios da ocupação e a chegada a um espaço já minimamente estruturado. A entrevistada nº 8 destaca essa diferença:

Foi bem complicado [...] Nós *entremo* nem estrada não tinha. Minha mudança ficou ali porque minha mudança cabia em cima do carro, duas viagem de carro e nós trouxemo a mudança, porque na verdade era lona, o fogão com a pia e tá feito a mudança [...] Meu Deus, quando nós chegamos aí... hoje, se a pessoa entra no acampamento, tem a previsão de chegada trabalhar, né? Antigamente a gente não podia, né? Você tinha que chegar e você tinha que aguentar um mês sem trabalhar. Porque era um barraquinho perto do outro... Quando nós *cheguemo*, *fiqumo* 2 anos no barraco pra depois vim no terreno (Entrevista Nº 8, 2025, AVC).

A evasão de famílias durante o período de acampamento não é uma exclusividade das áreas estudadas. De acordo com Rocha e Ichikawa (2013), a vulnerabilidade social e a precariedade nos acampamentos, a heterogeneidade dos trabalhadores, a distribuição dos lotes por sorteio, a coletivização do trabalho e a ausência de um trabalho de base efetivo, entre outros fatores, repercutem diretamente na evasão dos acampamentos do MST no estado do Paraná.

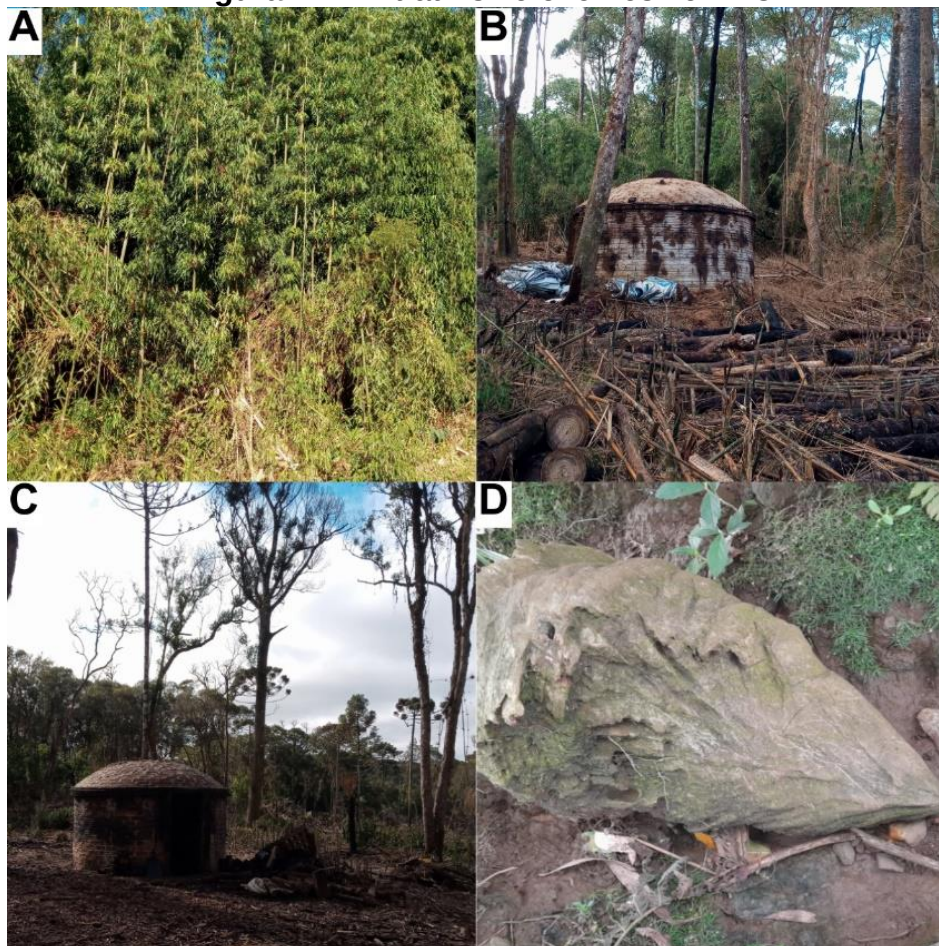
Ademais, Rocha e Ichikawa (2013), identificam diversos motivos que causam a evasão nos assentamentos de reforma agrária, entre eles estão: a demora na liberação de créditos, o desejo pela obtenção do título definitivo da terra, a frustração com a realidade do acampamento, o desejo de retorno para áreas urbanas, a distância da cidade associada à baixa infraestrutura, conflitos internos, entre outros. Embora o INCRA considere ilegal a venda ou troca dos lotes de reforma agrária, os autores ressaltam que tais práticas acabam ocorrendo em decorrência das condições socioeconômicas e organizacionais enfrentadas pelas famílias tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos paranaenses.

Após a ocupação, a consolidação dos acampamentos requer a necessidade e a possibilidade da manutenção dos camponeses no território. Portanto, os camponeses foram questionados sobre as suas formas de obtenção de renda e produção dentro dos acampamentos.

Entre os 13 entrevistados, dois destacaram que sua renda principal provém de benefícios ou programas de assistência social. Cinco entrevistados têm como renda principal as atividades extrativistas de coleta e venda da erva-mate, do nó de pinheiro, da taquara e da queima e venda do carvão vegetal (Figura 12); seis entrevistados destacaram a necessidade da realização do trabalho acessório para complementar a

renda familiar. Contudo, destacamos que entre os entrevistados, 12 destacaram estar realizando alguma forma de produção ou criação de animais para autoconsumo.

Figura 12 - Extrativismo e fornos no AVC



Fonte: Baskoski (2025). A: taquaras, B e C: fornos para a queima do carvão e D: nó de pinheiro.

O trabalho acessório “é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa” (Oliveira, 2007, p. 41). Desse modo, os camponeses, especialmente no ARC, destacam a necessidade de complementar a renda familiar através de trabalhos externos. Nessa modalidade, os camponeses não possuem carteira assinada e trabalham temporariamente em atividades como a colheita do fumo, trabalhos com eucalipto e pinus e colheita e beneficiamento (lavagem e embalagem) de cenoura e batata.

Eu digo a gente quase trabalha mais fora do que aqui dentro. [Lá fora o senhor trabalha em que?] Eucalipto, planta de fumo ou outras lavouras. Plantar, ajuda a colher também. Tudo na diária, é que nem corte de lenha e esses trabalho de empreitada... E daí o restante aqui dentro da nossa propriedade, como se diz. [Aqui dentro o que vocês produzem? Vocês

comercializam algo?] A sobra é vendido quase tudo que é coisa sobra. Já que aqui é produzido mandioca produzido... Eu digo a parte de hortaliças, no modo geral, é o repolho, o tomate, a alface ou o que existir. Batata doce, né? Batatinha, até batatinha plantei o ano passado, né? Milho, feijão.. é mais o básico que nem se diz assim.... Só é trazido lá da cidade o que nós não produz. Aqui, que nem o feijão, a gente tem. Tem sempre sem gasto, graças a Deus colhe né, banha, carne, essas coisas... Quase tudo cria porco também. O leite a gente tem, as vaquinhas de leite tem duas, né? Frango... Como produzimos também ovo, tudo num modo geral, sempre tem para despesas da casa e para vender fora (Entrevista Nº 7, 2025, ARC).

No AVC, entre os entrevistados, apenas dois relataram exercer atividades de trabalho acessório. A maioria consegue se manter no acampamento através das atividades extrativistas, como a coleta e venda do nó de pinheiro, de taquaras e da erva-mate. O nó de pinheiro, parte mais resistente da araucária, permanece no solo mesmo após a decomposição dos troncos. No AVC, onde antes haviam madeiras, a presença desses nós é resultado dos restos deixados pela exploração da madeira. Os acampados relatam que encontram grande quantidade de nós ao limpar áreas, construir barracos ou preparar hortas e roçados, muitas vezes enterrados e revelados durante o cultivo (Fonseca, 2019). Já no caso das taquaras, conforme apontado pela entrevistada nº 8, elas são cortadas, organizadas em fardos de 25 unidades e vendidas para alguns compradores fixos que as utilizam em plantações de tomate. A taquara é abundante na região do AVC e se recupera rapidamente pois possui um ciclo de crescimento acelerado.

Já a erva-mate, nativa da região, possui um papel que ultrapassa a dimensão econômica. No ARC, esse produto expressa também a cultura e as raízes faxinalenses das famílias que vivem ali (Entrevista Nº 5, 2025, ARC). Sua coleta ocorre de forma coletiva, configurando uma organização de trabalho tipicamente camponesa, na qual a erva é colhida, embalada, comercializada e os valores obtidos pela sua venda são distribuídos entre os participantes. Em algumas ocasiões, parte da produção é ainda beneficiada dentro do acampamento, no Carijo Flor do Sul.

Silva e Rosas (2022), apontam que a erva-mate já era explorada e consumida por indígenas na região Sul antes mesmo da chegada dos colonizadores. Sua territorialização na região se faz de modo multidimensional, movimentando as dimensões econômica, histórica, política, cultural e socioambiental. Nos territórios ervateiros são valorizados os saberes tradicionais, transmitidos de geração em geração e valorizada a preservação ambiental, sobretudo da mata de araucária, que fornece sombreamento, proteção e nutrientes para a erva.

Além das atividades extrativistas, a produção de carvão é uma realidade presente no AVC. Durante o trabalho de campo, foram observados diversos fornos para a queima de carvão, nesses fornos a madeira é armazenada e queimada por aproximadamente uma semana, posteriormente a queima é cessada, o forno resfriado e o carvão é embalado e vendido. Durante as entrevistas, foi possível perceber um certo cuidado entre os entrevistados que revelaram ter o carvão como principal fonte de renda familiar.

O cuidado na exposição desse tema revela “feridas” entre os acampados, que vivenciaram situações delicadas a partir da ação policial deflagrada em janeiro de 2023. De acordo com o Governo do Estado do Paraná (2023), a megaoperação resultou em multas superiores a R\$ 35 mil, duas prisões em flagrante e apreensões de armamentos e motosserras.

Entretanto, a narrativa dos acampados revela outra perspectiva dessa operação, marcada por apreensões consideradas indevidas de motosserras, forte repressão policial, postura violenta e atos de destruição de bens pessoais, como móveis e objetos, além do recolhimento de símbolos do movimento, entre eles bandeiras. Também há contestação quanto aos números apresentados na reportagem mencionada, bem como em relação à origem da madeira utilizada na queima para a produção de carvão.

Ademais, Fonseca (2019), ainda aponta que a produção de carvão ocorre a partir da madeira presente nos lotes, especialmente da bracatinga, sem envolver espécies protegidas como araucária e imbuia. Muitas famílias, no entanto, deixaram de obter renda dessa atividade devido ao esgotamento das áreas passíveis de corte e à fiscalização do IBAMA, que exige plano de manejo para a exploração. Como parte das terras destinadas à agricultura ou pecuária não foi utilizada, houve regeneração natural da mata, o que passou a demandar autorizações formais para o uso da madeira. Contudo, a aprovação desses planos envolve altos custos e grande demora.

No AVC, os camponeses demonstram grande insatisfação quanto à qualidade do solo e às condições para o desenvolvimento da agricultura. Tal situação é frequentemente associada ao histórico da área, anteriormente utilizada como latifúndio destinado ao monocultivo de pinus. Essa limitação ainda é acentuada pelas dificuldades de integração ao comércio e pela ausência de infraestrutura adequada à produção, formando assim um ciclo perverso: a escassez de áreas abertas para o cultivo e a baixa fertilidade do solo resultam em produtividade reduzida, que, somadas

às más condições das estradas, elevam os custos de transporte, tornando inviável a comercialização, uma vez que a produção perde valor diante do frete elevado. Diante disso, os camponeses consideram desvantajoso mobilizar um caminhão para escoar uma produção pequena, o que, por sua vez, desestimula investimentos em insumos agrícolas e reforça a baixa inserção nos circuitos comerciais.

Aqui, como diz o ditado a renda é pouca coisa. As vezes lutamo com erva, lutamo com carvão também, fizemo um forninho de carvão e tamo queimando carvão. E que nem agora essas épocas lutamo com taquara, tem os que compram taquara pra leva pro plantio de tomate. [E na produção?] Produção é pra consumo, porque as terra aqui se nós não tiver um calcário, um adubo ela não produz que preste, ela produz mas é pouca coisa, mas como diz o ditado, se nós tiver um jeito que tenha como a gente trazer um calcário, um adubo, já produz bem mais. Veja essas abóboras aí, já colhimo aqui. A planta que a gente mais produz e na verdade tá produzindo é a mandioca, porque a mandioca na verdade não depende de adubo e calcário, só tem que saber onde planta (Entrevista Nº 10, 2025, AVC).

[Hoje o senhor tira alguma renda aqui de dentro?] Tiro uma taquara. [Produz alguma coisa?] Pouquinha. Milho, um pouco de milho, mandioca. Variado assim. É pouca coisa, mais para consumo. Porco, galinha... Porque você não tem como criar para vender ainda, né? Então nós temos só para consumo, na verdade [...] nós não temos área aberta, né? Se nós tivesse, vamos dizer assim, um trator bom, que a prefeitura ajudasse a arrumar, daí você já podia plantar para você até vender, né? Mas como é que você vai fazer um troço aí no meio da pauleira, você não consegue, né? Não adianta você plantar no meio do toco porque não vai dar nada nessa terra, né? (Entrevista Nº 12, 2025, AVC).

A produção e venda do carvão, a coleta de taquaras e o trabalho acessório podem ser compreendidas como estratégias para a manutenção dos camponeses no acampamento, visto que se não fossem essas atividades, muitos outros já teriam deixado o mesmo. Nesse sentido, Roos (2015, p. 287), aponta o que o trabalho acessório pode ser entendido enquanto uma lógica da reprodução familiar camponesa pois, "o assalariamento se constitui enquanto mais uma entre um conjunto de estratégias tecidas para garantia de sua existência ". Destacamos ainda que todas as atividades mencionadas são realizadas através da mão de obra familiar, aumentando ainda mais a exploração pela expropriação ampliada.

Para Fonseca (2019), contraditoriamente, o processo de luta pela terra contribui com a acumulação capitalista, visto que a proximidade geográfica apresenta certa facilidade para o capital conseguir mão de obra temporária e de baixo custo. Nesse contexto, destacamos que os acampamentos em questão se localizam próximos aos empreendimentos da agricultura capitalista, no ARC a agricultura comercial de hortaliças e fumo e no AVC a silvicultura do pinus.

Desse modo, concordamos que “o desenvolvimento do capital não se faz em sentido único, antes sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, (re)cria formas não capitalistas” (Paulino; Almeida, 2010, p. 28).

As dificuldades enfrentadas pelos camponeses para permanecer no território podem ser ilustradas pela reportagem de Tavares (2021), publicada no portal Brasil de Fato, que aborda a situação do AVC. No local, as famílias vivem sem acesso à energia elétrica e enfrentam entraves burocráticos que as impedem de obter o Cadastro de Produtor Rural, instrumento essencial para o reconhecimento da atividade agropecuária, o acesso a benefícios previdenciários e a comercialização formal da produção. Soma-se a isso a suspensão da distribuição de cestas básicas pelo INCRA, agravando a insegurança alimentar e a precarização das condições de vida. Esses elementos evidenciam como a falta de regularização fundiária e de políticas públicas efetivas contribui para a vulnerabilidade social das famílias acampadas e para a persistência da desigualdade no campo.

Entretanto, em meio a todas as dificuldades, unanimemente, todos os entrevistados manifestaram interesse em continuar produzindo, ou voltar a produzir alimentos saudáveis, conforme ilustram os relatos a seguir:

[tem interesse em produzir pra venda?] Ah sim, na verdade já até foi feita umas reunião com o pessoal daqui mesmo né pra gente fazer tipo as horta, mas ainda não funcionou. Então o meu interesse era de lutar com horta, salada. Se veja a gente pode lida com salada aqui com adubo, não o adubo comprado lá, cheio de veneno e coisarada, mas adubo mais natural né, já é até mais *vendável* lá na cidade (Entrevista Nº 10, 2025, AVC).

Não tem como produzir muitas coisas que você comerciar. Sabe que as terras são fracas, que nem você está vendo, as terras são fracas. E daí, Como você vai desmatar um matão desse que não tem como desmatar? Aqui não tem como. Você tem que ir plantando onde que já está aberto. Quando já está aberto, você vai plantando os pouco devagarzinho para o consumo. A não ser que nem esses outros porque estão queimando um carvãozinho alguma coisa para lá e para cá, para se manter, que é o que eles estão se mantendo. Agora eu não queimo, não ponho forno, não pretendo colocar forno, sabe? Eu minha intenção é de mexer com plantio. Mexer com plantio, plantar saladas e plantar outras coisas para consumir, né? Criar um porco galinha para consumo também. Mais tarde, no que que a gente veja que firmam o assentamento aí daí a gente pode criar alguma coisa para comercializar (Entrevista Nº 9, 2025, AVC).

Outra unanimidade apareceu quando os 13 entrevistados responderam positivamente ao questionamento: “como é para você hoje fazer parte de um acampamento do MST?”

Para mim é bem gratificante, porque a gente aprende muito, aprende todo dia. E a questão da gente lutar pelo pedaço de terra para a gente criar os filhos da gente, eu acho que hoje eu vejo que faz bem sentido assim, porque

na cidade eu sou de periferia, né? Nascida e criada nos bairros mais pobres, então a gente vê muita coisa errada, e no mato você vai ver a natureza. Tem uma cobra, uma aranha, né? E na cidade tudo que influi que não presta tá ali na porta de casa. Então hoje eu vejo bem uma como que diz, uma experiência muito boa e que vale a pena a gente lutar e conquistar o pedaço de chão para a gente, para poder produzir um alimento saudável, sem veneno, para ter um futuro melhor para os filhos da gente também. (Entrevista Nº 6, 2025, ARC).

As falas evidenciam a continuidade do vínculo histórico com o campo. Os camponeses destacam a proximidade e a vivência com/no meio rural, a preferência pelo campo como refúgio diante da violência urbana e a luta pela conquista da terra como legado para os filhos. Nesse último, quatro entrevistados espontaneamente citaram a importância do MST na conquista da terra através da reforma agrária, diante dos altos preços que atualmente impossibilitam que muitos camponeses tenham o acesso à terra.

3.3 IDENTIDADE EM QUESTÃO

Conforme mencionado anteriormente, compreendemos a identidade como a fonte de significados e experiências que orientam um grupo social (Castells, 1999). Nas entrevistas, contudo, observou-se que as identidades expressas pelos sujeitos são bastante heterogêneas. Embora haja consenso quanto à importância da identidade para a permanência no acampamento, as raízes e os sentidos atribuídos a ela revelam uma diversidade de interpretações.

Todos os entrevistados afirmaram reconhecer alguma forma de identificação.²¹ No entanto, ao aprofundar o questionamento sobre com o que exatamente se dá essa identidade, as respostas foram distintas. Entre elas, três destacaram a “terra” como principal elemento, minimizando o papel do movimento nessa construção identitária. Nessas falas, aparecem como marcadores identitários o passado e a trajetória camponesa anterior à participação no MST, conforme ilustram os trechos das entrevistas a seguir:

Sim, me identifico com a realidade do acampamento, e acredito que isso esteja relacionado a minha **infância** né? E também pela questão de ter a liberdade de trabalhar com o que você quiser, ter essa autonomia, sabe? [...] Creio que essa ligação está mais relacionado a **área** e com a **vivência** em si do que com o MST. Embora em alguns aspectos eu concorde com eles em outros eu discordo (Entrevista Nº 15, 2025, AVC).

²¹ Nesse bloco apenas 12 entrevistados responderam. Dos 13 a quem foram realizadas as entrevistas, um não respondeu e outras duas entrevistas foram desconexas com o sentido da pergunta e, portanto, foram desconsideradas nesse item.

Sim. Eu acho que é mais com a **terra**... A gente passou pela cidade trabalhando, negociando coisa e tal para lá e para cá, mas não que a gente vá ter aquele objetivo de ficar, ficar na cidade. A gente teve um momento de tempo ali por causa que chegou aquela, vamos supor, chegou aquela oportunidade de a gente passar por ali, né? Trabalhou um pouco ali, negociou com o pessoal e estamos no campo de novo, né? A gente nunca perdeu aquela vontade de continuar na terra. (Entrevista Nº 9, 2025, AVC).

Sim. É o **histórico**, assim, que a gente, na verdade, é nascido e criado no mato... Já se adapta. Você vê, faz uns 40 anos que nós temos a casa lá no bairro. Morar, nunca *moremo*. Só *paramo*, nunca se *adaptemo* lá (Entrevista Nº 10, 2025, AVC).

Nas duas últimas entrevistas, observa-se uma relação dialética entre a não identificação com a cidade e a consequente identificação com o campo. Nesses relatos, não se evidencia de forma significativa a influência do MST na construção identitária. Embora os sujeitos estejam acampados sob a organização do movimento, suas falas retomam fortemente a identidade vinculada à vivência camponesa. Assim, nesses casos, não se pode falar propriamente em uma identidade Sem Terra, mas sim em uma identidade camponesa individual, ancorada nas trajetórias e experiências pessoais de cada entrevistado.

Vergés (2011), já indicava a dificuldade da compreensão do conceito de camponês, ressaltando a complexidade de capturar sua verdadeira identidade, frequentemente invisibilizada pelo observador, mas também por sua própria condição esquiva.

O fazendeiro possui a terra, o burguês tem o capital e o proletário vende força de trabalho. E o camponês? O que possui? O que produz? O que vende? O dinheiro que recebe é uma renda, um lucro ou um salário? O camponês pode ter terra e até um módico capital, vende ou come o que planta e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo quem vende sua força de trabalho por um salário. O camponês é um pouco fazendeiro, um pouco burguês e um pouco proletário. É um fantasma multiforme definido por sua intrincada complexidade. (Vergés, 2011, p. 67).

Contudo, outros sete entrevistados, em maior ou menor escala, apontaram para participação do MST na construção dessa identidade. Entre as entrevistas, os acampados relataram: a “identificação com o MST”, a “luta pela terra” e o “ser sem-terra”. Como visto em Almeida (2006) e Caldart (2001), o movimento contribui com a construção da identidade Sem Terra. Para estes, não há uma conexão afetiva com a área em si, mas com a luta empreendida e a conquista da terra, seja ela qual for.

Sim, me identifico. Acho que é mais pela luta da terra né, que nem eu falo, pra mim a gente poderia ir em outro acampamento em qualquer lugar que aceitasse nós (Entrevista Nº 2, 2025, ARC).

Eu sim. Teria a mesma ligação aqui ou em qualquer outro lugar! [Então a senhora entende que talvez essa identidade seja mais voltada ao ideal do

movimento do que propriamente a esse local aqui?] Uhum, isso! (Entrevista Nº 3, 2025, ARC).

Castells (1999) sugere que o conteúdo simbólico da identidade e sua representação para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem, são em grande parte determinados por quem e para que essa identidade é construída. Mais adiante, o autor ao reconhecer que a construção social de uma identidade só acontece em um contexto onde há relações de poder, distingue três formas e origens da construção de uma identidade: “Identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto”. Para nosso estudo, destacamos a identidade de resistência, sendo esta

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...] (Castells, 1999, p. 24).

A identidade de resistência leva a formação de comunas ou comunidades que se organizam a partir de uma resistência coletiva para resistir a uma intensa opressão, “em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência.” (Castells, 1999, p. 25).

Castells (1999), ainda conclui que as comunas nacionais, religiosas, culturais ou territoriais aparentam ser a principal alternativa para a construção de significados para aqueles atores sociais que tenham sido excluídos, ou resistido a individualização da identidade das redes globais de riqueza e poder. Essas comunas culturais possuem três traços principais: resistência a tendências sociais predominantes; sendo identidades defensivas, servem de refúgio, proteção e fonte de solidariedade contra um mundo externo hostil; são construídas culturalmente, ou seja, organizadas em torno de valores cujo uso e significado são marcados por traços específicos de auto identificação (aspectos religiosos, ícones de nacionalismo, geografia do local).

Afirmamos, portanto, que os acampamentos do MST se configuram enquanto comunidades de resistência que em sua constituição contribuem com a construção de uma identidade sustentada nos ideais de luta pela terra que constituem a base ideológica do MST. Destacamos os fragmentos das entrevistas a baixo acerca da identidade “você se identifica? Com o que?”

Eu acredito que sim, porque é como nós... que nem eu falei. A gente era da cidade e entrou no MST. E você gosta de participar... Gosto de, né, fazer o curso político e tudo e tá aprendendo. Eu acredito que **a gente se identifica**

por ser Sem Terra e mais também pela busca da terra, pelo contato que você quer com a tua vida. Eu acredito que sim. (Entrevista Nº 6, 2025, ARC).

Sim. [Essa identificação, você acha que é com a área em si que estão em cima ou é mais com o movimento?] **Acho que com o movimento**, com as pessoas, com o movimento... Digo o MST porque um sozinho não adianta ter uma fazenda grande e um sozinho não consegue ocupar, não consegue fazer nada, precisa do coletivo. (Entrevista Nº 13, 2025, AVC).

O que faz a gente se identificar é o seguinte: a primeira identificação, já digo de um Sem Terra, você pode ganhar a terra aqui hoje... Vamos supor, digamos que amanhã venha o pessoal do INCRA te entregar o terreno. **Essa identificação de Sem Terra você vai ter para o resto da vida.** O cara vem aqui, compra um boi teu, o que ele vai falar na cidade pra outro? “comprei de um Sem Terra, comprei um saco de feijão lá dos Sem Terra”. Então isso é uma identificação que você vai ficar pro resto da vida... A mesma coisa quando você fala, eles, para eles, eles falam invadir muitas coisas, muitas coisas, terreno, eles são invasores que entram lá dentro para explorar ouro ou explorar ou madeira, explorar coisas. E nós estamos atrás de um pedaço de chão, né? Um negócio para nós, trabalhar para nós, viver para nós, gerar o alimento aqui dentro, aqui dentro do cantinho que nós temos para nós se alimentar. E talvez, se sobrar, vender um pouquinho lá fora, né? Então eles, na verdade, as pessoas não, esses são o legítimo invasor. Nós, o Sem Terra, não é... o Lula mesmo falou aquele dia lá que os Sem Terra não é o invasor do terreno. Então foi por isso que essa palavra invasão, é até proibido falar dentro do Sem Terra, se trata de ocupação. (Entrevista Nº 7, 2025, ARC).

O MST contribuiu de modo significativo na construção da identidade Sem Terra, ainda que o “sem-terra” já existisse antes mesmo do movimento. Tal processo ocorre por meio de um movimento pedagógico que compõem o modo de vida de cada Sem Terra, iniciado ainda na infância com os Sem Terrinha e aprofundado ao longo da vivência coletiva no movimento. A cada curso de formação política, a cada prática de mística e a cada superação de limites, essa identidade é permanentemente reforçada e ressignificada (Caldart, 2001).

Concordamos com Caldart (2001 p. 211), ao afirmar que ser Sem Terra é mais do que lutar por terra, “Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: Sem Terra do MST!”.

Entretanto, as entrevistas revelam que a identidade Sem Terra não é a única presente entre os acampados, tampouco o movimento é o único elemento formador dessa identidade. Embora o MST tenha sido mencionado em sete entrevistas, dentro dessas, em cinco delas os sujeitos destacaram também diferentes referenciais identitários, como a área em que vivem, a coletividade, os laços familiares e a própria necessidade de sobrevivência, conforme ilustra o trecho a seguir:

Sim. A gente já tá aí porque gosta e precisa disso aqui né. [E com o que você tem essa identidade?] Com a terra. Com a terra, mas com o MST, vamos dizer também, precisa lá, né? Se você pode ajudar, você tem que ajudar, né? Assim como eles vêm ajudando nós, nós também temos a obrigação de ajudar eles. [O que “cria” em você essa identidade com a terra e com o MST?] Uma, que é para sobreviver, do ponto de vista, né? Você pode criar uma galinha, você pode criar um porco, você pode... né? Tudo quanto é coisa, você pode ter, para você comer [...] Tipo, na cidade, você não pode criar uma galinha e nada, né? Se você quer, você tem que comprar. E aqui, não. Aqui, se você criar vai ter. (Entrevista Nº 12, 2025, AVC).

Quando questionados sobre a importância da identidade para sua permanência no acampamento, os entrevistados foram unânimes em reconhecer a sua importância. A identidade, seja ela vinculada à terra, ao território, ao movimento ou ainda a todos esses referenciais e outros simultaneamente, representa grande importância para a permanência e o pertencimento dos acampados. Frente a relevância dessa questão, apresentamos, a seguir, os relatos de todos os participantes que responderam à pergunta: “Você acredita que essa relação de identidade é importante para a sua permanência aqui?”

Eu acho que sim, né? (Entrevista Nº 1, 2025, ARC).

Com certeza né, é pra isso que nós tá aqui. (Entrevista Nº 2, 2025, ARC).

Eu acredito que sim. Porque se não tivesse seria difícil. Seria difícil, porque, meu Deus, a gente está aqui, Cada um tem um sonho, né? De estar aqui, de conseguir alguma coisa ou algum objetivo na vida, né? Lutar! (Entrevista Nº 3, 2025, ARC).

É... É porque, eu acho assim que.. que nem esses que vai e vem, eu até fico olhando. Tem pessoas que, umas dez vezes, foi embora, e voltou, foi e voltou, mas sabe que a solução é aqui... É porque ela não tem essa identidade, né? Do movimento, eu acho, né? Que ela tem mais da, vamos dizer, da cidade. Sei lá. Não tem identidade. (Entrevista Nº 4, 2025, ARC).

Eu acredito que sim, tem. É o que mais importa, né? A identidade você se identifica com o lugar, que é aquilo que você tem o objetivo, que você tá na luta, você faça chuva ou sol, o teu objetivo maior ainda é conquistar um pedaço de chão, né? (Entrevista Nº 6, 2025, ARC).

Eu sei lá, deve ser né.. eu acho importante. Porque é uma honra, porque vai ser isso que eu vou ser pro resto da vida. [Se o senhor não tivesse essa identidade, acha que continuaria aqui dentro da mesma forma?] Eu acho que não. Acho que eu não continuaria. (Entrevista Nº 7, 2025, ARC).

Sim, a gente luta junto, com todos. Porque cada um tem o objetivo deles que é ganhar um pedacinho, né? A gente também, né? (Entrevista Nº 8, 2025, AVC).

Ah, é bastante, né? Bastante importante. Bastante importante, porque aqui a gente tá no sonho da gente. A gente tá no sonho. (Entrevista Nº 9, 2025, AVC).

Ah, é né. É que nem diz o ditado, quanto mais a gente...tipo, sentir firmeza, é melhor. Sempre eu falo pra turma, aqui a gente tem que pedir a Deus

que dê certo esse assentamento aqui.. por causa que, que nem eu falei, nós vamos voltar pro assentamento, mas só que, deus o livre, de um despejo mesmo pra nós sair, mas nós sair por espontânea vontade eu não tenho (Entrevista Nº 10, 2025, AVC).

Sim (Entrevista Nº12, 2025, AVC).

Eu acho que sim. [Se não houvesse essa identidade, vocês permaneceriam acampados?] Não. (Entrevista Nº 13, 2025, AVC).

Com certeza, eu acho super importante porque a pessoa que não se identifica com a realidade, com a vivência no campo ela não consegue ficar aqui, ela teria que ir pra cidade, trabalhar em uma empresa, ou algo nesse sentido. (Entrevista Nº 15, 2025, AVC).

Diante do que foi exposto, constatamos que as identidades presentes entre os acampados são heterogêneas, não sendo possível definir uma única identidade que represente toda a complexidade das relações estabelecidas com o movimento e com o território. A identidade é uma realidade complexa, atravessada por diferentes elementos que se entrelaçam. Trata-se, portanto, de um conjunto de relações multidimensionais que compõem a territorialidade camponesa Sem Terra e que se mostram fundamentais para a permanência e coesão dos acampamentos.

Em estudo anterior, observou-se que a identidade constitui um elemento essencial na construção e manutenção de um território. Nesse sentido, as identidades sociais favorecem a integração dos sujeitos à coletividade do acampamento, promovendo um sentimento de pertencimento, enquanto as identidades individuais, fortemente marcadas pela subjetividade, fortalecem a conexão afetiva com o território. Dessa maneira, a articulação entre identidade e pertencimento permite que os sujeitos expressem, nos acampamentos, suas relações de poder e de resistência (Baskoski; Rosas, 2025).

3.4 CONFLITUALIDADE, CONTROLE TERRITORIAL E RELAÇÕES DE PODER

A territorialidade, entendida como expressão das relações de poder e controle sobre um território, é amplamente defendida por diversos autores (Sack, 1986; Raffestin, 1993; Andrade, 1998; Roos; Fernandes, 2016). Embora anteriormente tenham sido destacadas as dimensões mais subjetivas, como identidade e simbolismo, é imprescindível reconhecer a relevância do controle territorial para a plena compreensão das territorialidades.

A territorialidade, nessa dimensão, pode ser compreendida como a expressão das relações de poder que, por sua vez, são estruturantes em um território. Desse modo, as territorialidades se constituem na manifestação do elemento central que estrutura um território, o poder.

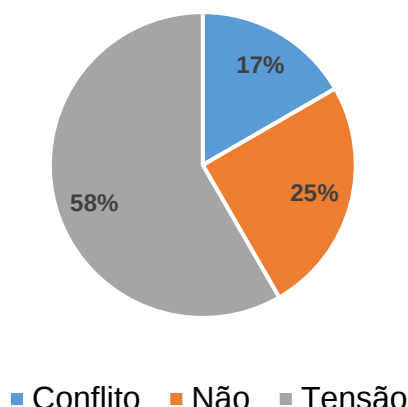
Conforme Corrêa (1998), as territorialidades são o conjunto de práticas materiais e simbólicas voltadas para a apropriação e permanência em um determinado território. Dessa forma, é por meio da territorialidade que, nos acampamentos, os camponeses constroem os referenciais que lhes permitem tanto a apropriação (ocupação) quanto a permanência (continuidade) no território.

As conflitualidades são constantemente reproduzidas pelas relações e classes sociais, que moldam diferentes espaços e territórios. Segundo Fernandes (2009), o território, enquanto totalidade multidimensional, projeta as disputas para além do campo econômico, alcançando também as dimensões política, teórica e ideológica. Nessa perspectiva, compreende-se a existência de territórios materiais e imateriais. O autor destaca ainda que, dentro da lógica capitalista, os territórios não capitalistas emergem de maneira desigual e conflituosa, alimentando um processo contínuo de disputas territoriais.

As disputas territoriais no campo paranaense se constituem historicamente desde a colonização portuguesa com a expulsão de povos indígenas e a negação ao acesso à terra a ex-escravizados organizados em comunidades quilombolas. Os conflitos se estenderam ao longo de todo o século XX e atualmente se manifestam, entre outros, através das disputas entre o campesinato e o agronegócio no âmbito da reforma agrária (Roos; Paulino; Montenegro, 2021).

Nesse contexto se inserem os acampamentos estudados. Quando os camponeses foram questionados se “já vivenciaram alguma situação de conflito estando no MST”, as 12 respostas tiveram características diferentes entre si²², conforme demonstra o Gráfico 1.

²² Um dos 13 entrevistados do Roteiro de Entrevista 2 não respondeu a essa pergunta até o momento da escrita desse trabalho.

Gráfico 1 - Conflitualidade nos acampamentos estudados

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas (2025).

Entre os entrevistados, três relataram nunca ter vivenciado situações de conflito dentro do acampamento. Observamos que ambos possuem menos de três anos dentro do acampamento em que estavam e que desses, dois nunca participaram de um processo de ocupação.

Classificamos como tensões as ocorrências onde não há confronto direto, embora muitas delas sejam consideradas violentas. Sete entrevistados relataram ter vivenciado situações de tensão dentro dos acampamentos, essas situações se relacionam principalmente com as constantes ameaças e intimidações.

De modo mais simbólico, são relatadas as “encaradas”, ou seja, uma forma de olhar provocativa e intensa sobre os camponeses em contexto de encontro eventual. Outras situações são relatadas como a direção perigosa com aceleradas e derrapagens nas dependências dos acampamentos. Tais atividades em geral são realizadas por proprietários de imóveis vizinhos.

Contudo, há de se destacar, novamente, a conduta policial adotada nas operações realizadas dentro do acampamento. Em geral, conforme já trabalhamos aqui, as ações policiais sempre são marcadas por pressão psicológica, coerção, xingamentos, destruição de móveis e objetos, danos à casa e carros, consumo de alimentos dos acampados e até mesmo agressões físicas.

A única vez é o posseiro aqui do lado, que volta e meia ele importuna o povo aqui, ele soltava gado ali embaixo, dizia que as terras era dele. E eu digo atentar os Sem Terra, né? Todo mundo vive aqui, quer um pedacinho de chão, e ele começou a querer dizer que era dele, soltar os bichos e chamou a polícia e soltou drone. Isso é bem ruim, né? Porque eu tô aqui há oito anos e tem gente que tá aqui há 21, 22 anos já. Aí deu um tempo para cá, ele começou a querer vir aqui, tirar o sossego e colocar medo nas famílias, né? Faz aqui uns cinco meses que ele pede a reintegração de posse também,

né? Que ele volta e meia ele pede porque ele quer tirar o povo daqui, principalmente aqui da área do Iguaçu, né? [...] Eu acho que é mais para colocar medo realmente para ver se nós desistimos da terra para ele pegar ele e desmatar, né? Que daí ele vai. Se eles fossem entrar aí que são madeireiros, eles iam limpar. E nós estamos cuidando, estamos preservando a natureza (Entrevista Nº 6, 2025, ARC).

É só polícia mesmo, porque me dou com todo mundo no acompanhamento... Eu odeio polícia. Eles não têm educação. Eles vieram uma vez na minha casa, cortaram todos os pneus do nosso carro, tinha uma *scenic* preta. Eles furaram todos os pneus, tiraram a fiação de cima, eles quebraram a câmera falsa que tava ali, quebraram tudo. Eles jogam, jogaram toda roupa do meu marido no chão, eles pisaram em cima.. a roupa do meu piazinho que faleceu né? Eles também jogaram no chão. Eles não tem educação, são as coisas assim, por exemplo, iogurte, pão, as misturinhas que a gente tem, eles comem tudo. Já pensou... E não é só na minha casa. (Entrevista Nº 8, 2025, AVC).

A gente passou aqui o ano passado, né? que a polícia entrou, mas a pedido do fazendeiro, “para desarmar o pessoal”, para poder ter uma audiência. Aí eles entraram, né, que nem no meu barraco eles reviraram tudo, levaram o dinheiro, levaram caderno de anotação. Outros barraco eles comeram a comida, jogaram a comida no chão, abriram lata de sardinha e fizeram um desastre. Então foi só essa vez, né? [O senhor acha que esse tipo de ação da polícia, é uma forma, por exemplo, da polícia amedrontar as pessoas?] Sim, 100%, né? Que é, vamos dizer assim. A comparação era para quanto mais enfraquecer o movimento, mais fraco o povo na... em cima do lote ou do acampamento. (Entrevista Nº 13, 2025, AVC).

O conflito, de acordo com Fernandes (2004, p. 26), “é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate”. O conflito por terra, por exemplo, é também um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento e por território.

Os dois entrevistados que relataram situações de conflito direto relataram casos onde houve o enfrentamento direto, seja no acampamento em que se encontram atualmente, ou acampamentos anteriores.

O primeiro despejo, aquele que eu passei que foi... Que hoje é assentamento, tem 227 famílias, que é o 12 de abril, lá eu passei, na verdade, eles tiraram. Nós tivemos até 12 companheiros machucados. Nossa, foi violento. Na verdade, foi a primeira ocupação do município de Bituruna. E nós tinha o Rossoni²³, [...] Então, ele, naquela época, era contra nós. Bem, contra, né? Então ele fez de tudo para tirar nós de lá, né? E era o início. Era o primeiro, né? [E foi a polícia mesmo que chegou?] Exército, exército... 500 Soldado tinha. Porque na verdade nós mentia né? nós estava mais ou menos em 130 família, nós jogava em 300. Eles chutaram mais ou menos dois para cada um, dois soldados por Sem Terra. Então foi massacrante mesmo. E bem na hora do fervo que ferveu... Teve dois piá, dois, era piá [meninos], eles ficaram uma semana e pouco perdido no mato, então teve os que escaparam da polícia e abandonaram tudo, né? Então ali, na hora do conflito mesmo com a

²³ Valdir Rossoni foi deputado estadual pelo Paraná e prefeito do município de Bituruna entre 1983 e 1989.

polícia, quando entrou pra dentro da área, nós não tava, não tava em 100 pessoas ali, já tá dando uns cinco para cada um (Entrevista Nº 7, 2025, ARC).

A entrevistada nº 4 revela algumas situações de conflito em que enfrentou dentro do ARC, como no caso da disputa com um madeireiro que estava sob posse de parte da área que havia sido indicado pelo INCRA para a realização do acampamento. A entrevistada relata que houve tentativa de diálogo e até mesmo convite para se juntar ao acampamento, sendo esse recusado por interesse pela área em sua totalidade para extração de madeira e silvicultura. Nas palavras da entrevistada:

Quase um ano ele atentou nós, um ano nós não tivemos sossego, cara. Nós amanhecia acordado de medo. Amanhecia atrás das árvores porque ele estourava... Jogava aqueles tiro de chumbo, né? Caía em cima da lona aqueles chumbinho, saía rolando no chão, atirava por cima dos barraco, ele jogava veneno nas nossas planta [...] Das dez horas em diante, ele não queria nem que passasse na casa dele. Ele pegava os caras, sabe? Ficava se ensaiando com revólver, batendo na cara dos cara [...] Daí então, tudo aquilo, a gente foi registrando o B.O, né? Só que o policial, quando nós chamava, eles não vinham, nós chamava quando era caso de polícia e eles não vinham. Porque era ele e os pistoleiros dele [...] Daí uma vez ele tacou o trator por cima das roça da mandala. Os pistoleiros estavam tudo armado, cara, mas não tiveram coragem, né? Senão era perigoso nos matar, porque nós chegamos pertinho deles, pra ele parar o trator. Daí falaram que eles iam queimar os barraco... Daí nós chamamos o Movimento²⁴, né? Nós não precisamos botar a mão nele. Daí, bem no outro dia, eles pegaram e desceram lá e estouraram as portas, né? Primeiro amarraram ele pra não deixar fugir, foram procurando armamento pra não ter perigo. E daí ele foi carregado, e o barraco desmanchado. Você vê um povo daquele num instantinho, né? Foi posto tudo no caminhão dele mesmo. Eles tinham dois caminhão, tinha carro, tinha trator. Pegaram e levaram na beira do BR e chamaram a polícia e entregaram ele e as arma que eram tudo coisara da sem documento. (Entrevista Nº 4, 2025, ARC).

A entrevistada ainda narra o caso de uma operação policial deflagrada dentro do acampamento, onde a polícia torturou e apreendeu seus dois filhos. Segundo a entrevistada, a polícia alegava estar procurando bandidos e armas dentro do acampamento, mas nada foi encontrado e seus filhos foram soltos.

Os dois casos apresentados aqui foram classificados como conflitos diretos por três motivos principais: a ocorrência de violência física, o enfrentamento direto entre confrontantes ou a polícia e o MST, e a opção por adotar o mesmo termo utilizado pelos entrevistados, que se referiram a essas situações como conflitos.

Entretanto, de acordo com Fernandes (2004) o conflito é apenas o momento visível do enfrentamento, o choque direto entre forças sociais opostas. Desse modo,

²⁴ O “movimento” citado pela entrevistada, trata-se de outros camponeses Sem Terra da região que organizaram um grupo e intervieram diretamente na situação relatada. A ação de enfrentamento direto decorreu das constantes ameaças e escalada da violência.

o conflito é um processo específico dentro de um contexto mais amplo, o da conflitualidade. Para o autor, a conflitualidade é um processo contínuo e estrutural, alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo.

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária (Fernandes, 2004, p. 27).

Portanto, as situações relatadas não são episódios isolados, mas expressões de uma condição estrutural do espaço agrário brasileiro. Os acampamentos não se encontram isolados, mas configuram formas de enfrentamento direto à concentração fundiária e aos processos de expansão do capital no campo. Nesse sentido, a territorialidade, entendida como estratégia de domínio, controle e, sobretudo, resistência, torna-se central para definir as relações de poder que se estabelecem nos acampamentos e para assegurar sua permanência enquanto território. Portanto, espaços caracterizados pelas disputas contínuas da conflitualidade.

Desse modo, concordamos com Fernandes (2004), que

A conflitualidade está na natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias transformando em território até mesmo as palavras. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios (Fernandes, 2004, p. 27).

Por fim, os camponeses foram questionados sobre a existência (ou não) de relações de poder dentro do acampamento. Esse tópico abriu espaço para que eles explicitassem como percebem a constituição dessas relações, quais sentidos atribuem ao termo “relações de poder” e quem, na visão deles, exerce tais funções no cotidiano do acampamento.

Entre os 13 entrevistados, apenas um afirmou não identificar relações de poder dentro do acampamento, associando diretamente esse conceito ao papel das lideranças locais. Segundo o entrevistado nº 9 (2025, AVC): “Eu acho que não, não tem. Acho que faz *farta* uma liderança. Faz *farta* mesmo é o que está fazendo *farta* aqui. Tinha que ter uma liderança bem melhor aqui.” A fala indica que, para o entrevistado, as relações de poder são compreendidas sobretudo pela existência de

lideranças locais, e que, em sua interpretação, a liderança em questão tem se mostrado insuficiente, resultando em uma ausência de poder.

Em contraste, os outros 12 entrevistados declararam existir relações de poder no acampamento. A maior parte deles associa essas relações às regras internas que orientam a convivência e a organização coletiva. Quando questionado sobre a necessidade de existência de tais normas, 11 entrevistados afirmaram considerar essencial a existência de um conjunto de regras capaz de orientar a permanência no acampamento e garantir o seu funcionamento cotidiano.

Os relatos a seguir ilustram o posicionamento dos acampados em relação as regras e relações de poder instituídas no interior dos acampamentos:

Eu acredito que o MST é uma construção coletiva. Ele tem os combinado, né? As pessoas mora aqui, tem as regras, mas assim, ninguém é tipo chefe ou líder. Todo mundo tem uma coordenação que discute as normas. Aí é passado nos grupos pra ser discutido e ter as.. as.... Como que eu digo para você? As regras dentro dos combinados para não sair fora, mas assim não tem ninguém que manda, na coordenação é umas 15 pessoas e todo mundo opina, é tudo junto (Entrevista Nº 6, 2025, ARC).

Sim, sim. E na verdade, isso é, é o que faz parte da, vamos dizer assim... não pode entrar qualquer pessoa, né? É tipo organização dos outros. Coordenador e tudo... Mesmo porque a gente... não pode entrar uma pessoa qualquer e chegar, né?.. Porque daí se fosse deixar assim, daí tomava conta (Entrevista Nº 8, 2025, AVC).

Tem. Isso tem. [relações de poder] A organização tem um regimento [...] É um dever de um coordenador. Quando entra uma pessoa lá de fora, que digo, você está aqui dentro, vamo supor que chegou aqui, de lê esse regimento. O que é permitido fazer aqui dentro, né? Fez coisa errada... tem né a disciplina (Entrevista Nº 7, 2025, ARC).

Ah sim, com certeza né, no assentamento existe regra e a gente sabe de muito tempo que na verdade o assentamento o acampamento é uma família né, tudo tem que ser unido e dentro desse acampamento tem a liderança né, quem corre por nós e tudo né, a parte da liderança, cada grupo tem seu líder, então quando tem reunião a gente tem que cumpri né, tem que ta lá, tem que ta presente, tem que saber que ta acontecendo e não fica só escutando o que os outros falam né, então você tem que ta lá presente pra ver o que tá acontecendo né (Entrevista Nº 14, 2025, AVC).

Embora as definições apresentadas pelos acampados enfatizem principalmente as regras de convivência e a relação com a liderança, podemos observar também que houveram referências à construção coletiva das relações de poder. Nesse sentido, não se trata de um poder concentrado em uma única pessoa, mas de um processo compartilhado, onde todos os integrantes do acampamento participam das discussões e decisões referentes ao seu funcionamento.

Em concordância com Raffestin (1993), compreendemos que o Estado não é o único responsável pelas relações de poder estabelecidas em um território. Entretanto, nesse item, não podemos deixar de citar o papel do Estado, sobretudo através da atuação do INCRA, na construção de territórios e territorialidades.

O papel do INCRA enquanto agente estatal de territorialização está diretamente relacionado à sua missão institucional de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional (Brasil, s.d.). No contexto dos acampamentos, o INCRA, tem papel central na institucionalização da reforma agrária e, consequentemente, na consolidação efetiva desses territórios nas esferas política e jurídicas.

As relações de poder exercidas pelo Estado, através do INCRA, se manifestam na gestão do tempo dos acampamentos, sobretudo pela postergação da efetivação do direito à terra. Os procedimentos técnicos, jurídicos e administrativos realizados pelo Instituto contribuem para transformar a transitoriedade em uma condição estrutural, marcada pela incerteza e pela instabilidade territorial. Essa dinâmica pode ser observada no ARC, cuja área foi indicada pelo próprio INCRA, mas permaneceu envolta em entraves fundiários, negociações inconclusas e, posteriormente, na perda de interesse institucional pela desapropriação. Como resultado, as famílias permanecem há mais de 20 anos em condição de acampamento, sem garantia da territorialização efetiva através do assentamento (Entrevista nº 5, 2025, ARC).

A atuação do INCRA nos acampamentos estudados ainda evidencia uma ausência institucional que reforça as condições de vulnerabilidade social. No AVC, segundo a entrevistada nº 13 (AVC, 2025), mesmo após quatro anos de existência, os dirigentes locais do INCRA sequer tinham conhecimento da presença do acampamento. De modo semelhante, conforme aponta Fonseca (2019), mesmo após mais de um ano de formação, o acampamento não havia recebido qualquer visita do órgão.

As expressões das relações de poder a partir da atuação política não se limitam a escala nacional, mesmo nas esferas municipais isso se mostra presente. Nesse sentido, o entrevistado nº 5 (2025, ARC), expõe a incapacidade e o desinteresse do poder público municipal em relação ao avanço do processo da conquista do assentamento, ou mesmo na garantia do fornecimento de serviços básicos para os camponeses acampados:

O poder público ele tem atrapalhado as coisa no andamento do acampamento, a primeira coisa é porque não existe vontade política e muito menos uma decisão política de que a reforma agrária aconteça nesse município, essa é a primeira. Então, o poder público ele é responsável por transporte, saúde, educação, que são direitos básicos garantidos na Constituição e mesmo assim o poder público ele não faz, e quando faz por uma obrigação é notório a má qualidade, nesse sentido, né? Hoje nós temo no posto de saúde, eles são obrigado a receber as pessoas do acampamento, nós temo uma caixa que é separada, é segregadas as ficha das pessoas que vão do acampamento com as demais pessoas do município. [...] Atende? Atende! Fazem exame? Fazem! Tem um monte de coisa que é atendido nesse sentido, mas nós gostaria que o atendimento fosse muito melhor ou no mínimo igualitário como com qualquer pessoa desse município. Na educação nós temo uma estrutura mínima, que é uma escola itinerante em que a educação ela é diferenciada em todo o estado do Paraná [...], inclusive nós tam tentando com o prefeito um parquinho, isso a quase 15 anos e a gente ainda não conseguiu um parquinho pra escola [...] então o poder público municipal nesse caso é muito ruim, é muito fraco e é muito pouco e chega a ser um desleixo porque não cumpre nem aquilo que a Constituição pede que se cumpra né. [...] E ainda sobre o poder público municipal o que a gente tem é um posicionamento muito desfavorável a reforma agrária, um posicionamento muito radical no sentido que não haja mais acampamento, muito menos saia assentamento, inclusive quando houve proposta de se fazer assentamento por interesse social [...], a prefeitura nem sequer colocou a assinatura em um papel. Quando a gente precisou de energia elétrica, que é garantido pela Constituição e no ultimo entendimento do Supremo, ela fez parte da dignidade da pessoa humana, a prefeitura se negou a assinar a documentação que a Copel poderia instalar, quando nós precisamos fazer bloco de nota, que isso também é um direito de qualquer produtor rural a prefeitura também se negou, então eu só queria deixar nítido que o poder público municipal, ele faz um jogo exatamente o oposto daquilo que a Constituição diz e daquilo que a reforma agrária de fato proporciona e quer que aconteça no município (Entrevista Nº 5, 2025, ARC).

Destacamos que as relações de poder no acampamento não se limitam às dinâmicas internas de liderança, regras de convivência ou intervenções políticas (nacional e municipal). A partir da observação participante, foi possível identificar que o poder também se manifesta nas práticas cotidianas de organização e nas estratégias coletivas voltadas à permanência no território. Essas relações se expressam nas preocupações com a ocupação e o uso das áreas do terreno, na busca por melhorias nas condições materiais de vida e nas formas de enfrentamento político e jurídico que buscam garantir a consolidação do assentamento. Assim, o poder assume um caráter amplo, articulando dimensões simbólicas, produtivas e territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou a compreensão das territorialidades existentes nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerando suas relações intrínsecas de poder, controle territorial e identidade. Partimos da problemática de como as territorialidades se constituem no interior desses territórios, considerando o papel do movimento na construção desses sujeitos e de que maneira ele afeta a permanência dos mesmos no interior dos acampamentos. A hipótese que orientou o estudo considerou que os acampamentos constituem territórios em permanente construção, nos quais dimensões materiais e imateriais se articulam de forma complexa, conformando identidades, práticas, conflitos e formas de resistência camponesa.

O estado do Paraná é marcado historicamente por diversos conflitos e tensões relacionadas a sua estrutura fundiária, mas também pela organização coletiva dos trabalhadores rurais. O recorte dessa pesquisa, a mesorregião Sudeste do Paraná, está entre as áreas que foram palco da maior guerra camponesa do Brasil (em extensão territorial e duração), a Guerra do Contestado, que mesmo após seu encerramento oficial, em 1916, ainda permanece viva nas conflitualidades da luta pela terra, elemento central das disputas históricas e que hoje também se transfigura na luta também pela reforma agrária.

Como objeto de estudo, analisamos dois acampamentos: o Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC), no município de Paula Freitas-PR, onde 45 famílias, a mais de 20 anos, permanecem na luta pela reforma agrária através a conquista do assentamento; e o Acampamento Vitória do Contestado (AVC), em General Carneiro-PR, com sete anos de luta de 49 famílias camponesas dentro de um antigo latifúndio silvicultor de pinus.

Os acampamentos, a partir da ocupação, evidenciam o início da territorialização camponesa em território capitalista. Portanto, ainda que incipientes, configuram territórios. Espaços delimitados pelas fronteiras estabelecidas no processo de ocupação, intencionalidade dos sujeitos que territorializam o espaço, frequentemente marcados pela conflitualidade e sempre permeados por relações de poder.

O território é uma totalidade compreendida a partir da sua multidimensionalidade. Desse modo, pode ser analisado por uma ou mais dimensões

(política, econômica, natural e cultural), sem desconsiderar as outras (Fernandes, 2005, 2008, 2009). A multidimensionalidade que buscamos apreender nesta pesquisa contribui para a compreensão de sua totalidade.

O MST constitui a principal organização responsável pela articulação dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária, tendo as ocupações como estratégia central para entrar e permanecer na terra, a fim de modificar sua histórica forma de apropriação e concentração. Desse modo, em concordância com Fernandes (2005), nesse estudo o MST é compreendido como um movimento socioterritorial, na medida em que, através da conflitualidade da luta pela terra territorializa o espaço. Quase sempre essa dinâmica da construção de um novo território implica a destruição do outro.

Contudo, é necessário ressaltar que a territorialização camponesa no âmbito do capitalismo e através do modelo de reforma agrária processual, lenta e pouco eficaz tal qual estabelecida no Brasil, não extingue totalmente as relações capitalistas no interior dos acampamentos. Nesse sentido, esses territórios se tornam frações do território camponês no capitalismo, mas ainda permeadas por territorialidades capitalistas em seu interior.

A permanência de acampamentos por períodos que ultrapassam duas décadas evidencia não apenas a persistência da luta pela terra, mas também os limites institucionais na condução das políticas de reforma agrária no Brasil. A existência prolongada desses territórios precários de espera revela uma tensão entre a capacidade de organização e resistência dos sujeitos camponeses e a morosidade das respostas estatais, particularmente no âmbito do INCRA. Nesse sentido, os casos analisados trazem uma reflexão mais ampla sobre o papel do Estado na mediação dos conflitos fundiários e na efetivação do princípio constitucional da função social da terra.

A utilização do conceito de camponeses, para se referir aos sujeitos dessa pesquisa permite delimitá-los enquanto classe social, compreendida não apenas a partir da lógica produtiva, mas de sujeitos históricos que se (re)criam contraditoriamente no interior do capitalismo. Diferentemente de outras denominações, o campesinato é entendido como um modo de vida marcado por uma cultura própria, pelo vínculo com a terra e pelas tradições e saberes populares que superam a lógica estritamente econômica.

Constantemente nos acampamentos, que se mostram como momentos transitórios na conquista da reforma agrária, são frequentes as situações de vulnerabilidade social ou dificuldades enfrentadas pelos camponeses, tais como: as condições materiais (falta de móveis, roupas e mantimentos), a falta infraestrutura básica (estradas e transporte escolar), dificuldade no acesso à saúde, falta de saneamento básico, acesso precário à energia elétrica, falta de áreas preparadas para a produção, entre outros. Contudo, há também os pontos positivos dos acampamentos relatados pelos camponeses, como a tranquilidade do campo em oposição à cidade, a perspectiva de conquista efetiva da terra, o companheirismo entre os camponeses e a própria autoidentificação com as áreas rurais.

Nesse sentido, foi possível evidenciar que os entrevistados que relataram as dificuldades em sua chegada ao acampamento foram aqueles que participaram diretamente do processo de ocupação, ou chegaram imediatamente após ele, enfrentando as tensões próprias desse momento, marcadas pela conflitualidade, pela precariedade da infraestrutura e por formas ainda incipientes de organização. Por sua vez, aqueles que destacaram os aspectos positivos foram os camponeses que chegaram depois, quando o acampamento já apresentava maior consolidação territorial, com estradas abertas, lotes distribuídos, áreas de plantio demarcadas e a presença de serviços básicos.

Diante disso, concluímos que: a) as percepções dos camponeses que passaram pelo processo de ocupação são diferentes daqueles que chegaram após a consolidação do acampamento, e b) as condições materiais do acampamento influenciam diretamente nas percepções e experiências dos camponeses e a diferenciação entre os desafios da ocupação e a chegada a um espaço já minimamente estruturado.

A territorialidade, nesse trabalho, foi abordada a partir de uma perspectiva integradora. Sendo assim, entendemos que as territorialidades comportam igualmente as relações de poder e dominação sobre um determinado território, bem como a sua apropriação simbólica a partir da identidade e dos vínculos estabelecidos entre os sujeitos e o território. Em concordância com Saquet e Briskievicz (2009), a territorialidade se refere aos vínculos sociais e atividades cotidianas estabelecidas entre homens e sua natureza exterior. A territorialidade resulta do processo de produção do território e se faz fundamental para a construção da identidade, “Isso

significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente” (p.9).

A multidimensionalidade da territorialidade, possibilitou estabelecermos uma análise que se propôs a dar conta de múltiplas dimensões dessa relação, sem deixar de privilegiar os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, considerando, em sua totalidade, elementos materiais e imateriais que compõem toda a trama de relações que definimos como territorialidade.

Quando analisadas a partir das estratégias espaciais de controle do território e pelas relações de poder intencionais, as territorialidades nos acampamentos do MST na região Sudeste do Paraná expressam grande complexidade. As modificações de fronteiras e as disputas pelo controle de áreas, em um contexto de conflitualidade são as expressões mais visíveis da territorialidade dentro dos acampamentos. Contudo essa constante disputa se desdobra ainda para outras esferas de poder: política, midiática, jurídica e econômica.

A conflitualidade da luta pela terra não é uma característica isolada dos acampamentos estudados, mas sim uma condição histórica e estrutural no espaço agrário brasileiro. Evidenciamos essa conflitualidade a partir das práticas policiais repressivas realizadas no interior dos acampamentos, muitas vezes carregadas de violência, agressão física, destruição de itens domésticos e de símbolos do movimento, configurando uma postura não apenas de violência deliberada, mas também simbólica que busca desmobilizar a luta organizada ou provocar alguma reação dos camponeses acampados.

Os camponeses evidenciam a necessidade das relações de poder dentro dos acampamentos, mas quase sempre associando as relações de poder às regras de convivência interna e a relação com as lideranças. Os entrevistados também ressaltaram que não se trata de um poder concentrado em uma única pessoa, mas de um processo compartilhado, onde todos os integrantes do acampamento participam das discussões e decisões referentes ao seu funcionamento.

A territorialidade nessa perspectiva também versa sobre a criação e consolidação de referenciais materiais que expressam presença, posse e pertencimento. Ainda que o medo de novos despejos e das perdas materiais permaneça constantemente no cotidiano dos camponeses, a construção e o aprimoramento das moradias revelam o desejo de permanência e de efetiva territorialização. Os barracos, portanto, extrapolam a função de abrigo, constituindo

marcas concretas da luta pela terra e como elementos simbólicos que reafirmam o enraizamento desses sujeitos no território. Assim, ao construir suas residências e demais estruturas necessárias à reprodução da vida camponesa, os camponeses materializam a esperança do assentamento e objetivam, a consolidação efetiva do território através da reforma agrária.

A territorialidade também pode ser compreendida a partir das formas de produzir no campo e das atividades agrícolas nos acampamentos. Definimos como agricultura capitalista aquela baseada na monopolização do território, exploração da terra para obtenção de lucro, alta mecanização e monocultura; a agricultura camponesa, por sua vez, privilegia as relações não capitalistas de trabalho, autonomia sobre o território, pluricultura, valorização dos saberes tradicionais, uso sustentável da terra e subsistência e reprodução da vida social coletiva. Ambas as agriculturas se territorializam pela Região Sudeste do Paraná, a partir das territorialidades. Nos acampamentos estudados essas territorialidades coexistem.

Notadamente, é possível observar a inserção da territorialidade da agricultura capitalista dentro do território camponês no recorte estudado. Essa lógica acontece de maneira consciente, mas também camuflada, a partir da continuidade da silvicultura de pinus, do plantio da soja e dos arrendamentos de terra. Evidenciamos que nos lotes onde ocorrem tais ações o objetivo dos camponeses é o de diversificar a fonte de renda no interior de seu lote.

Para além da territorialidade da agricultura capitalista, outras atividades como o extrativismo e a queima de carvão também são observadas nos acampamentos estudados. As atividades extrativistas da taquara, a coleta do nó de pinheiro e a produção de carvão se revelam como estratégias para permitir a continuidade dos camponeses dentro dos acampamentos.

Há ainda o trabalho acessório que constitui uma estratégia fundamental de permanência e reprodução da unidade familiar camponesa. Conforme Roos (2015), o assalariamento não rompe com a condição camponesa, mas se insere como uma estratégia complementar. Contudo, trata-se de um processo contraditório, pois, como aponta Fonseca (2019), a proximidade entre os acampamentos e os empreendimentos da agricultura capitalista favorece a incorporação dessa força de trabalho temporária e de baixo custo, como observado no ARC e no AVC, evidenciando as tensões entre a reprodução camponesa e a lógica do capital.

Contudo, a agricultura camponesa ainda encontra formas de resistir a esse avanço. Nos acampamentos estudados há a unanimidade de camponeses que desejam continuar ou voltar a produzir alimentos saudáveis. No AVC está sendo buscada uma integração com cooperativas do MST em municípios vizinhos. Já no ARC tem avançado cada vez mais uma proposta agroecológica, com intensa participação camponesa em eventos, palestras e feiras de agroecologia.

A erva-mate tem se mostrado como fonte de renda para os acampamentos, bem como de orgulho da identidade e do histórico camponês, que se manifesta como uma resistência ao avanço da territorialidade capitalista sobre o acampamento. Em ambos os acampamentos há a coleta desse produto, nativo da região, sempre em conformidade com a preservação ambiental, visto que os camponeses consideram fundamental que sua produção seja sombreada, ou seja, esteja integrada a mata nativa de araucárias da região. No ARC a coleta e beneficiamento da erva-mate é realizada através do trabalho coletivo, modalidade tipicamente camponesa que se opõe a lógica capitalista e é caracterizada pela união e divisão igualitária dos valores obtidos com a sua comercialização.

A territorialidade, numa perspectiva integradora, extrapola as relações políticas, econômicas e culturais. Ela está presente nas relações cotidianas, nas identidades nas relações de poder, nas contradições. A territorialidade está na (i)materialidade das relações estabelecidas com o território e nos símbolos que a ele remetem (Saquet, 2009, 2013).

Nesse sentido, a sua dimensão simbólica está plenamente presente nos acampamentos através de elementos físicos e manifestações imateriais. Ressaltamos que a presença dos símbolos do MST nos acampamentos estudados, como as bandeiras e os emblemas, reforça a unidade dos acampados em torno de um ideal comum, a luta pela reforma agrária. Os símbolos não são ocasionais ou meramente estéticos, mas são referenciais materiais que além da representação identitária, constituem também uma forma de expressar poder, controle e posse sobre determinado território.

Para além dos referenciais materiais, o território Contestado é marcado por fortes simbolismos históricos e religiosos, como a guerra, os monges e as disputas de divisas, que evidenciam o seu caráter imaterial. Saquet (2013), ao destacar a importância da identidade na construção da territorialidade, afirma que ela se constitui por meio de edificações, línguas, mitos, ritos e religião. Desse modo, a religiosidade

também se apresenta como um elemento importante na preservação da identidade dos atores sociais em sua relação com o território.

A religiosidade está presente de maneira sincrética nos acampamentos estudados, mas há de se destacar a presença marcante do Monge São João Maria, em nascentes dentro dos acampamentos estudados. A relação com o monge tem ligação direta com a importância do mesmo enquanto líder espiritual dos caboclos durante a Guerra do Contestado e que ainda hoje é venerado com imagens, rezas e novenas pelos camponeses.

A liminaridade dos acampamentos, associada ao cotidiano, às práticas compartilhadas, à história, à religiosidade e ao simbolismo contribuem significativamente para a construção da identidade Sem Terra. Assim, concordamos com Saquet e Briskievicz (2009, p. 9), quando afirmam que “as territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios”.

O MST também contribuiu significativamente na construção da identidade desse novo sujeito histórico: o Sem Terra. Há um movimento pedagógico que inicia desde a infância, com os Sem Terrinha, e perpassa toda a vivência coletiva dentro dos acampamentos: a cada curso de formação política, a cada mística, a cada superação de limites a identidade ganha ainda mais força (Caldart, 2001).

Todavia, essa identidade é forjada na luta cotidiana dos acampados. Não se trata de uma condição idealizada ou “romantizada”, mas de uma realidade difícil e dura, que tem no acampamento uma etapa para a conquista do assentamento.

A identidade, entendida como fonte de significados e experiências que orientam um grupo social (Castells, 1999), no âmbito da territorialidade, deve ser apreendida a partir de seu processo histórico de formação, constituindo-se como um componente indissociável do território. A identidade possui uma dimensão territorial, vinculada ao sentimento de pertencimento e ao processo de territorialização, no qual o território se constitui como produto e condição social. Essa relação, marcada por elementos objetivos e subjetivos, influencia a construção da identidade local por meio de ações coletivas, em um processo dinâmico que se manifesta em diferentes escalas.

A identidade promove coesão social, reforçando entre os grupos a necessidade de proteger coletivamente seus territórios, assim como a proteção e o domínio desses territórios fortalece os laços identitários.

Embora os acampamentos, enquanto comunidades de resistência, contribuam com a construção de uma identidade sustentada nos ideais de luta que constituem a base do MST, as identidades expressas no interior desses territórios se mostraram bastante heterogêneas, não sendo possível definir uma única identidade que represente toda a complexidade das relações estabelecidas com o movimento e com o território.

Desse modo, a identidade Sem Terra não é a única presente entre os acampados, tampouco o movimento é o único elemento formador dessa identidade. Embora o MST tenha sido mencionado nas entrevistas, outros referenciais identitários como a área em que vivem, a coletividade, os laços familiares e a própria necessidade de sobrevivência, foram citados pelos acampados.

A identidade é uma realidade complexa, atravessada por diferentes elementos que se entrelaçam. Trata-se, portanto, de um conjunto de relações multidimensionais que compõem a territorialidade camponesa Sem Terra e se mostra fundamental para garantir a permanência e coesão dos acampados no interior de seus territórios.

Concluimos que as territorialidades não se limitam ao caráter meramente identitário, produtivo ou de controle territorial. Elas se expressam em uma multidimensionalidade de relações, configurando uma complexa amálgama que integra todos esses elementos e que tem no território a sua referência central.

Naturalmente que essa pesquisa não consegue aprofundar toda a complexidade das territorialidades nos acampamentos estudados. O tempo de permanência, os eventos climáticos, o acesso às famílias e até mesmo as situações relacionadas a conflitualidade da luta pela terra, impuseram desafios práticos para um aprofundamento ainda maior. Ainda assim, os dados obtidos se mostraram suficientes para consolidar interpretações consistentes sobre a territorialidade camponesa no contexto dos acampamentos.

Essa pesquisa não se esgota em si, mas abre caminho para pesquisas futuras que permitam expandir a compreensão das territorialidades, numa perspectiva integradora, em outras regiões do estado do Paraná e do Brasil. Esperamos que esse trabalho contribua com o referencial teórico da geografia agrária brasileira, em especial na compreensão dos acampamentos enquanto territórios. Evidenciamos ainda, a partir desse estudo, a necessidade de políticas públicas que considerem a complexidade dos acampamentos, valorizando processos formativos, infraestrutura, segurança e condições de permanência mais dignas para as famílias acampadas.

Ressaltamos também a urgência da realização de uma reforma agrária radical no Brasil, que dê conta de enfrentar a histórica concentração fundiária de maneira eficaz, garantindo uma verdadeira democratização do acesso à terra. Conforme analisa Marx, a propriedade privada da terra constitui um monopólio historicamente construído, que permite a apropriação privada da renda fundiária e subordina a terra à lógica da acumulação capitalista, desvinculando-a de sua função social (Marx, 2013). Dessa forma, o modelo de reforma agrária vigente no Brasil se mostra limitado e baseado em uma lógica de regulação da conflitualidade no campo.

Por fim, essa pesquisa evidenciou que os acampamentos do MST no Sudeste do Paraná constituem territórios complexos e dinâmicos, onde as práticas materiais e imateriais se articulam, demonstrando as contradições do desenvolvimento capitalista no campo, bem como as formas de resistência camponesa. O Acampamento Reduto de Caraguatá e o Acampamento Vitória do Contestado não se configuram apenas como áreas de transição, mas territórios em permanente construção, marcados por identidades, organização coletiva e luta pela terra e reforma agrária. Nesse sentido, o estudo alcança os seus objetivos ao contribuir para a compreensão da territorialidade camponesa em contexto de acampamentos, destacando a centralidade dos sujeitos no enfrentamento diário e coletivo às desigualdades históricas que estruturam a questão agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 73-88, 2003.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: UNESP, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-220.
- ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARBOSA, Juliana. Comunidade Reduto de Caraguatá celebra 17 anos de luta com partilha de alimentos, no PR. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/02/23/comunidade-reduto-de-caraguata-celebra-17-anos-de-luta-com-partilha-de-alimento-no-pr/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BASKOSKI, Hudson Cleiton Ressai; ROSAS, Celbo Antonio da Fonseca. A importância da identidade na dinâmica territorial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 26., 2025, São Luís. **Anais [...]** São Luís: EDUFMA, 2025. p. 339–351. Disponível em: <https://www.edufma.ufma.br/index.php/produto/xxvi-encontro-nacional-de-geografia-agraria-enga-da-amazonia-para-o-mundo-territorios-diversidades-e-povo/>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- BECKER, Howard. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 47-64.
- BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. ACAMPAMENTOS DO MST E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO SEM TERRA. **Revista Nera**, n. 24, p. 71-85, 2014.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **O Incra**. Brasília: Governo Federal, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 26 dez. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em 2 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Reforma Agrária: promovendo justiça social e desenvolvimento econômico no campo**. Brasília, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/reforma-agraria-promovendo-justica-social-e-desenvolvimento-economico-no-campo>. Acesso em: 13 out. 2025.

BUELVAS, Maira Alejandra Amaris. **Reforma agrária e território: entre ocupação, reprodução e diversidade no Assentamento Contestado, Lapa/PR**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2687>. Acesso em: 17 dez. 2025.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, p. 207-224, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). Tradução Klauss B. Gerhardt. Prefácio de Ruth C. L. Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, p. 165-180, 2010.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/93c9c35f-2677-4f2f-9793-c37dca544dac>. Acesso em: 17 dez. 2025.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 4, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 251-256.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 51-66.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Brasil 2020**. Presidente Prudente, São Paulo, 2017.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, 2011.

FELDHAUS, Fabiano. O conflito do Contestado como espaço de representação do sagrado: dos monges ao ícone São João Maria. **Raega—O Espaço Geográfico em Análise**, n. 27, p. 204-233, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/564/1/Quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, n. 6, p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273–301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 197-215

FERNANDES, Bernardo Mançano. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA-BRASIL. **Revista Nera**, n. 1, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2014.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Silas Rafael da. **Latifúndio (im)produtivo e impasses à recriação camponesa no sudeste paranaense**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/1ab9339b-d2ec-41f2-b360-621873bbe696>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FONSECA, Silas Rafael da; GEMELLI, Diane Daniela. O CONTESTADO: AS MARCAS DA GUERRA E DO PROCESSO DE VIOLÊNCIA. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 3, p. 22-35, 2017.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/81043>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FRAGA, Nilson Cesar; GONÇALVES, Cleverson; CAVATORTA, Mateus Galvão. Contestado: o sagrado e o profano de uma guerra secular. **Geografia (Londrina)**, v. 26, n. 1, p. 143-157, 2017.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010. (L&PM Pocket, n. 900)

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 439-455, 2008.

GOOGLE. **Google Earth Pro**. Versão desktop. [Software]. Disponível em: <https://earth.google.com>. Acesso em: 24 ago. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Megaoperação contra desmatamento acaba com ação ilegal em General Carneiro**. Agência de Notícias do Paraná, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Megaoperacao-contra-desmatamento-acaba-com-acao-ilegal-em-General-Carneiro>. Acesso em: 01 out. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 10 jan. 2026.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Caderno Estatístico. Município de Paula Freitas**. 2025a. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em 22 nov. 2025

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Caderno Estatístico. Município de General Carneiro**. 2025b. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal> . Acesso em 22 nov. 2025

LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Érika Vanessa. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 37, p. 27-55, 2015.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LOPES, Vera de Fátima Maciel. Território, identidade socioterritorial, conflito e (in)justiça socioambiental. **Tecnologia, participação e território**, p. 347, 2015.

MAACK, Reinhard. **Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: IBPT-SAIC/INP. **Um mapa 115 x 80 cm**. 1:750.000. 1950.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista nera**, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; JÚNIOR, Antonio Thomaz. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. **PEGADA- A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 2, 2011.

MINERAIS DO PARANÁ S.A. (MINEROPAR). **Atlas geológico do Estado do Paraná**. Curitiba: Mineropar, 2001.

MÓNICO, Lisete; et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Investigação qualitativa em ciências sociais**, v. 3, n. 1, p. 972-978, 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 21. ed. São Paulo: Anablume, 2007.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Nossos símbolos:** desde as primeiras ocupações, os Sem Terra vêm criando diversos símbolos de representação de sua luta... constituem a mística do Movimento. MST, [s.d.]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossos-simbolos/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Educação MST.** Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 08 dez. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OXFAM BRASIL. **Relatório executivo:** Terra, poder e desigualdade na América Latina. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorio-executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **CLIMA - ESTADO DO PARANÁ.** Curitiba: ITCG, 2008a. Escala 1: 2.000.000. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/mapa_climas_a3.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **SOLOS - ESTADO DO PARANÁ.** Curitiba: ITCG, 2008b. Escala 1: 2.000.000. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/mapa_solos.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **DEGRADAÇÃO DE TERRAS - ESTADO DO PARANÁ.** Curitiba: ITCG, 2008c. Escala 1: 2.000.000. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/mapa_degradacao_de_terras_a3.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **BACIAS HIDROGRÁFICAS - ESTADO DO PARANÁ.** Curitiba: ITCG, 2010. Escala 1: 2.000.000. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/bacias_2010.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Faces da questão agrária: o campo paranaense no contexto do monopólio fundiário no Brasil. **Atlas da questão agrária no Paraná.** Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. p. 73-96.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território:** a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Prefeitura Municipal de Paula de Freitas. Site institucional. **História do Município**. Paula Freitas, [s. d.]. Disponível em: <https://paulaefreitas.pr.gov.br/historiadomunicípio/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

RAFFESTIN, Claude. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, Giuseppe; FERLAINO, Fiorenzo (a cura di). **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES – Istituto di Ricerche Economico-Sociali del Piemonte, 2003. p. 3–11.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

ROCHA, Alberto Alves da; ICHIKAWA, Selestina Silvia Hatsumi. Evasões em assentamentos da reforma agrária no estado do Paraná. **Geografia (Londrina)**, v. 22, n. 3, p. 107-125, 2013.

RODERJAN, Carlos Vellozo et al. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Ambiente**, v. 24, n. 1, p. 75-92, 2002.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_djoni_2015.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

ROOS, Djoni. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, v. 19, n. 30, 2016.

ROOS, Djoni; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialidades e diferentes vozes das conflitualidades. In: FONTOURA, Jara Lourenço da; DILLMANN, Mauro; ROSA, Graziela Rinaldi da; VANIEL, Berenice Vahl (orgs.). **Vozes do campo: ressignificando saberes e fazeres**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 41–68. E-book. ISBN 978-85-7843-591-2.

ROOS, Djoni; PAULINO, Eliane Tomiasi; MONTENEGRO Jorge. Introdução: atualidade, atualização e espacialidade da questão agrária no Paraná. In: Observatório da questão agrária no Paraná. **Atlas da questão agrária no Paraná**. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. p. 27-45.

ROOS, Djoni. et al. A geografia das lutas camponesas no Paraná. In: Observatório da questão agrária no Paraná. **Atlas da questão agrária no Paraná**. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. p. 47-72.

ROSAS, Celbo Antonio Fonseca. Considerações sobre a questão agrária paranaense, territorialidades e realidades no contexto dos Campos Gerais. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 104, ago. 2016. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Carlos. Território e territorialidade. **Revista Zona de Impacto**, Porto Velho, v. 13, p. 1-8, set./dez. 2009. ISSN 1982-9108. Disponível em: https://albertolinscaldas.unir.br/zonadeimpacto/TERRITÓRIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html . Acesso em: 23 out. 2025.

SANTOS, Leonardo José Cordeiro et al. Mapeamento geomorfológico do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de geomorfologia**, v. 7, n. 2, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**, 9º ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Thiago Araujo. Marxismo e campesinato: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 11, n. 24, p. 46–69, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73–94.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim paulista de geografia**, n. 84, p. 7-24, 2006.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados**, v. 51, p. 107-142, 2008.

SILVA, Ana Cristina da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/134bd478-609a-4844-9239-4fbd49b6059>. Acesso em: 17 dez. 2025.

SONEGO, Rubia Cristina; BACKES, Albano; SOUZA, Alexandre F. Descrição da estrutura de uma Floresta Ombrófila Mista, RS, Brasil, utilizando estimadores não-paramétricos de riqueza e rarefação de amostras. **Acta Botanica Brasilica**, v. 21, p. 943-955, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA,

Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente** – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 64-68, 21 set. 2009.

TAVARES, Thea. No Paraná, famílias de ocupações rurais e urbanas reivindicam acesso a serviços essenciais. **Brasil de Fato**, Curitiba, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/13/no-parana-familias-de-ocupacoes-rurais-e-urbanas-reivindicam-acesso-a-servicos-essenciais/>. Acesso em: 15 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Estudo técnico jurídico-territorial do Acampamento Reduto de Caraguatá, município de Paula Freitas/PR**: ref. solicitação MP/PR. Curitiba: UFPR, CEPPUR, ENCONTTRA, 2021. (Estudo Técnico nº 02/2021).

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 (LIDERANÇAS)

Roteiro de entrevista 1 (lideranças)

Qual o seu nome, idade e sua função dentro do acampamento?

De onde veio e quando chegou no acampamento?

Quantas famílias compõem o acampamento?

Qual o tamanho (área) do acampamento? (Aproximado)

- Existe um mapa do acampamento?
- É possível nós identificarmos em um mapa as áreas que hoje fazem parte do acampamento?

Em que ano ocorreu e como foi o processo de formação do acampamento?

Qual a forma de organização do acampamento? (Agrovila, lotes individuais...)

Como é a divisão dos lotes no acampamento?

Quais os principais produtos produzidos no acampamento?

Qual a principal forma de produção do acampamento? (Convencional, agroecológico...)

- Há interesse em fazer uma transição?

Você acredita que o poder público municipal tem contribuído com o acampamento, no sentido de fornecer acesso à educação, saúde e infraestrutura?

O acampamento tem sofrido alguma forma de pressão externa em relação a seu território?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 (DEMAIS ACAMPADOS)

Roteiro de entrevista 2 (demais acampados)

1. Qual o seu nome e sua idade?
2. Qual a sua ocupação? (função no acampamento, estuda, trabalha, aposentado...)
 - Qual o tipo de produção e o que produz?
3. Onde você estava antes e quando chegou ao acampamento?
4. Como você conheceu o MST?
5. Como foi a sua chegada aqui e o primeiro ano no acampamento?
6. Você participa de algum núcleo ou setor dentro do acampamento?
8. Como é para você hoje fazer parte de um acampamento do MST?
9. Você já passou por alguma situação de conflito estando no MST?
10. Você reconhece que dentro do acampamento há relações de poder? Você entende que o acampamento tem alguma medida de controle territorial? (quem entra e quem sai, o que pode ou não pode aqui dentro, formas de “punição” a determinadas atitudes...)
11. Você se identifica com o acampamento?
 - Essa identificação, é com esse território em específico (o acampamento) ou com as ideias defendidas pelo MST?
12. Quais elementos criam em você esse laço de identidade com o acampamento (*ou o movimento, a depender da resposta da pergunta anterior*)?
13. Você acredita que essa relação de identidade é importante para a sua permanência aqui?